

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 632
6 de Fevereiro de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

XI CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DO PCP

Defender Abril



O XI Congresso (extraordinário) considera ser conclusão irrecusável que o maior perigo no actual momento decorre da dinâmica ultra-reaccionária, fascizante e agressiva da candidatura de Freitas do Amaral e da possibilidade de este ser eleito Presidente da República.

O XI Congresso (extraordinário) considera que, para impedir que Freitas do Amaral seja eleito Presidente da República, é absolutamente necessário que os trabalhadores e os democratas se unam na 2.ª volta contra Freitas do Amaral. E o único voto possível para derrotar Freitas do Amaral é o voto em Mário Soares.

Por isso, o XI Congresso (extraordinário), consciente das altas responsabilidades do PCP na vida nacional, mantendo integralmente o seu juízo acerca de Mário Soares e da sua política, considera imperativo que os trabalhadores, os democratas e patriotas, para derrotarem Freitas do Amaral, votem em Mário Soares.

Não se trata de um voto de apoio nem a Soares nem à sua política, que continuará a ser firme e combatida. Mas trata-se da única forma de, na 2.ª volta das eleições, no dia 16 de Fevereiro, fazer frente à ameaça de eleição de Freitas do Amaral para Presidente da República.

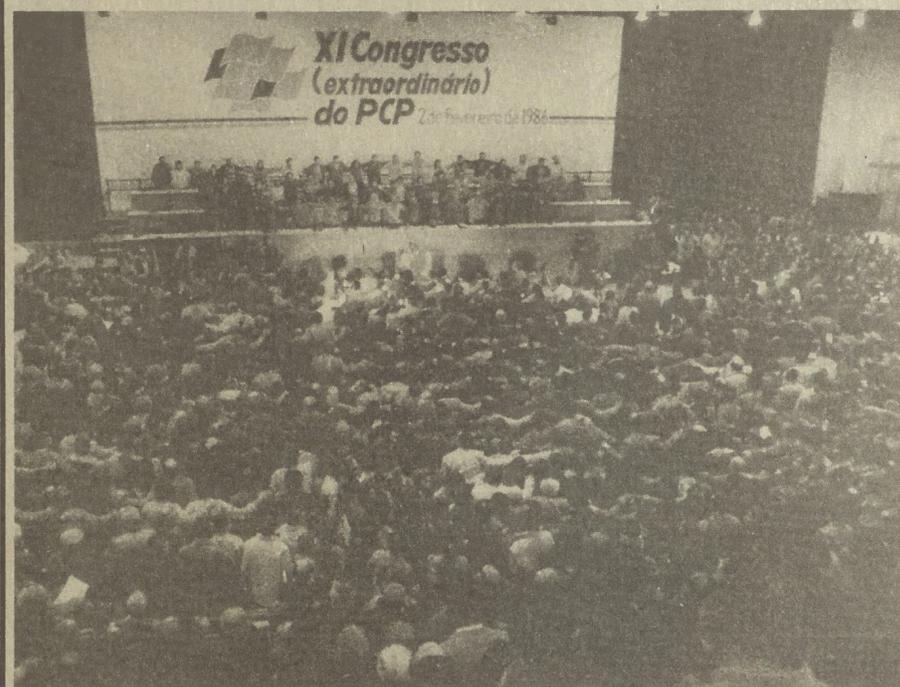
O XI Congresso (extraordinário) sublinha que o resultado das eleições presidenciais terá sérias consequências para a evolução da vida política nacional.

Mas as eleições não decidem tudo. A luta dos trabalhadores, a intervenção das massas populares, a acção das forças democráticas e o funcionamento das instituições desempenham — como a experiência nacional demonstra — papel determinante na superação dos perigos e na defesa do regime democrático.

O PCP, com plena confiança na vitalidade da democracia portuguesa, continuará, em quaisquer circunstâncias, a defender os interesses dos trabalhadores, do povo, de Portugal.

Neste momento grave da vida nacional o PCP apela à unidade e à luta dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos intelectuais, de todos os democratas e patriotas que querem que Portugal prossiga o caminho de liberdade, democracia, progresso social, independência e paz aberto pela gloriosa Revolução do 25 de Abril.

Da Resolução Política do XI Congresso
(extraordinário) do PCP



Editorial

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 632

6 de Fevereiro de 1986

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Um grande congresso

A cidade da Amadora, mais precisamente o Pavilhão da Académica, foi no domingo transacto palco de uma iniciativa excepcional dos comunistas portugueses. Excepcional pela figura estatutária da convocação, excepcional pela força política e pelo significado do acontecimento: o XI Congresso (extraordinário) do PCP.

Na verdade um extraordinário Congresso, decidido, preparado e efectuado em apenas cinco dias por um grande colectivo sem paralelo no quadro partidário português.

Ponto único da sua ordem de trabalhos: «O Partido Português e a 2.ª volta das eleições presidenciais».

Como se depreende, um operoso Congresso «em cima do acontecimento».

De facto, a 2.ª volta das eleições presidenciais no próximo dia 16 tornou-se, por azares da fortuna, a questão fulcral da política portuguesa nesta agitada primeira metade de Fevereiro de 1986.

Mais de 940 delegados vindos de todos os pontos do Continente, das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e da Emigração, na presença de cerca de 3000 convidados, finalizaram na Amadora uma vibrante e intensa discussão de 4 dias no plano nacional, envolvendo, desde 29 de Janeiro, mais de 30 000 camaradas em cerca de 800 reuniões, plenários e assembleias de organização numa extraordinária manifestação de vitalidade, democratismo interno e sentido de responsabilidade do Partido Comunista Português.

O Congresso reflectiu, numa escala necessariamente reduzida, a amplitude, a vivacidade e a profundidade do debate interno travado no seio do Partido logo após a Reunião Plenária do Comité Central em 28 de Janeiro.

Apresentada a realização de uma 2.ª volta das eleições presidenciais e a presença nela de dois candidatos de direita — um deles Freitas do Amaral abertamente de direita e da direita fascizante — obrigou a uma necessária e urgente reconsideração dos dados essenciais da eleição do novo Presidente da República. No que respeita ao PCP — uma força decisiva no combate vital pela democracia, pelo 25 de Abril e pela defesa das suas conquistas fundamentais — impunha-se a rápida definição de uma atitude responsável.

A convocação de um Congresso extraordinário decidida pelo CC do PCP na Reunião Plenária de 29 de Janeiro obedeceu a três razões fundamentais:

A primeira — diz-se na Resolução Política do XI Congresso (extraordinário) — «porque, embora prefigurando uma situação diversa da que veio a verificar-se, a Reso-

lução do X Congresso realizado em Dezembro de 1983 relativa ao voto nas presidenciais foi entendida como válida para as eleições agora em curso».

Em Dezembro de 1983, lembremo-nos, Mário Soares aparecia como único candidato da direita. O acordo PS/PSD de 4 de Julho, incluía a tácita partilha de órgãos de Poder — assente na «maior maioria de sempre» projectada para durar até 1987 — atribuindo a Mário Soares a chefia do Estado e a Mota Pinto a chefia do Governo.

Mário Soares como primeiro-ministro da coligação PS/PSD pôs em prática uma política de direita que provocou o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo, da crise económica e financeira, congeminou «pacotes» legislativos com data marcada no acordo renegociado em 11 de Dezembro de 1984 com o PSD que, se tivessem ido avante, levariam à destruição do 25 de Abril.

Além disso, Soares tinha visitado os Estados Unidos, tinha tido ali conversações e negociações com representantes dos círculos políticos mais chegados a Reagan e à alta finança norte-americana, tinha, em Portugal, reunido com grandes empresários portugueses, assumindo compromissos antidemocráticos em troca do apoio à sua candidatura a Belém.

A decisão do X Congresso de Dezembro de 1983 foi plenamente correcta.

Daí a segunda razão para a convocação do XI Congresso (extraordinário) logo após o conhecimento dos resultados da 1.ª volta das presidenciais: «porque na campanha eleitoral para a 1.ª volta, o PCP insistiu em termos demasiado taxativos (que o Congresso considera que deveriam ter sido evitados) que os comunistas em nenhum caso votariam em qualquer dos candidatos de direita».

O PCP não modificou o seu conceito de Mário Soares como candidato de direita. O seu programa — apesar das suas afirmações posteriores de defesa do princípio da proporcionalidade do voto e de certas correcções ao seu conceito anterior da lei de segurança interna — não o diferenciava muito, no conteúdo, do programa de Freitas do Amaral.

Em todo o caso, como Álvaro Cunhal afirmou no seu discurso: «A resposta categórica “está excluída!” foi sem dúvida dada em termos demasiado taxativos».

Esta conclusão não significa que se poderia ter admitido o voto em Soares à 2.ª volta, o que teria estimulado o voto útil e oportunista na 1.ª volta. Foi justo não admitir tal voto e apelar à convergência de votos democráti-

cos em Zenha — que, como se viu, sem a divisão provocada pela ida até às urnas da engenheira Lourdes Pintasilgo teria passado à 2.ª volta.

A terceira razão é o corolário lógico, das duas anteriores que determinaram a convocação do XI Congresso (extraordinário): «porque, na grave situação criada pela passagem na 1.ª volta dos dois candidatos de direita, qualquer decisão a respeito da atitude a tomar em relação à 2.ª volta exigia uma reflexão e uma decisão com ampla participação do colectivo partidário».

A decisão foi tomada: o XI Congresso (extraordinário) decidiu apelar ao voto contra Freitas votando necessariamente em Soares.

A decisão do XI Congresso (extraordinário) do PCP encheu de pânico e de raiva a extrema direita fascizante e o seu candidato, Freitas do Amaral.

O PCP, que a extrema direita e Soares têm querido encerrar inutilmente no «ghetto», ergue-se agora na sua verdadeira força e no seu carácter insubstituível para garantir a derrota do candidato da direita fascizante.

Freitas barafusta. Exige que Soares explique os termos do «compromisso» com o PCP (!), que diga o «preço da factura» e as «contrapartidas» do «apoio» dos comunistas a Mário Soares!

A imprensa da direita insinua uma «divisão no CC do PCP» em que uns apelam ao voto em Soares, outros à abstenção (!). Empedernidos reaccionários apolantes de Freitas, como Proença de Carvalho, até se «jnsurgem» «piedosos», contra as «ordens» da direcção do PCP aos «pobres» membros do Partido obrigando-os a «engolir» não o «sapo» mas o «dinossauro» Soares (!!!)

O Congresso deu a resposta concludente às lamúrias e às calúnias da direita.

Não só o Comité Central do PCP está unido sem fissuras na condução do Partido na complexa situação criada em torno das eleições presidenciais, como o Congresso foi a viva expressão da unidade e coesão internas do PCP, da profunda ligação dos seus órgãos dirigentes à base, da extraordinária capacidade dos comunistas para empenharem no rumo certo e com a urgência que a situação exige as suas melhores energias e acção.

A «factura», as «contrapartidas» e quejandas não representam nada de novo na estafada fraseologia da reacção.

Resumo

29
Quarta-feira

Em conferência de imprensa, o Comité Central do PCP divulga a sua decisão de convocar o XI Congresso (extraordinário) do Partido ■ Jovens médicos policlínicos realizam uma vigília junto à porta da residência oficial do primeiro-ministro ■ A FESTRU anuncia a disposição dos trabalhadores da Carris de encetarem novas formas de luta pela reposição do seu poder de compra ■ Termina em Lisboa a reunião internacional de sindicalistas sobre a actividade petrolífera. Os participantes concluem que «a unidade dos países produtores e consumidores» é fundamental para a resolução do problema ■ A Aliança Povo Unido fica com a responsabilidade de doze pelouros na Câmara Municipal de Sintra ■ Um porta-voz da NASA afirma que, as condições de segurança a bordo do vaivém eram deficientes ■ Aviões de Israel atacam a cidade libanesa de Saida ■ A República Popular de Angola adverte os Estados Unidos que o reforço do apoio à UNITA terá consequências nefastas para o relacionamento entre os dois países.

30
Quinta-feira

Trabalhadores do grupo Mondego cortam a estrada nacional que liga o Porto a Vila Real. Os trabalhadores exigem emprego e salário ■ O Sindicato dos Médicos da Zona Sul denuncia a existência de um conlujo entre Gentil Martins e Leonor Beleza ■ É publicada a legislação sobre o seguro automóvel ■ A CGTP alerta para as cobranças abusivas do IVA ■ Segundo um balanço da GNR, os acidentes de viação mataram 1613 pessoas em 1985 ■ A Câmara Municipal da Amadora denuncia a falta de segurança no trabalho da fábrica BIS ■ O Inverno intensifica-se no Norte do País ■ Reagan afirma que está a procurar a «melhor forma» para ampliar o seu apoio à UNITA. Estas declarações foram proferidas durante o encontro que teve com Jonas Savimbi ■ O porta-voz da Secretária norte-americana de Defesa afirma que a destruição do vaivém afecta os planos da guerra das estrelas ■ A Jordânia e a OLP não chegam a acordo sobre a forma de continuar o processo de paz no Médio Oriente ■ Dezenas de milhares de paquistaneses manifestam-se pelo fim da ditadura.

31
Sexta-feira

Por maioria, a Assembleia da República rejeita o pedido de urgência para a aprovação da concessão ao Governo de uma autorização legislativa destinada a rever a legislação laboral ■ Os sindicatos médicos propõem a suspensão do decreto-lei de Leonor Beleza ■ Assalto a uma agência do BNU: roubados dez mil contos ■ Trabalhadores da Imprensa Nacional/Casa da Moeda paralisam pelo aumento salarial ■ Mais de mil plenários do PCP já se realizaram para preparar o Congresso ■ Em almoço no American Club, Cavaco Silva considera fundamental a lei dos despedimentos ■ Cai neve em Portalegre ■ O Bureau do Movimento dos Países Não-Alinhados condena o apoio dos Estados Unidos à UNITA ■ O governo espa-

nhol marca para Fevereiro o referendo sobre a NATO ■ Os Estados Unidos impedem, na ONU, a aprovação de uma resolução condenando a profanação de lugares santos islâmicos em Jerusalém por responsáveis sionistas.

1
Sábado

Os trabalhadores da Função Pública marcam jornada de protesto para dia 5 ■ Sargentos dos três ramos das Forças Armadas comemoram o 31 de Janeiro e reafirmam ideais de Abril ■ O Presidente da República inaugura as obras de ampliação do aeroporto da Madeira ■ A Federação Nacional dos Professores desmarca a greve que estava prevista para dia 5 ■ O Conselho Nacional da CGTP-IN afirma que o voto em Soares pode ser um instrumento para derrotar Freitas do Amaral ■ Desfile de apoio a Freitas na Avenida da Liberdade demora apenas ¼ de hora a passar ■ O primeiro-ministro do Zimbábwe exorta os outros Estados da África Austral a enviarem tropas para combater a Renamo em Moçambique ■ Os militares norte-americanos pretendem aumentar o seu controlo sob o programa espacial da NASA ■ Fidel Castro afirma que o regime do Haiti se transformou numa autêntica «batata quente» para a administração Reagan ■ O primeiro-ministro e presidente provisório do Yémen Democrático acusa os Estados Unidos de ingerência nos assuntos internos do seu país.

2
Domingo



XI Congresso

Realiza-se, na Amadora, o XI Congresso (extraordinário) do PCP que conclui que, perante a existência de duas candidaturas de direita, a única saída para derrotar o projecto fascizante de Freitas do Amaral é votar em Soares ■ Sindicalistas da PSP pedem a demissão de Almeida Bruno ■ O PRD aconselha ao voto em Mário Soares ■ Cai, em Lisboa, mais um prédio ■ MDP/CDE aconselha o voto em Mário Soares ■ O Sporting Club de Portugal conquista o seu oitavo título de campeão da Taça dos Clubes Campeões Europeus de corta-mato. Na competição feminina, o Sporting de Braga revalida o segundo lugar ■ A República Popular de Angola rejeita a proposta sul-africana de troca de prisioneiros ■ No Haiti, a ditadura mostra-se impotente para deter a condenação popular ■ Corazon Aquino, candidata à presidência das Filipinas, anuncia que irá instaurar um processo contra o ditador Ferdinand Marcos.



Policlínicos em greve

3
Segunda-feira

No seu primeiro dia de greve, os médicos policlínicos paralisam praticamente a 100 por cento. Os serviços de urgência não foram afectados ■ O Sindicato dos Maquinistas da CP convoca uma greve para sexta-feira ■ Helena Torres Marques, do PS, pede a suspensão do seu mandato na Câmara Municipal de Lisboa ■ Os sindicalistas do sector afirmam que a reestruturação dos lanifícios deve ser feita sem desemprego ■ A Comissão Portuguesa de Solidariedade com a Nicarágua e pela Paz na América Central acusa a RTP de distorcer a realidade da Nicarágua ■ Continua o julgamento do caso das FPs-25 ■ O Haiti está paralisado em consequência da greve geral contra a ditadura ■ Reestruturação no governo angolano ■ Oscar Arias é eleito presidente da Costa Rica ■ Atentado em Beirute causa nove mortos ■ Em São Tomé e Príncipe são criados novos ministérios ■ Os países da CEE mantêm a sua posição em relação à África do Sul.

4
Terça-feira



A Assembleia da República aprecia um pedido de inquérito aos actos contra a Reforma Agrária praticados pelo Ministério da tutela. ■ Os trabalhadores da Administração Geral do Porto de Lisboa cumprem uma greve de zelo ■ O PRD acusa a RDP-1 de ter «saneado» de um programa sobre a primeira volta das eleições presidenciais. ■ São proclamados os resultados oficiais da primeira volta. ■ O partido fascista PDC apoia Freitas do Amaral. ■ O Partido «Os Verdes» apela ao voto em Soares. ■ O Conselho do Plano aprova parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 1986. ■ A Câmara Municipal de Lisboa cria uma comissão consultiva para a juventude. ■ Segundo a Guarda Fiscal, no ano passado as fronteiras portuguesas foram atravessadas por 48 milhões de pessoas. ■ Caças israelitas desviavam avião comercial líbio. A Síria pede reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU. ■ Ministros da OPEP debatem situação do mercado internacional.

O PCP a quem Soares frequentemente acoimou de antidemocrático e a quem Freitas nega a cidadania (quando os «anacoretas» querem — desta vez até significativamente «abraçados» a Soares — expulsar de novo de Portugal, os comunistas, atirá-los de novo para a clandestinidade) eleva-se com toda a sua força, influência e prestígio políticos, como pilar insubstituível do regime democrático, como grande baluarte da liberdade e da defesa das conquistas fundamentais do 25 de Abril.

Os comunistas apelam ao voto contra Freitas e erguem-se com toda a sua decisiva força contra os projectos revanchistas e de regresso ao passado que animam e sustentam a sua candidatura.

É, por exemplo, significativo, e ao mesmo tempo profundamente ofensivo para uma população que se vai distanciando da influência reaccionária, que uma enorme faixa na frente da manifestação de Freitas no último sábado evocasse de novo «Rio Maior»...

A ameaça antidemocrática é clara. Quando no Pavilhão da Amadora ressoou o grito uníssono «Fascismo nunca mais!» era um profundo sentimento do que verdadeiramente está em jogo nestas eleições presidenciais o que se exprime em milhares de bocas.

O PCP não participa na campanha de Soares mas não se abstém de participar na decisiva batalha do dia 16.

Na sua opção, no apelo que faz ao voto contra Freitas, o PCP tem na devida conta a natureza das forças que o apoiam, o seu papel de homem da contra-revolução, as suas ligações ao regime fascista e, depois de Abril, à gente da CODECO.

Os comunistas portugueses têm também em conta que na base social e política de apoio de Mário Soares — candidato de direita — estão muitos trabalhadores, muitos portugueses democratas e progressistas, socialistas sinceros, e que o necessário voto conjuntural em Soares pode ultrapassar a conjuntura, travar impulsos anticomunistas e antidemocráticos e abrir o caminho do futuro a uma necessária convergência democrática no sentido mais amplo na obra de defesa e consolidação da democracia, dos direitos e liberdades conquistados em Abril, num novo rumo da política nacional para vencer a crise, garantir a elevação das condições de vida do nosso povo e a independência da nossa Pátria. A decisão histórica do XI Congresso (extraordinário) do PCP é uma contribuição essencial para uma grande vitória democrática no dia 16 de Fevereiro e para a necessária derrota da direita fascizante.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Lívrea,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
— 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heika
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Janeiro 35 130

Semana

Avante!

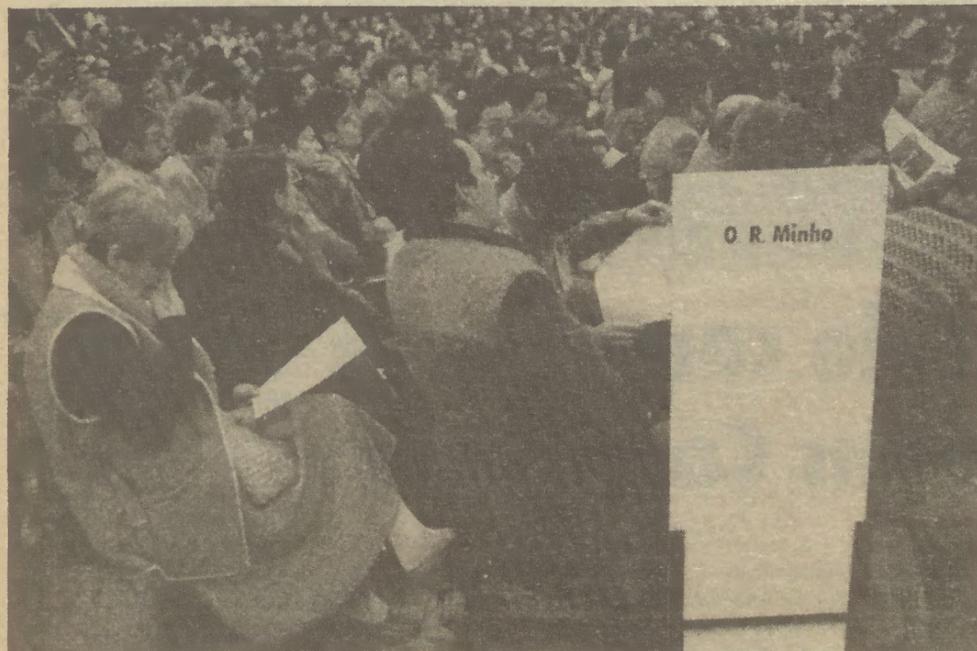
Ano 53 - Série VII

N.º 632

6 de Fevereiro de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



XI Congresso (extraordinário) do PCP



O XI Congresso (extraordinário) foi uma nova afirmação do papel do PCP como força política indispensável da democracia portuguesa.

O XI Congresso (extraordinário) foi uma poderosa afirmação da força organizada, da indestrutível unidade e da influência de massas do PCP.



O XI Congresso (extraordinário) foi uma poderosa afirmação de que, sempre com a classe operária e com todos os trabalhadores, sempre com o povo, sempre com a pátria, o PCP está pronto para a luta que continua em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, na defesa das liberdades, da democracia, das outras conquistas de Abril, na defesa da soberania e da independência nacionais.



Democracia
Desenvolvimento
do País

DEFESA DOS EMIGRANTES

Encontro do PCP sobre problemas de emigração



Extraordinário!

Porquê Extraordinário este Congresso?

Extraordinário porque não se tratou de um Congresso convocado no prazo normal indicado pelos Estatutos do Partido, porque um congresso normal é aquele que se faz anteceder por uma preparação aturada, a nível da elaboração das teses, do planeamento minucioso do seu funcionamento, do aprofundamento e organização do debate prévio em que todas as organizações do Partido são convocadas a participar, discutindo, propondo emendas e alterações. É normal esse clima que, embora vivo e dinâmico, se mostra ponderado na apreciação — fazendo uma análise exaustiva de um passado de alguns anos, pesando e medindo os avanços e recuos, submetendo as orientações à crítica, fazendo um balanço da situação e do trabalho realizado, traçando perspectivas depois de também analisada a situação actual.

Mas então não foi tudo isso que os comunistas levaram a cabo neste Congresso Extraordinário?

Foi, em certa medida. De facto, o que fica de fora, neste Congresso, é o **tempo** e a **forma** que o tempo necessariamente imprime às coisas, às acções e às iniciativas. Mais do que Extraordinário, este foi um Congresso **urgente**.

Tratava-se de resolver com urgência um problema. E todos, dentro do Partido e fora dele, sabiam qual era — a atitude a tomar pelo PCP na segunda volta das presidenciais. Na própria noite da primeira volta já a discussão se travava, como o Congresso veio a confirmar através das intervenções dos delegados. Tal decisão não podia ser tomada de ânimo leve e coração quente. O Congresso Extraordinário foi convocado.

E lá, no Pavilhão da Amadora, o «formal» Congresso Extraordinário mostrava-se um extraordinário congresso. Pelo que mostrava de empenhamento dos militantes, da sua unidade, da sua responsabilidade, de capacidade de dar corpo e expressão às inquietações dos trabalhadores e dos democratas, às suas aspirações, convergindo para uma solução a adoptar e que foi adoptada.

Em quatro dias apenas, muitos milhares de militantes acorreram aos centros de trabalho do PCP, a pavilhões e salas à pressa conseguidos, debateram e discutiram apaixonadamente, resolveram com a cabeça fria, tomaram as responsabilidades que os comunistas sabem tomar no momento preciso. Cada um terá vivido diversamente, mas de modo idêntico no fundamental, toda a problemática que o Congresso debateu — escolher entre dois candidatos de direita o que não se propunha de modo imediato e radical subverter a democracia ameaçando com a sombra do fascismo. E as intervenções, sucedendo-se ao longo das horas, deram conta da diversidade das situações e da compreensão do problema central que se colocava. Enquanto seguiam os debates, lá fora os debates continuavam. E sabíamos que mais longe ainda do lugar do Congresso, por todo o País, nas fábricas e nos campos, nas escolas, nas ruas, o mesmo debate havia começado também no domingo à noite e prosseguia. Com uma diferença — é que, como ouvimos em muitas conversas, todos, mesmo os adversários dos comunistas e os inimigos da democracia, aguardavam uma decisão do PCP.

Os comunistas fizeram o Congresso necessário. Deram conta das aspirações das massas, analisaram a nova situação sem quaisquer preconceitos, corajosamente, revelaram uma sensibilidade e uma inteligência políticas e um sentido da responsabilidade que eram os necessários à situação. Viveram intensamente este congresso, mostraram-se unidos e firmes. Viu-se-lhes mesmo, apesar da espinhosa decisão a tomar, a alegria que lhes é característica e que vem do acerto entre as suas decisões e a necessidade delas para bem dos trabalhadores e do povo português, da Democracia e de Portugal. Para os comunistas, não é nada de extraordinário.

■ L M

PCP



Milhares de comunistas prepararam Congresso

Convocar, preparar e realizar um Congresso constitui um facto de necessário relevo no panorama político nacional cujo grau de importância se pode aferir, entre outras coisas, pelo contexto em que decorre e pela influência e responsabilidade do partido que o promove.

Mas se uma iniciativa desta envergadura é convocada no estrito espaço de cinco dias, se surge para responder a uma nova e perigosa situação como a que emergiu da primeira volta das presidenciais do passado dia 26 de Janeiro e se o partido que lhe mete ombros é o Partido da classe operária (o mais consequente e intransigente defensor dos interesses dos trabalhadores e das conquistas democráticas), então, as coisas mudam um pouco de figura e torna-se legítimo afirmar que estamos em presença de um acontecimento sem precedentes na nossa história recente, uma realização cujas repercussões e extensão (ainda cedo para avaliar com rigor) por certo influirão de forma decisiva no rumo próximo da vida política nacional.

Congresso extraordinário de emergência, sofrendo naturalmente as imposições e contingências que derivam de um reduzidíssimo tempo de preparação, o XI Congresso (extraordinário) do PCP representou, toda-

via, só por si, um importante êxito político que fez recair sobre si as atenções nacionais e que veio uma vez mais comprovar que não há alternativa democrática que fosse dispensar, em circunstância alguma, o contributo dos comunistas e do seu Partido.

Mas será que as condições de representatividade e de democracia interna foram asseguradas? Garantiu-se a vontade maioritária do imenso colectivo partidário? Revestiu-se de autenticidade o órgão máximo dos comunistas portugueses? Interrogar-se-ão porventura, alguns observadores para quem esta decisão do Comité Central foi, no mínimo, surpreendente.

Pois bem, a resposta a todas estas questões deu-a de forma eloquente o próprio Congresso — que o digam quantos tiveram oportunidade de assistir ou participar nos trabalhos — pela forma como decorreu, pelo nível das intervenções proferidas, pelo número de participantes, pela unidade, combatitividade e entusiasmo evidenciados.

E se isto não explica tudo, então falta dizer, que as seis horas ao longo das quais se reuniram vários milhares de comunistas no pavilhão da Académica da Amadora tiveram a antecedência, no curto tempo de quatro dias, muitos outros milhares de horas que se distribuíram por mais de oitocentos (800) plenários e reuniões que envolveram na discussão nada mais nada menos do que cerca de trinta mil comunistas.

De forma aberta, franca e fraterna os militantes comunistas deram assim a sua opinião e a sua apreciação da situação presente, inestimável contributo para a definição das orientações e direcções de trabalho que norteiam a acção do Partido no futuro próximo.

Como sulbinhou o Secretário-Geral do PCP, «uma tal iniciativa seria impossível para qualquer outro partido. Mas muito do que é impossível para os outros já o PCP provou que não é impossível para os comunistas».

É este grande colectivo partidário, pois, que constitui motivo de orgulho para os comunistas e os trabalhadores portugueses. Uma satisfação apenas idêntica à que o Partido tem nos seus próprios militantes e na classe operária, baluartes desta realidade de que ergueu e mantém Abril.

Foram várias horas de intervenções. São cento e tantas páginas de palavras que trazem o vigor dos debates, o reflexo das dúvidas, a afirmação das certezas, a experiência da vida, a vontade da luta.

Publicá-las todas — impossível para um jornal.

Mas, ao escutá-las, ao lê-las depois, ficamos esta sensação forte e profunda: por um lado, a diversidade das experiências e das realidades, a própria diversidade dos debates e das organizações; a unidade de um pensamento comumente construído na luta comum por outro.

O Congresso teve a sua Resolução Política, síntese afinal do querer e do sentir colectivo do nosso Partido. Mas uma ideia nos assaltou: é que estas trinta e tantas intervenções quase pareciam afinal, no seu conjunto, uma só: a do Partido!

E pensamos: porque não?! Porque não, ao invés de procurar outras palavras que as resumissem, resumi-las com elas próprias?! Porque não destas tantas intervenções fazer a intervenção que todas elas são?!

Não alterámos uma palavra. Retirámos parágrafos ou simples frases; caso aqui, caso ali. Alinhámos tudo, pusemos três subtítulos. E, para tudo ficar claro, alterámos os tipos de composição: quando ele muda, é porque as palavras são de outra intervenção que não a anterior.

E aqui está. A intervenção que não seríamos capazes de escrever sozinhos, mas que escrevemos todos juntos. Como cantou um poeta, unidos como os dedos da mão.

Intervenção de Eulália Miranda da Comissão de Verificação de Mandatos

A Comissão de Verificação de Mandatos eleita pelo XI Congresso (extraordinário) do PCP, analisando os dados referentes à preparação deste Congresso e à eleição dos delegados, considera seu dever realçar o êxito político que ele constitui, apesar das condições de urgência da sua convocação.

Estão presentes neste XI Congresso 944 delegados. Destes, 188 são delegados por inerência, segundo o Regulamento do Congresso, dentre os quais 157 são membros do Comité Central. Os restantes 756 delegados foram eleitos nos mais de 800 plenários e reuniões realizados nos últimos 4 dias, com uma massiva participação de militantes, numa demonstração de grande militância, dinamismo e democraticidade do Partido Comunista Português.

Dos delegados presentes 351 são operários industriais e 43 operários agrícolas, num total

de 394 operários, constituindo 41,7% dos delegados. 264 delegados são empregados (28%), 148 intelectuais e quadros técnicos (15,7%), 49 agricultores (5,2%), e 88 de outros sectores e actividades industriais (9,4%).

Dos 944 delegados, 157 são mulheres (16,6%).

Quanto à composição etária, 12 delegados têm menos de 20 anos (1,2%), 177 delegados têm entre 20 e 30 anos (18,8%), 609 entre 30 e 50 anos (64,6%) e 146 delegados mais de 50 anos (15,4%).

Em face dos dados recebidos, a Comissão de Verificação de Mandatos, considerando que estão reunidas as necessárias condições de democraticidade e representatividade do Congresso, saúda os representantes do Partido aqui reunidos e deseja-lhes o melhor êxito no seu trabalho.

PCP

A intervenção

XI Congresso
(extraordinário)
do PCP
2 de Fevereiro de 1986

Rosa Dias,
Rosa Dias,
Francisco Pacheco

No passado domingo, quando se entrava pela noite dentro e se ia confirmando que se estava perante a derrota do candidato Salgado Zenha, os rostos, até então confiantes, enchiam-se de amargura e desgosto, não conseguindo até conter as lágrimas. Na segunda-feira, por todo o lado se discutia com grande emoção qual deveria ser a posição dos comunistas na segunda volta. A nova situação gerada pelos resultados eleitorais de 26 de Janeiro e os perigos que dela decorrem foram discutidos por muitos camaradas que em pequenos grupos, quer em reuniões específicas de alguns núcleos de célula.

Com a derrota da candidatura da área democrática e a passagem à segunda volta das duas candidaturas de direita, nova e difícil situação foi criada, verificando-se nas horas que precederam a tomada de conhecimento da resolução do Comité Central momentos de angústia, mas simultaneamente de confiança na certeza de que a direcção do Partido saberia encontrar a resposta necessária a mais uma situação de grave ameaça para o regime democrático do nosso país. Na situação nova e complexa que temos, não seria de esperar à partida uma opinião unânime sobre a posição a tomar na 2.ª volta das eleições presidenciais.

Foi um debate que ultrapassou as reuniões, saiu para a rua e para as empresas, alargou-se para fora do Partido, comprovando o papel central e determinante do PCP, neste momento particularmente em evidência.

A rápida análise da direcção do Partido em apontar uma solução, a decisão de convocar um Congresso Extraordinário, precedido de um amplo e vivo debate, permitiu que os factores emocionais dessem lugar a um raciocínio lógico: a necessidade de derrotar Freitas do Amaral. A realização das reuniões e plenários já efectuados, com a participação de milhares de camaradas, mostraram acordo geral quanto às conclusões da reunião do Comité Central de 28 de Janeiro último. Numerosos camaradas sublinharam durante os debates, que essa boa afluência de comunistas às reuniões preparatórias deste Congresso deve ser entendida como uma indiscutível prova de elevada consciência política, de coesão e de força do Partido, perante uma situação política nova, complexa e cheia de perigos para a democracia portuguesa.

Vale a pena citar algumas opiniões e interrogações, como por exemplo: «Se votarmos Soares e Soares perder como é?»; «Não sei ainda se sou capaz de votar Soares»; «O voto contra Freitas não é um voto de apoio a Soares»; «Se eles são iguais para quem escolher?»; «A abstenção seria o voto em Freitas»; «O que me apetecia era fazer um desenho em cada um»; «Hoje, se não fosse M. Soares, os socialistas queriam um candidato comum»; «O Partido mostrou a unidade e coesão na votação

de Zenha, temos de as defender»; «O Partido tem de dizer clamantemente que Soares é um homem de direita»; «A abstenção gera a divisão dos trabalhadores nas empresas».

Contra a ameaça do fascismo...

É com grande apreensão que vemos a força com que se tem vindo a desenvolver a candidatura ultra-reaccionária e fascizante de Freitas do Amaral. O verniz estalou durante a campanha. Na sua passagem pelo concelho de Alpiarça — terra de grandes tradições democráticas, onde os seus melhores filhos passaram nas masmorras da PIDE mais de 200 anos de prisão por lutarem pela liberdade — foi acompanhado por um contingente de homens da GNR, com videiras e cães-policiais, ocupando locais estrategicamente definidos.

Não nos esqueçamos que já em 1980, quando a «AD» ganhou a maioria absoluta em eleições legislativas, ainda o escrutínio não fora completamente encerrado, e já os comunistas e o seu Centro de Trabalho, em Loures, estavam a ser atacados à bala por elementos da «AD», só não se tendo registado vítimas por mero acaso.

Durante a campanha, em C. Rainha aquando da passagem de F. do Amaral, os seus apoiantes entreteveram-se a fazer uma fogueira em plena praça com os cartazes de S. Zenha. Em Leiria, desde pneus esfaqueados, passando por pasquins como «O Dia» deixados à porta do CT, até a telefonemas numa rádio local perguntando se o CT já estava a arder. Em Porto de Mós ouviu-se dizer que se F. do Amaral ganhasse na 1.ª volta, cercariam Marinha Grande e o CT seria assaltado. Em Alcoçaba um ambiente intimidatório, indo ao ponto da elaboração de listas negras que incluíam o número de votantes de S. Zenha e Lourdes Pintasilgo com os respectivos nomes, ambiente que só se dissipou no dia 29, com a conferência de imprensa dada pelo PCP.

Mas saliente-se o facto de, contrariamente à chamada «dinâmica de vitória» de Freitas, já depois da 1.ª volta das presidenciais, as listas estudantis afectas ao «freitismo» terem sido inapelavelmente derrotadas nas eleições para a AAC e para a DAE da Faculdade de Letras do Porto, onde uma lista democrática venceu com a maior votação e com a maior vantagem de sempre. Nestas escolas, a vitória de listas claramente afectas a Freitas do Amaral, aparecia como altamente provável após a 1.ª volta das presidenciais. Verificou-se, no entanto, uma forte mobilização dos estudantes democratas que levou à derrota das forças estudantis reaccionárias.

A provocação da madrugada do dia 27 contra o Centro de Trabalho do nosso Partido na Boavista era um sinal bem claro da dinâmica fascizante das forças apoiantes da candidatu-

ra de Freitas do Amaral. Com muitos jovens dirigidos por fascistas, aos gritos de «morte aos comunistas» e saudação nazi — a que só a resposta firme dos camaradas pôs termo.

Foi analisado, nas nossas reuniões, o perigo que correria o sistema constitucional da autonomia, se fosse eleito presidente um político da extrema direita que entende o Poder como o exercício de uma autoridade centralizada, pessoal e indiferente aos interesses do povo e às particularidades das regiões.

A participação de um considerável número de jovens na campanha de Freitas do Amaral, não representa uma adesão da juventude ao seu projecto fascizante, mas sim a atracção pelo marketing e pelo ambiente de festa e alegria que conseguiram criar, utilizando um cenário jovem fabricado e ampliado nas imagens televisivas, suportado por um numeroso grupo de jovens pagos, que acompanharam Freitas em todo o seu percurso. É real, no entanto, que grande número de jovens se deixou iludir e atrair. Pensamos que há outros motivos insuficientemente apurados e que devem merecer a preocupação, o estudo e mais trabalho por parte da JCP e do Partido.

Nestes últimos dias, foram inúmeras as pessoas que contactaram o Partido, manifestando a sua preocupação (para não dizer medo) de que uma abstenção dos comunistas relativamente ao voto em Mário Soares tivesse como consequência a eleição de Freitas do Amaral. Agora importa, acima de tudo, com a nossa intervenção nas eleições, impedir a eleição de Freitas do Amaral.

...e sem ilusões em Soares

Temos plena consciência de que é difícil optar entre as duas candidaturas que irão aparecer no boletim de voto no próximo dia 16 de Fevereiro, que a democracia corre risco e que o 25 de Abril e as suas conquistas estão agora mais ameaçados do que nunca. Nós conhecemos bem Mário Soares. Sabemos perfeitamente, na nossa própria carne, das suas responsabilidades na política de direita a que o País tem estado sujeito.

Foi Mário Soares quem quem dirigiu e apadrinhou a prática do clientelismo, da prepotência, da ausência de diálogo. Foi durante a governação de Mário Soares que foram aprovados pacotes laborais, que muito lesam os nossos direitos e não esqueçamos a iimitação de liberdades patente na prisão dos nossos dirigentes sindicais.

Não esqueceram os trabalhadores da Marinha Grande tudo o que sofreram com Mário Soares em Primeiro-Ministro — fome, salários em atraso, maus tratos físicos, enxovalhos. Não temos quaisquer ilusões acerca das suas ideias e objectivos políticos.

Em Pias a UCP Esquerda Vencerá em pouco tempo sofre

35 reservas, 7200 hectares de boas terras são retirados aos trabalhadores e entregues aos latifundiários, olivais, vinha, instalações, lagares de azeite, adega, 5500 cabeças de gado, 50 tractores e 300 postos de trabalho destruídos, mais de 100 trabalhadores espancados, mas a heróica resistência dos trabalhadores, encabeçada pelos comunistas foi e é um facto reconhecido por todos.

A Mário Soares e à sua política de direita deve trás-os-Montes a degradação e encerramento das vias férreas regionais; o encerramento de empresas como a Vicominas e a Milnorte; o fim do Plano Side-rúrgico Nacional e o correspondente desaproveitamento dos ferros de Moncorvo; a Mário Soares «agradecem» os transmontanos o contínuo empobrecimento da agricultura regional e a sua colaboração com a corrupção reinante em tantas autarquias da região.

Mas também, camaradas, desde a noite mal dormida de domingo para segunda, era evidente que não votar em Mário Soares era eleger Presidente da República Portuguesa no Portugal de Abril, a tenebrosa figura de Freitas do Amaral... Como certamente nas restantes organizações, na Organização Regional de Setúbal não há um único membro que não lhe custe muitíssimo pôr a cruz à frente de quem tanto mal tem feito ao desenvolvimento da luta dos portugueses.

Sabemos que não é igual ter Freitas do Amaral ou Mário Soares na Presidência da República, embora eles sejam ambos candidatos de direita, só que Freitas representa a extrema direita que vai frontalmente contra aquilo que são direitos dos trabalhadores alcançados com o 25 de Abril. Disso nós não devemos ter dúvidas.

Nas reuniões realizadas entre militantes e nas discussões com outros democratas, são geralmente apontadas duas diferenças entre Freitas do Amaral e Mário Soares: as suas diferentes bases sociais de apoio e os diferentes ritmos que cada um deles imporá à tentativa de destruição do regime democrático.

É claro que as forças sociais e sectores que apoiam a candidatura de Soares são forças e sectores democráticos. Em contrapartida o Freitas do Amaral é hoje a ponta de lança da extrema-direita, o cartaz do saudosismo fascista, encarna as forças do 24 de Abril.

Se assim é, os democratas, e particularmente a organização do PCP, não podem ficar de braços cruzados, porque a base social de apoio de Mário Soares não é a mesma que a de Freitas do Amaral.

Pelo que transmitiram os camaradas nas diversas reuniões efectuadas, garantimos o empenhamento da organização na batalha pela derrota de Freitas do Amaral. Tudo faremos para fazer compreender aos camaradas indecisos, aos democratas e trabalhadores, a importância e o significado da hora presente e a necessidade de unir os nossos votos para derrotar o perigo imediato.

Estamos conscientes que, tal como a direcção do nosso Partido prevê e aponta, é de grande necessidade termos que votar num candidato que, não nos merecendo a mínima confiança pelo seu trabalho na contra-revolução e males causados ao nosso povo, será nas circunstâncias actuais o candidato que levará o nosso voto para travar o caminho ao fascismo. Para evitar que as nossas portas não sejam de novo deitadas a baixo pela calada da noite, colocaremos a mão esquerda na fotografia de Soares no boletim de voto e faremos com a mão direita a cruz no lugar certo, evitando que seja eleito Presidente da República o revanchista Freitas do Amaral, mas conscientes que, só através da luta, os trabalhadores defenderão os seus interesses e o Portugal de Abril.

Como dizia um camarada: em 16 votaremos nele, mas, se for preciso, uma semana depois viremos para a rua lutar contra Mário Soares.

A importância decisiva do PCP

Sobre o resultado deste nosso Congresso existe uma grande expectativa entre camaradas e amigos, expressa na forma como decorreram as reuniões preparatórias e no interesse com que procuram saber da nossa posição.

São sintomáticas as manifestações de simpatia e apreço que chegam até nós, por parte de socialistas e trabalhadores, pela coragem e firmeza que o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores dá provas, hoje como sempre, na luta sem tréguas em defesa das conquistas democráticas, contra o processo contra-revolucionário e o retorno ao passado, com que continuam a sonhar os reaccionários de todos os calibres.

As reuniões havidas foram uma demonstração da vitalidade democrática do nosso Partido. Não esconder as dificuldades e os problemas. Pelo contrário, é ouvindo, discutindo e esclarecendo, que reforçamos o nosso grande colectivo, e dizemos com orgulho, somos militantes do Partido Comunista Português.

Como afirmou um militante: os trabalhadores procuram os comunistas como espelhos onde vejam a posição a tomar! Apesar da situação difícil, o ambiente que se respira é o da consciência clara da importância decisiva do nosso Partido.

Os trabalhadores, a democracia, o País, esperam de nós a melhor decisão. Estamos certos que com ela o Partido reforçará a sua implantação e prestígio.

Cada vez mais a luta vai desempenhar um papel decisivo. As forças da reacção não conseguiram dividir o Partido, e não conseguirão isolar o Partido dos trabalhadores e dos democratas.

A unidade e a força do PCP são o garante essencial da luta futura.

Albertina Palma,
Conceição Pereira
Carlos

Soveriano Falcão

José Martins Boleixa

Isabel Alves

Rosa Dias

João Decq Mota

Francisco Pereira

Aníbal Barbosa,
Graciete Baptista

António Pegulho,
Abel da Silva Grilo

Lourdes Rodrigues

Maria Elvina Ribeiro

Maria José Borralho

José Luís dos Santos

Alberto Gomes Rodrigues,
José Espada

José da Silva Araújo

Armando Branco

Diamantino Dias

José Alves, José Inácio Moutinho

José da Silva Araújo,
Maria José Borralho

Rosa Dias

Apolónia Teixeira

César Roussado

Armando Eiras Coutinho

Rosa Dias

José Martins

António Serafim

Mário Pratas,
Francisco Lopes

Maria de Fátima Neves

Jorge Ferreira Amorim,
José Palma,
Luís Seródio

Jorge Ferreira Amorim

PCP



Órgãos do Congresso

Ao iniciarem os seus trabalhos, os delegados elegeram os seguintes órgãos do Congresso, cuja composição é a que segue:

COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE MANDATOS

Aurélios Santos
Eulália Miranda
José Teodósio Cachôchas

SECRETARIADO DO CONGRESSO

António Martins Coelho
António Portugal
Domingos Abrantes
Jorge Araújo
Luísa Araújo
Vitor Neto

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Álvaro Cunhal
Carlos Brito
Carlos Costa
Domingos Abrantes
Vitor Dias

44 intervenções

Foi de 44 o total das intervenções registadas no XI Congresso (extraordinário) do PCP. Após a abertura dos trabalhos pelo camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do CC, usaram da palavra os seguintes delegados:

Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Francisco Lopes, membro do CC e do Executivo da DORL.

José Martins Boleixa, membro da DORLEI.

Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

José Alves, membro da Comissão Concelhia de Évora.

José Palma, membro da DORAL.

Isabel Alves, membro da Direcção Central do Ensino Superior e da Direcção Central da JCP.

Francisco Pacheco, membro do secretariado da célula da Sidurgia Nacional.

Severiano Falcão, membro do CC e da Comissão Concelhia de Loures.

José Luís Fernandes dos Santos, membro da DORT.

Carlos Brito, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

Conceição Pereira Carlos, membro do Executivo da DORSA.

Jorge Ferreira Amorim Matos, membro da Comissão Distrital de Castelo Branco.

Maria de Fátimas Neves, membro da DORM.

Mário Pratas, membro da DORBL.

Rosa Dias, membro da DORP.

Mário Joaquim Pires, membro da Comissão de Freguesia da Pontinha.

Aníbal Barbosa, membro da DORAM.

José Espada, membro da Comissão Concelhia de Grândola e da DORS.

Abel da Silva Grilo, membro do secretariado da célula da Sorefame.

Francisco Pereira, membro do CC e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

José da Silva Araújo, membro da Comissão de Freguesia de Leça do Balio.

Vitor Dias, membro do CC.

Apolónia Teixeira, membro da DORS e do Executivo da Comissão Concelhia do Barreiro.

Diamantino Dias, membro do CC e da DORA.

Armando Frias Coutinho, membro da Comissão Concelhia de Gondomar.

Eulália Miranda, em nome da Comissão de Verificação de Mandatos.

César Roussado, membro do CC e da DORBL.

Graciete Batista, membro da Direcção dos Sectores Intelectuais de Lisboa.

Armando Branco, membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo.

Albertina Palma, membro da Organização dos Professores do Concelho de Setúbal.

João Alberto Decq Mota, membro do Executivo da Comissão da Ilha do Faial.

Maria José Borralho, membro da Comissão de Freguesia de Pias.

José Casanova, membro da Comissão Política do CC.

José Inácio Moutinho, membro da Comissão Distrital da Guarda.

Lurdes Rodrigues, membro da Organização da Função Pública da ORL.

Alberto José Gomes Rodrigues, membro da Comissão Distrital de Bragança.

António Carlos Mira, membro da célula da Equimetal.

Luís Seródio, membro da Comissão Distrital de Viseu.

Maria Etelvina Rosa Ribeiro, membro da DORLEI e da Comissão Concelhia da Marinha Grande.

António Peginho, membro da célula da Câmara Municipal de Ponte de Sôr.

José Fernandes Martins, membro da Comissão Concelhia do Entroncamento.

António Serafim, membro da Comissão de Freguesia de Campanhã.



Mesa da Presidência

A Mesa da Presidência do Congresso, eleita por unanimidade na abertura dos trabalhos, ficou com a seguinte composição:

Membros da Comissão Política e membros do Secretariado do Comité Central: camaradas **Álvaro Cunhal**, **Ángelo Veloso**, **António Dias Lourenço**, **António Gervásio**, **Carlos Brito**, **Carlos Costa**, **Diniz Miranda**, **Domingos Abrantes**, **Fernando Blanqui Telxela**, **Jaime Serra**, **Joaquim Gomes**, **Jorge Araújo**, **José Casanova**, **José Soeiro**, **José Vitoriano**, **Octávio Pato**, **Raimundo Cabral** e **Sérgio Vilarigues**.

Membros suplentes da Comissão Política e membros suplentes do Secretariado do Comité Central: camaradas **António Lopes**, **António Orcinha**, **Artur Vidal Pinto**, **Bernardina Sebastião**, **Carlos Ramilides**, **Edgar Correia**, **Jaime Félix**, **Luísa Araújo** e **Zita Seabra**.

Foram ainda eleitos para a Mesa da Presidência os seguintes camaradas: **Adelino Gouveia**, agricultor, membro da Comissão Concelhia de Lamego; **Aleixo Perelra Braz**, pescador, membro da Direcção da Organização Regional de Leiria e membro da Direcção da Unipescaria; **Alexandre António Oliveira**, operário metalúrgico, membro da Direcção da Organização Regional do Porto; **Ana Maria Brito Jorge**, professora, membro da Organização dos Professores; **António Mendes Vieira**, operário têxtil, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Minho e da Comissão Concelhia de Guimarães; **António Ramos Cardoso**, operário têxtil, membro do Executivo da Comissão Distrital de Castelo Branco e do Secretariado da Comissão Concelhia da Covilhã; **António Rodrigues Vitória**, empregado, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Alentejo e da Comissão Distrital de Beja; **Astrigildo Barreiros**, operário foneiro, membro do Secretariado da Célula da Sorefame; **Carolina Mega**, empregada de escritório, dirigente do Movimento Democrático das Mulheres; **Conceição Pereira Carlos**, operária agrícola, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Santarém; **Delfim Mendes**, operário químico, membro da Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica; **Duarte Melo**, carpinteiro, membro da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores e da Comissão da Ilha de S. Miguel; **Fernando Silva**, operário nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, membro da Direcção da Organização Regional do Minho e da Comissão Distrital de Viana do Castelo; **Henrique Neves**, operário, membro do Comité Central e do Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa; **João Fernando Serra**, operário agrícola, membro da Comissão Distrital de Portalegre; **José António Lopes**, professor, membro da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes e da Comissão Concelhia da Chaves; **José Luís Gonçalves**, empregado bancário, membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira e da Comissão Concelhia do Funchal; **Júlio Filipe**, técnico de desenho, membro do Comité Central e do Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa; **Luís Corceiro Mendes**, técnico, membro da Comissão para o Trabalho entre a Emigração; **Luís Sá**, advogado, membro do Comité Central e da Comissão para o Trabalho nas Autarquias Locais junto do Comité Central; **Lurdes Cunha**, empregada, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Algarve; **Maria Guilmar Simões**, operária conserveira, membro da Comissão Concelhia de Sesimbra; **Maria de Lurdes Pinheiro**, empregada de escritório, membro da Comissão Distrital da Guarda e do Secretariado da Comissão Concelhia da Guarda; **Maria Madalena Santos**, estudante, membro da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa; **Maria Odete Silva**, doméstica, membro da Comissão Distrital de Aveiro para o Trabalho das Mulheres e da Comissão de Freguesia de Anta; **Mário Prata**, operário, membro da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral e do Secretariado da Comissão Distrital de Coimbra; **Miguel Urbano**, jornalista, membro da Organização dos Jornalistas da Organização Regional de Lisboa; **Rui Manuel Ferrelra**, empregado, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Santarém; **Serafim Brás da Silva**, operário agrícola, membro do Comité Central, membro da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes e da Comissão Distrital de Bragança; **Serafina Rodrigues**, técnica de desenho, membro do Secretariado da Célula da Mague; **Sofia Maria Rodrigues**, operária agrícola, membro da Direcção da Organização Regional do Alentejo e da Comissão Distrital de Évora; **Vicente José Merendas**, serralheiro, membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal e membro da Comissão Concelhia de Almada.

Representações diplomáticas

Assistiram aos trabalhos do XI Congresso (extraordinário) do PCP vários representantes das missões diplomáticas creditadas em Lisboa. Além dos embaixadores da União Soviética, República Democrática Alemã, Bulgária, Cuba, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Roménia, Angola, Guiné-Bissau, Zâmbia, Nigéria e Dinamarca, deslocaram-se à Amadora representantes diplomáticos de Cabo Verde, Jugoslávia, Argélia, China, RPD da Coreia, França, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e OLP.

Álvaro Cunhal no encerramento do Congresso

«Temos razões para nos alegrar da vivacidade dos debates, da franqueza e do calor na defesa das várias opiniões»

No dia 28 de Janeiro, apenas há 5 dias, o Comité Central reunido em sessão plenária examinou a nova situação decorrente da passagem à 2.ª volta das eleições presidenciais e resolveu convocar este XI Congresso (extraordinário) do nosso Partido.

Submeteu as suas propostas à apreciação do Partido. Em quatro dias realizaram-se debates nos quais participaram dezenas de milhares de membros do Partido. Este pavilhão foi-nos entregue cerca da meia-noite de ontem. Hoje, à hora marcada para o início dos trabalhos, tudo estava pronto, operacional e com o arranjo e a dignidade a que estamos habituados nas nossas iniciativas.

O Congresso realizou-se e está terminando os seus trabalhos.

Creio, camaradas, que todos temos plena consciência de que a realização do XI Congresso (extraordinário) foi uma iniciativa adequada à situação, de que o nosso Partido está cumprindo o seu dever para com o povo e o país, de que o Partido sai reforçado do Congresso e de que as decisões tomadas terão profundas e positivas repercussões na vida política nacional.

As decisões que o nosso XI Congresso (extraordinário) acaba de tomar não são decisões de alegria. São decisões de responsabilidade.

Uma vez mais, numa situação particularmente complexa e perigosa, o PCP intervém na vida política como uma força essencial e em muitos aspectos determinante para a defesa da democracia.

O Congresso examinou e aprovou a orientação e a actividade do PCP nas eleições presidenciais.

Examinou e aprovou a orientação e a luta do Partido para o consenso e a convergência de votos necessários para uma vitória democrática.

Examinou e aprovou o apoio do PCP à candidatura de Salgado Zenha e a acção desenvolvida (incluindo através da apresentação da candidatura de Ângelo Veloso) para que a vitória de Zenha fosse possível.

O nosso Congresso extraordinário comprovou que os comunistas tudo fizeram para que fosse possível derrotar os candidatos da direita nas eleições presidenciais.

Os comunistas tudo fizeram para que fosse alcançado o consenso

sa, todos os esforços devem ser desenvolvidos no sentido da unidade dos democratas e patriotas.

A atitude do Partido na 2.ª volta das eleições presidenciais foi o ponto único da ordem de trabalhos.

Culminando os debates realizados, o XI Congresso (extraordinário) aprovou as propostas do Comité Central.

Considerou que uma eventual vitória de Freitas do Amaral e do seu plano ultra-reaccionário e fascizante representaria uma grave e iminente ameaça para a democracia.

Considerou que a abstenção ou o voto nulo ou branco dos comunistas significaria inevitavelmente a eleição de Freitas do Amaral.

Por isso, proclamando (e não deixando a esse respeito quaisquer dúvidas) que o PCP não apoia Soares, nem a sua candidatura, nem o seu programa e os seus planos, nem alimentando quaisquer ilusões acerca do que será a sua actuação futura — o XI Congresso (extraordinário) considerou que, para impedir que Freitas do Amaral seja eleito Presidente da República, é absolutamente necessário que os trabalhadores e os democratas se unam na 2.ª volta contra Freitas do Amaral e que o único voto possível para derrotar Freitas do Amaral é o voto em Mário Soares.

Creio, camaradas, que uma tal decisão só é possível num partido revolucionário como o nosso — o PCP — com a elevada consciência política, com o mais elevado sentido da sua responsabilidade perante o povo e o País, com a consciência de que a sorte da democracia depende em grande parte da sua orientação e da sua acção.

Na verdade, só a profunda compreensão da situação actual e dos perigos que comporta, só uma muito elevada consciência política podem levar trabalhadores da Reforma Agrária, que foram esbulhados das suas terras, dos seus gados, das suas máquinas, das suas instalações, das suas colheitas e que sofreram a brutal repressão da GNR — tudo entregue aos agrários para restauração dos latifúndios —, a pôr o seu voto naquele que é um dos principais senão o principal responsável da ofensiva destruidora contra a Reforma Agrária.

Só uma profunda compreensão da situação actual e dos perigos que comporta, só uma muito elevada consciência política podem levar trabalhadores das empresas nacionalizadas e outras empresas destróadas pela ofensiva de recuperação capitalista, trabalhadores des-



e a convergência dos apoios e dos votos num candidato da democracia.

O nosso Partido esteve à altura da complexa situação existente. No acto eleitoral do dia 26 de Janeiro deu valiosa contribuição para que os candidatos de direita (Freitas e Soares) viessem a ser derrotados.

As causas do insucesso eleitoral de Zenha foram examinadas pelo nosso Congresso extraordinário e estão contidas na resolução política que o Congresso acaba de aprovar.

Do exame das várias causas resulta que a causa imediata, principal e determinante foi a dispersão e a perda de votos na candidatura de M. L. Pintasilgo.

Temos necessariamente de combater concepções, posições e ilusões altamente responsáveis pelo insucesso de Zenha e pela passagem à 2.ª volta de Freitas e Soares.

Temos de tirar a lição dos acontecimentos incluindo os relativos às outras causas desse insucesso.

A hora não é porém para recriminações recíprocas que possam criar ou reforçar fracturas e divisões no campo democrático.

O XI Congresso (extraordinário) nas suas conclusões e nas intervenções dos delegados, considerou que, no momento que se atriaves-

pedidos, trabalhadores desempregados, trabalhadores com salários em atraso, trabalhadores agredidos, a pôr o seu voto naquele que é um dos principais senão o principal responsável por essa dramática situação.

Só uma profunda compreensão e uma elevada consciência política podem levar a votar em Soares todos aqueles que sofreram na sua própria carne as consequências da sua política de direita e de alianças e coligações com a direita.

A decisão acaba de ser tomada com a aprovação da Resolução Política do nosso XI Congresso (extraordinário) do PCP.

Em 944 delegados houve dois votos contra. Votar contra é um direito dos membros do Partido. Como as intervenções dos delegados informaram, a esmagadora maioria dos participantes nos debates expressou a sua aprovação das propostas do Comité Central. Registraram-se também dúvidas e opiniões diferentes.

Temos razões para nos alegrar da vivacidade dos debates, da franqueza e do calor na defesa das várias opiniões.

Creio que o nosso Congresso tem razões para agradecer, tanto aos camaradas que expressaram a sua aprovação, como àqueles que expressaram a sua dúvida ou as suas discordâncias, a contribuição que todos deram para o esclarecimento dos complexos proble-



mas da hora actual, para o aprofundamento da análise e para o rigor das nossas conclusões e decisões colectivas.

Todos tiveram e têm o direito de defender as suas opiniões. Mas já não é lícito que um membro do Partido afirme que votará segundo a sua própria opinião e não segundo as decisões tomadas democraticamente e colectivamente pelo seu próprio Partido e pelo órgão supremo do Partido que é o Congresso.

Os debates e o Congresso constituíram uma nova e rica expressão da democracia interna do Partido e também da sua inabalável unidade.

Continuaremos a assegurar e a reforçar a democracia interna e a unidade do nosso Partido como uma das causas da sua força inventível.

Uma questão que se colocou no debate preparatório e nas intervenções dos delegados foi a questão de saber se o apelo ao voto contra Freitas significaria a participação na campanha de Soares.

A resposta do XI Congresso (extraordinário) é clara.

A intervenção dos comunistas relativamente à 2.ª volta das eleições presidenciais será uma ampla acção de esclarecimento na base da orientação definida no XI Congresso (extraordinário) do nosso Partido.

Mas, como ressalta com evidência das conclusões do Congresso, os comunistas não participarão de forma alguma na campanha de Soares.

Na perigosa situação actual, uma vez mais aparece, como realidade inegável da vida portuguesa, que o PCP não é apenas a mais sólida trincheira das liberdades e da democracia, mas a força que, pela sua solidez política, pela sua profunda ligação com a classe operária e as massas trabalhadoras de que é vanguarda, pela sua fidelidade às conquistas de Abril, pela sua experiência, pela sua determinação, pela dedicação e coragem dos seus membros, é chamado na presente conjuntura a desempenhar um papel essencial, que pode ser determinante, para a defesa do regime democrático criado com a revolução de Abril.

O XI Congresso considerou que é nossa tarefa tudo fazer não para afastar antes para aproximar e unir todas as forças e sectores democráticos.

É um sentimento geral, confirmado por numerosos factos, que os perigos decorrentes da passagem à 2.ª volta dos dois candidatos de direita, e o perigo maior e iminente que resultaria da eleição de Freitas para Presidente da República, criam condições favoráveis à aproximação, ao entendimento, à convergência e à unidade dos democratas e patriotas portugueses.

Pela nossa parte tudo faremos para que essa aproximação, entendimento e unidade sejam alcançados como a situação exige.

É justo esperar que de todas as forças e sectores democráticos haja idêntica compreensão do carácter imperativo da unidade e também a compreensão de que a unidade exige que desapareça da vida democrática o recelo das «conotações», exige o termo dos preconceitos e discriminações anticomunistas no campo democrático.

E exige o termo desses preconceitos e discriminações, além do mais, porque, uma vez mais, a situação confirma sem sombra de dúvida, que, **sem o PCP e muito menos contra o PCP, se não pode fazer frente à reacção e assegurar a defesa, o prosseguimento e a vitória da democracia.**

Com a passagem dos dois candidatos da direita à 2.ª volta, a reacção e todos os poderosos meios de comunicação social que controla, se apressaram a proclamar aos quatro ventos que o PCP estava derrotado, sem saída, condenado à passividade e à marginalização.

Mas eis que uma vez mais — nos trabalhos preparatórios do XI Congresso (extraordinário); na grande e empenhada participação em debates abertos, francos e democráticos; na realização do XI Congresso (Extraordinário) para cujas decisões se voltam neste momento a confiança e a esperança dos trabalhadores e dos democratas portugueses; nas responsáveis decisões do Congresso; na profunda repercussão na situação política que irão ter essas decisões; na determinação, combatividade e na grande confiança no Partido nesta hora amarga — uma vez mais, **o nosso grande e glorioso Partido** — sempre com a classe operária, sempre com as massas populares — em vez de derrotado e abatido, em vez de condenado ao «ghetto» e à passividade, **aparece de pé e bem de pé, voltado para a luta que continua, voltado com confiança para o futuro.**

Empenharemos no imediato as nossas forças para a derrota de Freitas do Amaral na 2.ª volta das eleições presidenciais.

E com os trabalhadores, com o povo, com os democratas, **estamos prontos e unidos para a luta que continuará para além das eleições.**

**Viva Portugal de Abril! Fascismo nunca mais!
Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade dos democratas!
Viva o XI Congresso (extraordinário)!
Viva o Partido Comunista Português!**

PCP



A presença dos jornalistas

O XI Congresso (extraordinário) do PCP foi acompanhado por jornalistas nacionais e estrangeiros, em representação de numerosos órgãos de Informação. A todos os profissionais que se deslocaram ao pavilhão da Associação Académica da Amadora, os serviços de apoio do Congresso deram a colaboração necessária, nomeadamente na cedência de documentação e ou-

tras informações, além de apoio técnico.

O Congresso esteve aberto aos jornalistas do primeiro ao último minuto e cerca das 17 e 30, na sala de imprensa localizada à entrada, houve um encontro informal com Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central e presidente da bancada comunista na AR. Na ocasião, o

dirigente comunista respondeu a várias questões e prestou os esclarecimentos solicitados.

Para acompanharem os trabalhos do Congresso nas melhores condições possíveis, os profissionais da Comunicação Social (Imprensa, Rádio e TV) tinham lugares reservados na zona dos convidados especiais, no topo da bancada lateral do pavilhão.



Todos os serviços de apoio assegurados com êxito

Dezenas de camaradas estiveram envolvidos nas tarefas dos vários serviços de apoio que funcionaram durante todo o Congresso assegurando no plano técnico o êxito do grande encontro da Amadora.

Além dos gabinetes de dactilografia e reprodução de documentos, de Imprensa e dos apoios a convidados especiais e a membros do corpo diplomático, funcionaram outros serviços como a recepção, verificação de mandatos, som, electricidade, gravação-vídeo, fotografia, posto médico, telefones, guião, apoio a delegados e à tribuna e ligação entre serviços.

No exterior do pavilhão a or-

Feito em 5 horas e arrumado em duas



**XI Congresso
(extraordinário)
do PCP**
2 de Fevereiro de 1986

Há quem goste — e não apenas na direita, em geral — de resumir o Partido Comunista Português como «aquela máquina», uma coisa assim oleadinha, que responde sempre à primeira e se porta bem até ao fim. Sob o aparente elogio à (real e sem paralelo, no panorama político-partidário nacional) eficácia do PCP, podem esconder-se, entretanto, intenções nada lisonjeiras, como a que, subjacentemente, é possível ler na afirmação: de que, no fim de contas, o PCP não passa de uma «seita» de fanáticos empanturrados de misticismo, a quem se removeu a individualidade e que se pode utilizar em quaisquer tarefas ou circunstâncias. «Uma máquina». Tais possíveis interpretações revelarão, por último, uma fragilidade ou, se quisermos, uma incapacidade — a de perceber um colectivo como o PCP — quando, ao cabo e ao resto, a questão é tão simples como isto: as razões da sua força estão na força das suas razões — que, de resto, são simples, claras e do conhecimento de todos.

Houve, entretanto, razões para convocar e erguer, em tempo recorde, o XI Congresso (Extraordinário) do Partido. Por resposta, veio a força necessária. Com a razão de sempre... e a eficácia do costume.

Vale a pena dar uma vista de olhos — quanto mais não seja por causa daqueles que acreditam em seitas e devem estar com eles em bico!

O Pavilhão da Associação Académica da Amadora (na Reboleira), onde decorreram os trabalhos do XI Congresso (Extraordinário) do PCP, só foi entregue ao Partido por volta da meia-noite anterior. Sendo mais precisos, os trabalhos de implantação iniciaram-se às 23 horas de sábado, com o objectivo de ter tudo pronto a funcionar exactamente 12 horas depois.

Primeiro foram os tubos, as madeiras, a estrutura. O ringue desportivo serviu de estaleiro, donde irradiou a construção, e às 02.00 estava tudo pronto para se entrar na fase seguinte: a decoração. Os panos e letreiros, bandeiras e festões rebocaram a estrutura, vestiram o recinto, deram volume e forma ao espaço do Congresso. Eram três e tal da madrugada quando um grupo de

camaradas da organização da Reboleira começou a limpeza do recinto, chegando-se às 04.30 com tudo limpo, arrumado e pronto: cadeiras no lugar, tribuna a postos, serviços com os espaços reservados e disponíveis. Podia-se começar quando se quisesse.

Falámos dos camaradas que fizeram a limpeza (em duas fases, aliás: uma às 23.00, outra quatro horas depois), mas o resto não foi conseguido por extraterrestres ou pi-pis de computador: brigadas saídas dos organismos do Partido na zona, ombro a ombro com outras mobilizadas nas células da Câmara Municipal da Amadora e na Sorefame, ou vindas da Festa do «Avante!», somadas a colaborações locais, meteram mãos à obra e foi o que se viu: às 04.30 estava tudo na afinação.

Mas trabalhar assim a mata-cavalos, pede alguns cuidados «logísticos». E houve-os, é claro: refeições quentes, cacau, pão no forno e por aí fora forneceram, regularmente, aquela basesinha que, neste caso, não era o latim.

De realçar

Mas o que se implanta, também se desimplanta — só que, neste caso, a desimplantação também teve de ser feita sob pressão, dado que o recinto era necessário logo na manhã de segunda-feira para actividades desportivas.

E fez-se. O Congresso terminou pelas 20.00 de domingo: às 22.30 não havia um prego ou um pedaço de papel no recinto do pavilhão. Os jovens do colégio que, às 09.00 de segunda-feira, foram praticar os seus exercícios, encontraram umas instalações sem qualquer vestígio da gigantesca e vibrante realização política ocorrida ali mesmo, horas antes. E o mesmo se passou com os terrenos anexos, onde funcionou, sem falhas, um bar de apoio garantido pelas organizações do Partido da Damaia, Falagueira, Brandoa e Venda Nova.

De realçar, entretanto, a excelente colaboração prestada quer por entidades diversas, quer por numerosas organizações do Partido. É o caso da **Câmara Municipal da Amadora** (que pôs ao dispor da Organização do Congresso o seu refeitório de 250 lugares, onde o Partido serviu outras tantas refeições e delegados), do **Comando da PSP da Amadora** (que se encarregou da difícil tarefa de coordenar um trânsito já de si volumoso, dado o Congresso, e agravado pelo facto de ocorrer, simultaneamente e a 20 metros, um importante jogo de futebol entre o Estrela da Amadora e o Farense), dos **Bombeiros Voluntários da Amadora** e de **Queluz**, com um trabalho exemplar, das Juntas de Freguesia da **Buraca, Falagueira/Venda Nova, Damala, Brandoa, Mina e Reboleira**, pelos diversos tipos de apoio prestados, da **Direcção e dos trabalhadores da Associação Académica da Amadora**, pela disponibilidade demonstrada, e ainda dos **comerciantes da zona**, a quem o Partido avisou por carta das previsíveis «enchentes» de domingo e que deram excelente resposta às necessidades, quer mantendo os estabelecimentos abertos, quer apresentando «reservas» suficientes para satisfazer a clientela.

Das organizações do Partido directamente envolvidas nos trabalhos, é justo destacar a Organização da Amadora e a equipa da Festa do «Avante!» e a importante colaboração da SIP Central e SIP da DORL do PCP.

Dez minutos

Organização? Civismo? Militância? Cada um chama-lhe o que parecer melhor: aqui relata-se apenas o facto. Terminada a intervenção do secretário-geral do PCP, nos momentos finais do XI Congresso (extraordinário), as cadeiras dos 944 delegados ficaram empilhadas em menos de — 10 minutos!

ganização da Amadora instalou um bar onde não houve mãos a medir.

Saliente-se, entretanto, que o trabalho de implantação só pôde arrancar já depois das 23 horas de sábado. Os camaradas da Festa do «Avante!», da organização concelhia da Amadora e da SIP/DORL não perderam um minuto. A montagem das estruturas da tribuna levou seis horas. Durante a noite houve uma verdadeira azáfama. Mas às 9 horas da manhã de domingo estava tudo a postos. Como disse o secretário-geral do PCP na intervenção de abertura, «muito do que é impossível para os outros, já o PCP provou que não é impossível para os comunistas».



**XI Congresso
(extraordinário)
do PCP**
2 de Fevereiro de 1986



A última batalha e o próximo combate

Só quem nunca esteve do lado da classe operária e das massas trabalhadoras pode falar em «última batalha».

Não consegue compreender que, no dia imediato a serem conhecidos os resultados da primeira volta das eleições presidenciais, os Centros de Trabalho do PCP registassem uma afluência de militantes que tornava pequenas as instalações.

Escapa-lhe as razões por que as centenas de reuniões efectua-

das tiveram participação nunca vista, com debates vivos e dessombrados; e como entender que surgissem opiniões contrárias, defendidas com empenhamento e que por fim se acatasse a decisão da maioria?

Difícil de entender, igualmente, que os dias imediatos ao do resultado da primeira volta dezenas de trabalhadores se tivessem ido inscrever no PCP.

Para não falarmos do Congresso Extraordinário, onde o

empenhamento na discussão era tão vivo no interior do recinto como no exterior, qual congresso paralelo, afinal com a mesma ordem de trabalho.

Como não podem compreender o humor — prova de vitalidade e confiança — que de imediato surgiu, dando conta das dificuldades, é certo, mas abrindo novas portas à esperança.

Só podem falar em «última batalha» aqueles que afinal sem-

pre têm estado arredados da luta, embrenhados em «análises profundas» quase nunca tendo em conta a realidade.

Não sabem ou fingem ignorar que a classe operária, juntamente com as classes trabalhadoras e o seu partido de vanguarda, quando acabam de travar a última batalha se preparam de imediato para o próximo combate.

■ T. R.

Consciência

Apertem mais um bocadinho, disse a meio da manhã o camarada que presidia aos trabalhos. Não era aos delegados que se dirigia, que eles tinham sido eleitos à conta de um pavilhão estreito para a grandeza de tal Congresso, pelas suas organizações e plenários. Os convidados, entretanto, também eles escolhidos pelas organizações do Partido, apertaram-se. Muitos iam ficar de pé.

Vinham de todo o lado do país. Mobilizados em quatro dias apenas, por uma ideia — a de contribuir decisivamente para a defesa da democracia, como deles esperavam os seus camaradas de trabalho e de muitas lutas, os seus vizinhos de aldeias e de bairros, os seus amigos e até alguns dos que, no campo da democracia, têm apoiado políticas contrárias aos seus próprios interesses —, os delegados e também muitos dos milhares de convidados não se apresentaram «a seco» para uma cerimónia formal. Tinham vivido e participado, duran-

te quatro dias, num vivo debate, um dos mais vivos, porventura, de toda a história do Partido.

Não iam tomar uma decisão com alegria. Mas haviam-na já tomado com inteligência e o coração não foi argumento que bastasse para escurecer as razões que ali levaram milhares de comunistas. Razões tão fortes que quatro dias bastaram à urgência da decisão. Sem alegria? E aquela que sobe do próprio sentido de unidade que estas jornadas, culminando no Congresso, proporcionaram? E aquela que sai da consciência de que os comunistas, nas mais complexas situações — e sobretudo nestas — não viram a cara nem cruzam os braços? E aquela alegria que vive entre os que cerram fileiras em torno de uma decisão justa, depois de pesada e argumentada e discutida, sabendo que essa decisão corresponde aos interesses e aspirações dos trabalhadores, dos democratas?

No pavilhão cheio, vimos essa alegria. ■ LM

Extraordinário? Sim, mas não só

Um jornalista chamou-lhe Congresso de emergência, sem que o camarada Carlos Brito, no breve encontro com a Imprensa, entre duas intervenções na tribuna, tivesse rectificado a afirmação. De emergência foi realmente este Congresso, domingo passado.

Decerto que na designação oficial de extraordinário está contida a ideia de emergência. Mas

desta vez o Congresso foi mais emergente do que em outras ocasiões — raras, como se sabe, porque depois do 25 de Abril, em quase 12 anos portanto, somente por duas vezes se reuniu, no total, o órgão máximo do PCP em sessão extraordinária.

Mas lá extraordinária é — tanto a circunstância, como a reali-

Primeiro a circunstância, porque a análise concreta da situação concreta — expressão cheia de sentido e tão significativa da nossa prática, que quase não valeria a pena citá-la — foi a característica, por assim dizer, envolvente de todo o Congresso.

Depois a realização, porque mesmo os ecos normalmente menos favoráveis às realizações do Partido, se viram obrigados,

desta vez, a repercutir-se até por paragens que não nos são nada favoráveis e onde o clima quando não denso é pelo menos rarefeito à circulação das nossas ideias, dos nossos projectos e realizações.

Trata-se, pois, de um congresso extraordinário e emergente, em certo sentido, como é fácil verificar pelo que dele publicamos nós e os outros órgãos de comunicação social.

Apelo à juventude

Reunida na passada segunda-feira, a Direcção Nacional da JCP aprovou um apelo à juventude portuguesa onde afirma que «votar contra Freitas do Amaral é, neste momento particular, votar Mário Soares».

No documento, os jovens comunistas afirmam que «o que nestes dias se joga no nosso País com as eleições presidenciais é demasiado importante e grave para que nos deixemos embalar pelo marketing, pelos discursos fáceis, pelas «músicas» passadas».

«A primeira volta das eleições presidenciais ditou a passagem à segunda volta dos candidatos de direita, Freitas do Amaral e Mário Soares. A divisão dos votos do campo democrático, particularmente para a candidatura divisionista de Maria de Lourdes Pintasilgo, impediu a passagem à segunda volta de Salgado Zenha, o único que estava em condições, como os resultados vieram a comprovar, de derrotar Freitas do Amaral».

E agora? Bom, agora «temos na segunda volta quem, afirmando-se «prá frente», não pensa senão em meter marcha atrás para tempos passados, que não queremos ver mais em Portugal. Temos ainda quem afirmando-se «fixe» nunca o foi para o País nem para os jovens portugueses, que dele só conhecem o aumento do desemprego, dos contratos a prazo, da degradação do ensino, da falta de habitação. É por isso de extrema complexidade a situação que hoje vivemos. Ela exige que não fiquemos indiferentes».

Os jovens comunistas salientam que «a juventude portuguesa não pode contribuir, não pode dar o aval a que, em Portugal, se torne a viver num clima de medo e desconfiança».

«Nós somos jovens amantes da liberdade — continua o apelo — e não podemos permitir que sejam aniquilados os nossos sonhos, os nossos anseios de vida melhor».

Lembrando que o «sorriso seráfico de Freitas» é o mesmo dos seus tempos de professor inquisidor das consciências dos estudantes e dos anos em que

esteve no governo a emperrar o nosso futuro, a JCP sublinha que «quando dizemos que a candidatura de Freitas é fascizante não é por acaso. Porque é agressividade, a intolerância, mas também o amorfismo, aquilo que a sua candidatura e o seu projecto nos querem impor».

Para a JCP a situação é clara. «O que importa agora é tudo fazer para impedir a vitória de Freitas do Amaral, utilizando todos os meios ao nosso alcance para o fazer. O voto é um deles: votar contra Freitas do Amaral, contra o 'Prá Frente Passado' é, assim, a forma de podermos contribuir para derrotar aqueles que, mascarados de modernidade, apenas pensam recuperar, de uma forma violenta, antigos privilégios, fazendo perdurar o atraso económico, social e económico de Portugal».

A finalizar, a JCP conclui que «as eleições não resolvem tudo, porque afinal tudo depende de nós, estudantes, jovens trabalhadores e desempregados. Temos de ser capazes de ultrapassar as nossas diferenças para construir o nosso futuro. Nas nossas mãos e apenas nelas está a conquista de um futuro melhor».

Na sua reunião, a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa «manifestou todo o seu apoio à resolução política do XI Congresso (extraordinário) do PCP, discutiu o empenhamento dos jovens comunistas na divulgação das conclusões do Congresso e a sua activa participação na ampla campanha de esclarecimento a promover pelo Partido Comunista Português».

A Direcção Nacional decidiu ainda aprofundar, em futura reunião, a caracterização da participação juvenil nas campanhas eleitorais das várias candidaturas. No entanto, não quis deixar de saudar os muitos milhares de jovens que participaram na candidatura democrática de Salgado Zenha.

Face à actual conjuntura política, a Direcção Nacional da Juventude Comunista decidiu ainda adiar para o primeiro fim-de-semana de Fevereiro a Assembleia de Debate descentralizada sobre o Ano Internacional da Paz.

Trabalhadores**LISNAVE****Os custos da unidade**

A unidade tem os seus custos. Correm-se riscos objectivamente assumidos quando as situações o exigem dentro das empresas. A classe operária e os restantes trabalhadores não costumam antepor as suas posições ideológicas aos interesses comuns, quando se introduzem factores capazes de fazer progredir o movimento operário e popular, mesmo à custa de alguns recuos conjunturais. Salvar empresas da importância económica da Lisnave pode em determinada altura, como sucedeu agora, implicar algum avanço do divisionismo. Assim aconteceu com a recente eleição para a CGT (comissão geral de trabalhadores) dos estaleiros da Lisnave. Mas não sucedeu na CP e na TAP onde as posições unitárias saíram fortalecidas dos actos eleitorais, recentemente efectuados também, para as respectivas comissões de trabalhadores (CTs).

O progresso das organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) não se traça em linha recta. A lista A, que viu baixar substancialmente a sua votação na Lisnave, tem razão ao afirmar que «estas eleições se realizaram numa conjuntura particularmente difícil e complexa para os trabalhadores, para a democracia e para o País». Mas têm razão também quando afirma que «os resultados verificados (já diremos quais), sendo conjunturais e não alterando no essencial a actual situação social e laboral, são susceptíveis de criar, na administração, ilusões quanto à realidade da empresa». Mas que «ninguém tenha ilusões», adverte a Lista A (unitária): «A estabilidade defende-se com quem trabalha e não contra quem trabalha», sublinha a candidatura da unidade, ao referir-se

ao facto de a «administração ter utilizado, de forma desusada, todos os meios e a estrutura da empresa para influenciar e condicionar o voto dos trabalhadores e o resultado das eleições, indo ao ponto de fazer, através das hierarquias, a campanha da Lista B, mobilizando viaturas e pessoal para possibilitar a votação de pessoas que, na prática, há muito estão desligadas da empresa».

Assim, por esse e outros factores, onde predomina naturalmente a vaga de despedimentos que afectou sobretudo a organização unitária na Lisnave — durante o ano passado foram afastados «compulsivamente» e despedidos mais de 2000 trabalhadores — os resultados para a eleição da CGT da Lisnave deram 1804 votos à lista afectada à UGT e 1510 à Lista A de com-

posição unitária, sendo 131 votos para a C de recorte UDP. Dstes números resultam seis mandatos para a UGT e cinco para as posições unitárias defendidas pelos sindicatos da CGTP-IN.

Recorde-se que entraram nas urnas, apenas e segundo números provisórios, 3445 votos. O total de trabalhadores da Lisnave é neste momento ligeiramente superior a 4550.

Uma selecção rigorosa dos despedidos

Os resultados na Lisnave são, segundo a Lista A, parte de um plano da administração, que «apostou a longo prazo na destruição da organização dos trabalhadores». Os mais de 2000 trabalhadores, que saíram da Lisnave no ano passado, foram objecto de uma «selecção rigorosa e cuidadosamente estudada» ao nível das diversas secções.

Mas esse factor, embora tenha importância indiscutível, não é tudo. A unidade conquista-se e reforça-se, às vezes nas piores condições. Certamente que os trabalhadores comunistas e os comunistas da Lisnave não vão fazer depender toda a sua luta próxima dos resultados desta eleição. A Lista A faz questão de lembrar que «a capacidade de organização, de mobilização e de luta dos trabalhadores não se

limita nem esgota no quadro estreito dos resultados eleitorais».

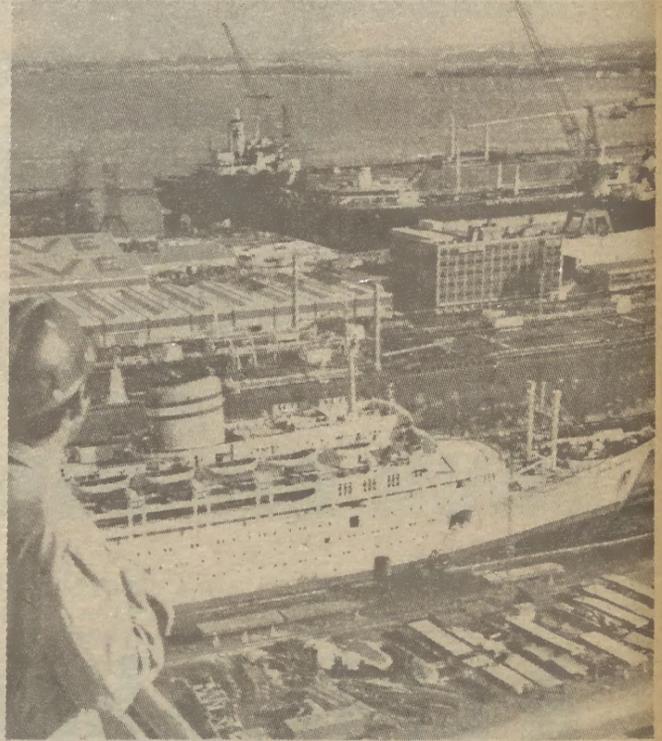
Certamente que não. Mas é indispensável reforçar essa capacidade. É necessário não confundir os que votam — e mesmo os que votam contra a unidade — com os mentores, os que mais aproveitam, afinal, com a expansão do divisionismo.

Os resultados largamente favoráveis à unidade, que se alcançaram nas recentes eleições na CP e na TAP são certamente fruto de alianças, implícitas ou expressas, sem as quais é muito difícil, se não impossível, manter a capacidade de intervenção das organizações representativas (ORTs) na vida da empresa, na sua defesa e na salvaguarda dos interesses de quem trabalha.

Por outro lado, convém salientar que nas ORTs não se incluem apenas as CTs. Delas são parte integrante as comissões sindicais e intersindicais, no caso das grandes empresas, e os delegados sindicais, quando não organizados em comissões, sobretudo nas empresas onde o total dos trabalhadores não atinge ou ultrapassa os milhares.

É indispensável continuar a defender toda a estrutura organizada do movimento sindical unitário e das CTs, em particular nos grandes locais de trabalho onde o movimento operário está firmemente implantado e tem condições para avançar.

As administrações, tenham



É indispensável o reforço da unidade na Lisnave

elas a designação jurídica que tiverem, não podem ter as mãos livres para despejar em cima dos trabalhadores e das suas organizações representativas os próprios erros de administração que cometem ou são levados a cometer em favor de empresas como a Lisnave, que segundo a Assembleia Geral de Trabalhadores, demonstrou da parte dos operários e da restante massa laboral dos estaleiros «uma grande consciência, de maturidade e compreensão» que «é justo salientar».

Mas é justo salientar também que, por via do acordo, não vão

os trabalhadores organizados deixar que os seus órgãos representativos sejam afectados, que administradores do calibre dos Mellos sabotem a organização legal dos trabalhadores dentro da empresa.

O combate ao divisionismo passa pelo melhor trabalho da unidade. É nela que todos os trabalhadores da Lisnave devem confiar, valorizando-a, principalmente quanto estão em jogo direitos, garantias e interesses inalienáveis, que exigem acções comuns por objectivos que interessem directamente a todos os trabalhadores.

Dos mineiros aos médicos

Os sectores dos chamados grandes serviços, em particular a Função Pública, pessoal administrativo e técnico, médicos e professores, continuam a desenvolver forte movimentação sindical, incluindo o recurso à greve. Paralelamente, ramos de actividade como os ferroviários, portuários, metalúrgicos e trabalhadores mineiros enfileiram na luta por interesses específicos e gerais. Uns e outros põem em causa a actuação do Governo no campo social. As lutas são maioritariamente apoiadas pelo movimento sindical unitário e conduzidas por sindicatos e outras organizações de classe onde predominam as posições da unidade.

No centro das lutas mantêm-se as reivindicações de ordem económica, destacando-se a exigente aplicação do direito ao tra-

balho e ao salário, em condições até agora negadas a grande parte dos trabalhadores portugueses, com destaque para os mi-

Forte acção sindical

neiros que as multinacionais e o Governo pretendem submeter, novamente este ano, a níveis salariais baixíssimos e a condições de higiene e segurança muito aquém do que humanamente se exige.

A unidade na Covina permite chegar aos 20,33 por cento

Enquanto se desenvolviam as lutas, com perspectivas de êxito

em alguns sectores, os vidreiros e restantes trabalhadores da Covina alcançavam um aumento salarial de 20,33 por cento. Salientando que o acordo de empresa (AE) agora negociado desarmou as tentativas do Governo e da administração da empresa no sentido de impor um «salário político» de 17 por cento, as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) acrescentam que a direcção da Covina recuou nas «suas posições políticas», depois de efectuado um plenário geral «onde os trabalhadores aprovaram uma resolu-

ção» com a expressa disposição para a luta, que acabou por resultar sem a necessidade de pôr em prática. Num comunicado, a comissão negociadora (CNS) da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal chama a atenção para o facto de ser necessário «reconhecer, mais uma vez, que entre nós (neste caso, na Covina) ainda há quem não reconheça ao homem a sua posição vertical e prefira, de uma forma parasitária, viver vergado perante os seus inimigos de classe, esperando receber os frutos do esforço daqueles que assumem a sua posição natural». A CNS reafirma, pelo contrário, que «vale sempre a pena lutar com dignidade e vencer, com a força da nossa razão, reforçando a unidade para novas lutas que se avizinham».

como «imperioso» serem recebidos pela ministra da tutela, Leonor Beleza. Os sindicatos recusaram as modificações introduzidas pela ministra na legislação sobre o internato geral, porque «não trazem qualquer vantagem nem para os Serviços, nem para os médicos», e reafirmaram a sua posição em «defesa do pleno emprego médico», suspendendo-se a «aplicação da legislação agora publicada».

A Coordenadora sindical fez ver ao Governo que «as movimentações dos internos gerais vão continuar», contando com a solidariedade generalizada dos «médicos dos Serviços de Saúde oficiais».

Os sindicatos alertaram o Governo para os riscos que podem provocar na degradação dos Serviços, nomeadamente nos hospitais, as medidas da ministra, incluindo as urgências hospitalares, «dado não existirem neste momento razões para o não aproveitamento dos médicos disponíveis».

A greve dos policlinicos era entretanto seguida com adesão praticamente total nos grandes centros. Numa reunião no Hospital D. Estefânia, em Lisboa, os médicos internos manifestavam, na passada segunda-feira, a sua disposição para continuar a lutar por outras formas até que a ministra da Saúde e o Governo anulem as disposições contra as carreiras médicas.

CGTP na campanha**Perigos e acções concretas**

A CGTP-IN, que interveio junto do Presidente da República e de outros órgãos de soberania para que o decreto do Governo sobre salários em atraso seja apreciado pelo Tribunal Constitucional, pronunciou-se acerca da segunda volta das eleições presidenciais. Considerando que, «nesta fase da campanha eleitoral», a intervenção dos sindicatos e do seu movimento unitário «deve ser determinada e assumir características próprias», a Central divulga essas características como segue:

«a) Esclarecer sobre os perigos que resultariam da eleição de Freitas do Amaral para os trabalhadores e a democracia;

«b) Privilegiar o prosseguimento de acções concretas contra a ofensiva do patronato e a política do Governo Cavaco Silva, designadamente sobre os salários em atraso, desemprego e trabalho precário, despedimentos, contratação colectiva, aumento da repressão, limitação de direitos e liberdades, o «pacote laboral», nacionalizações e Reforma Agrária.»

Um «delfim da ditadura»

O Plenário Nacional de Jovens Trabalhadores (CGTP-IN), segundo comunicado do dia 1, sublinha, por seu turno a necessidade de votar contra Freitas, designadamente porque «os jovens não querem ver na Presidência da República um delfim da ditadura fascista, um homem que apoiou a guerra colonial, uma sinistra personagem que não hesitou em colaborar com o fascismo na repressão dos estudantes e da juventude em geral».

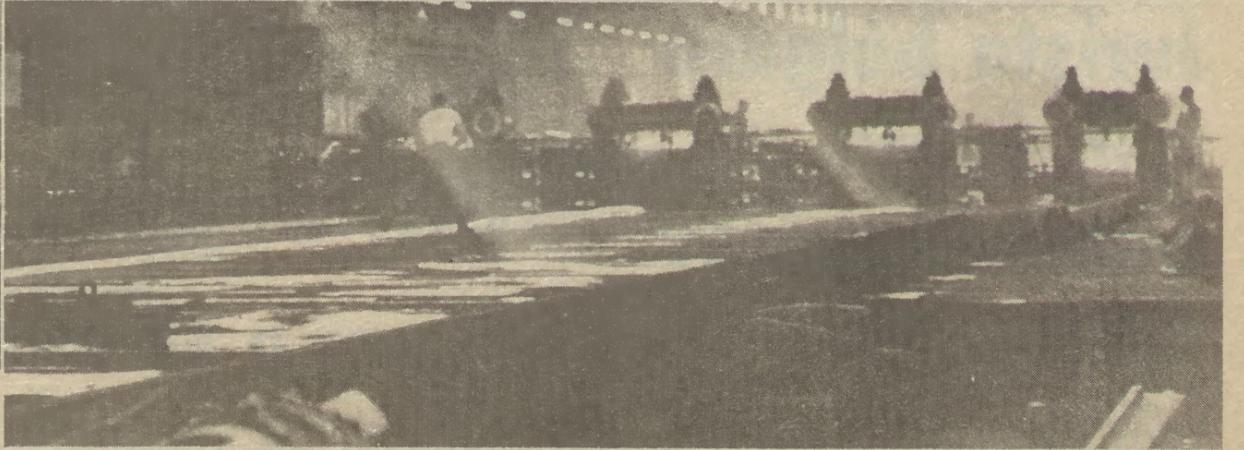
Os jovens trabalhadores unitários «vão intervir na batalha eleitoral intensificando o esclarecimento, combatendo a demagogia do Governo Cavaco Silva e desenvolvendo todos os esforços possíveis para unir a juventude na defesa da democracia e do regime democrático», conclui o comunicado distribuído aos órgãos de comunicação social.

Médicos pelo pleno emprego

A Coordenadora dos Sindicatos dos Médicos (Norte, Centro e Sul) era entretanto recebida na Presidência do Conselho. Numa nota à Imprensa do dia 31, os dirigentes sindicais dos médicos, designadamente os policlinicos, referem que, no seguimento daquele contacto com o assessor do Primeiro-Ministro para os assuntos do Trabalho, entendem



Metalúrgicos: pelo emprego, pela contratação



Prevista a greve

Metalúrgicos reúnem-se amanhã

● Ferrovieiros: concentração nacional

Os metalúrgicos vão intensificar as acções sindicais de luta pela contratação colectiva, os postos de trabalho, pagamento de salários atrasados e a viabilização das empresas. Para amanhã, 7, está marcado um plenário de activistas a nível nacional. Nele serão definidas as acções a desenvolver. Os dirigentes da Federação do sector (FSMMMP), referindo-se às negociações do CCTV (contrato), afirmavam, entretanto, que o patronato tinha subido de 14 para 15,5 por cento a sua proposta de aumentos salariais, que os sindicatos consideram «claramente insuficientes». Os ferroviários, por seu turno, afirmavam, através da sua Federação (FSTFP), que os ministérios tutelares «se mostram profundamente alérgicos a tudo o que seja o diálogo com os representantes dos trabalhadores», preferindo aos «entendimentos e consensos» a «imposição burocrática e autoritária». Por outras palavras, é o que dizem também as organizações sindicais dos metalúrgicos e da Função Pública, nomeadamente. Concentram-se hoje em Lisboa ferroviários de todo o País.

A jornada de luta do dia 23, que a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) considerou «entusiástica» referindo-se à adesão a nível nacional, traduziu-se apenas em um e meio por cento de aumento na proposta patronal do contrato colectivo de trabalho vertical.

O CCTV, objecto de negociações de revisão, designadamente a reunião do Porto em 27 de Janeiro findo, inclui matérias que «o patronato se recusa a negociar». Além da evidente insuficiência dos 15,5 por cento de aumento nos salários, a FSMMMP destaca o subsídio de refeição, a redução do horário de trabalho e a intenção patronal de «introduzir a polivalência».

Era entretanto decidida a realização de plenários de empresa, para discutir a situação geral do

sector.

Segundo a FSMMMP, o patronato evoluiu nas suas posições depois da jornada de 23. Mas as acções vão prosseguir, não se excluindo a luta «determinante e inevitável».

Recorde-se, por exemplo, que na Siderurgia Nacional (ameaçada com um «miniplano» apontando para um total de despedimentos que, segundo a célula do PCP, rondaria os 1500) as negociações do AE (acordo de empresa) marcam passo e que o Governo, principalmente através dos Ministérios da Indústria e do Trabalho, foga ao diálogo, estimulando o patronato para que proceda no mesmo sentido, e obrigando os trabalhadores a intensificar as acções reivindicativas, avançando para outras formas de luta que poderão sair do plenário de amanhã.

Ferrovieiros concentram-se hoje, em frente ao Ministério

Ferrovieiros de todo o País concentram-se hoje, a partir das 15 e 30, em frente ao Ministério dos Transportes e Comunicações, na Praça do Comércio (Terreiro do Paço), em Lisboa. A Federação sindical (FSTFP), que anunciou a concentração no passado dia 28, afirma que se trata de «uma primeira forma de luta» contra «a insensibilidade do conselho de gerência da CP e do Governo face às justas reivindicações dos trabalhadores ferroviários, consubstanciadas, quanto ao essencial, nas propostas sindicais de revisão do acordo de empresa (AE) e do regulamento de carreiras».

A decisão unânime de convocar esta concentração «com a presença de ferroviários vindos de todos os pontos do País» — assinala a Federação — deveu-se à «alergia pelo diálogo que, segundo a FSTFP e os sindicatos nela filiados ataca os Ministérios do Trabalho e dos Transportes e Comunicações».

Recorde-se que os ferroviários têm recorrido ultimamente a várias acções e diligências sindicais para desbloquear a contratação colectiva na empresa e principalmente para conseguir uma revisão satisfatória do regulamento de carreiras.

As organizações sindicais representativas dos trabalhadores da CP consideram que a falta de êxito dessas acções e da negociação se deve a «razões de exclusiva índole político-partidária».

É «clara intenção do Governo e do conselho de gerência» impor aos trabalhadores «uma nova redução do poder de compra», submetendo-os a uma situação de injustiça que merece dos ferroviários «viva repulsa», acrescenta o conselho nacional da FSTFP.

Outras lutas

Além das reivindicações sectoriais — grandes sectores como a Função Pública — que trataremos à parte, desenvolveram-se nos últimos dias da semana passada acções reivindicativas em empresas e sectores de activida-

de, como as Minas, designadamente na Panasqueira e na Borralha; na Imprensa Nacional, na Divor, com paralisações de trabalho, movimentações que podem ir até à greve e diligen-

cias junto de autoridades civis e eclesíásticas, como no caso desta última empresa, a Divor, onde os trabalhadores anunciaram o contacto com um prelado alentejano. Recorde-se que a Divor,

ameaçada de venda «sem trabalhadores», deve quase nove meses de salários e está paralisada há mais de um ano devido a boicote do Governo, afirma a União dos Sindicatos de Évora.

LUTAS E TAREFAS

● **A CGTP-IN afirma que «existem indícios de se estar a cobrar arbitrária e abusivamente o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) nas cantinas e bares de empresas.** O imposto seria indevido porque, «na maioria dos refeitórios da Função Pública, o próprio Governo não está a aplicar o IVA». Embora, segundo o artigo 5.º da lei que introduz aquele imposto em Portugal, os serviços de alimentação e bebidas estejam sujeitos à taxa de 8 por cento, acentua a Inter que os procedimentos variam. Depois de citar, em comunicado do dia 30, alguns casos de «procedimentos desiguais», a CGTP-IN verifica que as interpretações diferem, ainda que o pagador seja sempre quem trabalha. Isto, salienta a Inter, «quando nada no código do IVA obriga a aumentar o preço pago pelos trabalhadores por cada refeição, já que o IVA poderá ser suportado pela empresa».

● **A unidade vence na CP.** A empossar brevemente, a nova comissão de trabalhadores da CP foi eleita por maioria absoluta (4711 dos 6721 votos expressos), com oito dos onze mandatos: quatro operários, dois engenheiros técnicos, um factor, um engenheiro, uma escriturária, um revisor e um maquinista. A CT cessante destaca que, na actual situação da empresa, uma «CT rejuvenescida, cheia de força de vontade e disposta a dar a cara, constituirá um factor determinante das soluções mais justas e equilibradas» na CP.

● **Na BIS, as ORTs avisam contra novos acidentes.** Contra a opinião emitida pela direcção da empresa, segundo a qual a morte de um operário em 13 de Janeiro não se deveria a falta de segurança, as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) daquela empresa química da Amadora afirmam que a falta de segurança é geral, designadamente na secção das caldeiras. A posição dos representantes dos trabalhadores foi também subscrita pelo Sindicato dos Químicos do Centro e pela Câmara Municipal da Amadora, que para o efeito aprovou uma moção. A inexistência de liberdades sindicais na BIS era entretanto verberada pelos dirigentes sindicais, afirmando que a situação é de tal ordem que a população da Venda Nova (Amadora) considera a empresa uma «cadeia penitenciária».

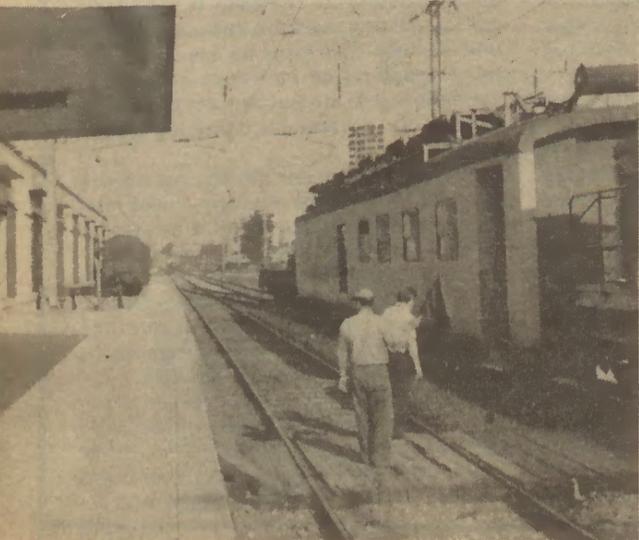
● **Os mineiros da Borralha, submetidos a lock-out pela direcção da empresa,** depois de recebidos por vários assessores do Governo e pelo secretário de Estado da Indústria, receberam «garantias» de que a empresa voltará ao trabalho. Segundo um comunicado do Sindicato dos Mineiros do Norte e da CT das

Minas, o Governo comprometeu-se, além de «uma solução com a maior brevidade», a «resolver de imediato a questão social», designadamente o pagamento dos subsídios de desemprego, até que as minas voltem à laboração.

● **Os trabalhadores da Divor continuam a reivindicar a viabilização da empresa sem despedimentos.** A União dos Sindicatos de Évora acusa o secretário de Estado da Agricultura e Alimentação de pretender «desresponsabilizar-se pela dívida de nove meses de salários» (até Dezembro de 1985), por via da intervenção do Estado na empresa. Acrescenta a União Sindical do distrito de Évora que a actual direcção da cooperativa (a anterior antes da intervenção estatal) «nega-se a tomar conta da empresa, enquanto lá se encontram os 136 trabalhadores». Salienta também a União dos Sindicatos de Évora que a Divor foi entretanto visitada pelo capitalista Manuel Bulhosa, que se «deslocou numa «Renault 4L», tentando passar despercebido dentro da empresa». A União sindical de Évora, que é, como se sabe, uma estrutura intermédia da CGTP-IN, manifesta o receio de que se esteja «perante mais uma manobra de diversão, com vista a vender a empresa ao desbarato, tal como o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, fez em relação à FORE (Fábrica de Óleos e Rações de Évora). Os trabalhadores da Divor reclamam o pagamento dos salários em atraso e a viabilização da empresa sem despedimentos.

● **«Invocar a idade da reforma para despedir trabalhadores é ilegal, porque se trata de um despedimento sem justa causa»** — sublinharam, quanto a uma tentativa nesse sentido por parte da direcção da Base das Lajes (Forças Armadas dos Estados Unidos da América) os Sindicatos da Alimentação e Bebidas e dos Transportes e Turismo, numa conferência de imprensa dada recentemente em Angra do Heroísmo.

● **Prémio Primeiro de Maio.** No valor de 100 contos, a CGTP-IN acaba de instituir um prémio para «um ensaio sobre o 1.º de Maio». A data limite para a recepção das obras concorrentes é o dia 14 de Agosto próximo. O concurso subordina-se a um dos seguintes temas: «100 anos de lutas reivindicativas (1886-1986); o 1.º de Maio, a unidade e as conquistas dos trabalhadores». Além de inéditos, os trabalhos a apreentar a concurso «deverão ser escritos e dactilografados em língua portuguesa, e ter entre 100 e 200 páginas». O regulamento do prémio está à disposição dos interessados, na sede da CGTP-IN e nas organizações sindicais nela filiadas, informa a Central.



Nacional

Jurista búlgaro fala sobre o caso Antonov

Com a presença do prof. Boris Spassov, membro correspondente da Academia das Ciências da Bulgária e Presidente honorário da União dos Juristas Búlgaros, reuniu segunda-feira, na Sociedade Portuguesa de Autores, o Comité Português para a libertação de Antonov, o cidadão búlgaro preso há mais de dois anos em condições atentatórias dos direitos do homem e do cidadão nos cárceres italianos.

Antonov foi vítima de uma cabala montada pelos serviços secretos imperialistas contra a Bulgária socialista e contra a comunidade dos países socialistas que o pretendem inculpar pelo atentado cometido pelo turco Ali Agcca contra o Papa João Paulo II.

Ali Agcca, com largo cadastro por actos da mesma natureza era membro da seita terrorista fascista, «Lobos Cinzentos» e foi, sem dúvida, incumbido pelos círculos mais sinistros dos serviços secretos do imperialismo, de

uma operação política que visava atingir a Bulgária e no seu sentido mais lato, a causa da paz e do socialismo.

Tudo mostra que se está perante um novo e pequeno «Reichtag» e que o terrorista turco não é mais do que o «van der Lube» do atentado de Roma. A libertação imediata do cidadão búlgaro Antonov tornou-se uma causa de carácter mundial que está mobilizando as forças da paz, do progresso e da liberdade em todo o mundo.

O prof. Boris Spassov informou o Comité Português do estado actual do processo Antonov e do movimento para a sua libertação.

Uma decisão foi tomada de incrementar em Portugal o movimento. Várias entidades foram já contactadas e deram o seu apoio a esta acção humanitária que se impõe aos sentimentos progressistas e pacíficos do povo português.

Assembleia da República

Governo Cavaco Silva tem urgência em despedir

— mas a AR cortou-lhe as voltas

Três questões marcaram os trabalhos da Assembleia da República na semana passada. A primeira, o facto de a maioria democrática ter impedido a passagem das propostas de alteração à legislação do processo dos tribunais administrativos. A segunda, a intervenção política do líder do PCP, camarada Carlos Brito, na quinta-feira de manhã e que motivou declarações por parte do CDS, que nesta mesma página abordamos mais em pormenor. E, a última, o facto de ter sido recusado o pedido de urgência pedido pelo Governo para uma autorização legislativa sobre os despedimentos.

No primeiro caso, pretendia o Governo que deixasse de existir o efeito suspensivo das entregas das reservas na Reforma Agrária até decisão do Supremo Tribunal Administrativo. Deste modo os agrários entravam logo na posse das terras, gado e máquinas e os trabalhadores seriam de imediato expulsos.

Contra isto se opuseram PS, PCP, PRD e MDP que apresentaram alterações ou novas propostas de legislação, tendo o diploma baixado à comissão respectiva.

É evidente que o Governo Cavaco Silva pretendia de uma penada arrumar de vez com a Reforma Agrária. Já não lhe basta o facto de não cumprir com as decisões do Supremo Tribunal Administrativo, em relação ao qual há mais de 300 acórdãos por cumprir. Com a alteração pretendida era só começar a entregar as terras. Mas a manobra não passou.

O maior perigo

Transcrevemos a seguir partes da intervenção política do camarada Carlos Brito na passada quinta-feira e que fez tirar a máscara democrática do CDS, perante o silêncio do PSD.

Em torno dos resultados da primeira volta das Presidenciais está em curso uma vasta campanha de intoxicação e manipulação da opinião pública tomando por alvo o PCP e outras forças democráticas (...)

Mas há que salientar que a campanha de manipulação desencadeada pelos meios afectos à candidatura de Freitas do Amaral não consegue ocultar nem disfarçar uma verdade que se tornou evidente para a opinião pública nacional e até internacional: a de que no desenlace das Presidenciais de 16 de Fevereiro não é nada, mesmo nada diferente, a posição que o PCP vai adoptar.

O PCP está plenamente consciente desta situação e por isso enquanto as forças reaccionárias deturpam, intrigam, manipulam, o PCP trabalha para o esclarecimento da opinião pública e para, uma vez mais, como sempre fez, contribuir em toda a medida da sua capacidade e força para a defesa da democracia.

É esse o sentido claro das conclusões do Comité Central ontem tornadas públicas em Conferência de Imprensa.

O PCP não altera em nada a caracterização que fez da candidatura de Mário Soares como uma candidatura de direita mas salienta que «é irreversível que o maior perigo no actual momento decorre da dinâmica ultra-reaccionária, fascizante e agressiva da candidatura de Freitas do Amaral».

Por isso mesmo os comunistas que trabalharam intensamente para a eleição de Salgado Zenha, vencido na primeira volta, passam agora à acção contra a «grave e instantânea ameaça para a democracia» que se desenvolve com a candidatura de Freitas do Amaral e para impedir a sua vitória na segunda volta.

Este objectivo pressupõe a união no voto, embora apenas conjuntural, dos trabalhadores e dos democratas. Foi por isso que o Comité Central do PCP não hesitou em convocar um Congresso Extraordinário do Partido para 2 de Fevereiro, a quem competirá definir a recomendação de voto do PCP e as formas que a sua campanha de esclarecimento deve assumir.

Despedir, já e depressa

Foi o deputado Jerónimo de Sousa quem respondeu ao Governo, por parte da bancada comunista, quando na sexta-feira de manhã se debatia o pedido de urgência feito pelo Governo para que fosse agendada uma autorização legislativa sobre os despedimentos.

Ou seja, o Governo, caso a autorização tivesse passado, o que não foi o caso pois a maioria democrática rejeitou, ficava com plenos poderes para legislar sobre os despedimentos sem dar a mínima explicação.

Dizia Jerónimo de Sousa:

Porquê a urgência? Porquê esta pressa? Para resolver os problemas sociais mais candentes da sociedade portuguesa? Para combater o desemprego, os abusos escandalosos dos contratos a prazo, o trabalho negro, das empreitadas do trabalho ao dia, à peça, à tarefa, para dar eficácia e meios aos tribunais de trabalho e Inspeção de Trabalho, propor medidas sérias para exterminar esse flagelo dos salários em atraso onde não seja negado — como fez o Governo — a continuidade do emprego?

Não! Não são essas as urgências do Governo, mesmo quando disfarçadas por algumas medidas demagógicas ou de circunstância.

Mais adiante esclareceu: (...) A verdade é que toda a estrutura do articulado procura reduzir a pó o conceito de

justa causa para despedimento. Justa causa para despedimento já não seria apenas o comportamento culposo do trabalhador em 17 — repito — 17, situações infraccionais graves.

Justa causa para despedimento passariam também a ser razões económicas do patronato a saber:

Por motivos tecnológicos estruturais, económicos e de mercado.

É pertinente perguntar o que é que ficaria de fora para impedir o despedimento?

E prosseguiu: Se dúvidas houvesse, para além da liquidação do conceito de justa causa, duas frases ainda sobre a forma como a autorização legislativa pretende executar os despedimentos.

Nas empresas com menos de 20 trabalhadores o processo é tão sumário que bem pode dizer-se que a execução do despedimento é feito numa espécie de Tribunal de Polícia onde o juiz é o patrão.

Mais. Em todas as circunstâncias no caso do tribunal decidir pelo reintegração do trabalhador, a entidade patronal pode sempre exercer o direito de veto.

O Governo, talvez motivado pelos resultados da primeira volta das eleições presidenciais, está a abrir todo o gás na sua corrida repressiva e antilaboral. Mas esquece-se que a Assembleia da República não se transformou ainda em cartório notarial do Governo Cavaco Silva.

Quando os lobos uivam...

Grande esforço tem o CDS feito durante estes anos para praticar o jogo democrático. Mas a partir de 26 de Janeiro, logo vislumbraram que a vitória poderia sorrir ao candidato que foi o fundador do seu partido, atiraram para trás das costas as vestes democráticas.

Na passada quinta-feira, durante a sessão plenária da Assembleia da República, após a intervenção política do líder da bancada comunista, Carlos Brito, que abordou a decisão anteriormente tomada pelo seu partido de reunir o Congresso Extraordinário do PCP, Anacoreta Correia, do CDS, tirou a máscara.

É importante transcrever, aqui, o que afirmou:

(...) em 1974 o dr. Álvaro Cunhal chegou a Portugal abraçado ao dr. Mário Soares. Em 1986, o dr. Álvaro Cunhal sairá de Portugal abraçado ao dr. Mário Soares.

Mais explícito não se poderia ser! Ai está um discípulo que Salazar gostaria de ter conhecido e que o último director da Pide/DGS, Silva Pais, não se importaria de ter entre as suas fileiras.

Findos os protestos que de imediato surgiram nas bancadas do PCP, PRD, MDP e PS (o PSD optou pela posição do «quem cala consente») Carlos Brito respondeu ao «prá frentex» deputado:

(...) Obrigado, deputado Anacoreta Cor-

reia por ter falado nesta sessão. Disse mais do que eu referia na minha intervenção e ilustrou-a com fotos maravilhosas acerca do que é a mentalidade que está por trás da candidatura de Freitas do Amaral.

(...) E como os senhores não percebem o que é perder em democracia, o sr. deputado vê isto com a mentalidade de antigamente: o poder é o poder e quem perde o poder, perde tudo. Obrigado sr. deputado porque ilustrou a minha intervenção, porque foi muito mais longe do que aquilo que eu conseguiria se estivesse a procurar exemplos nas afirmações do candidato Freitas do Amaral ou daqueles que o apoiam.

(...) Não vamos sair de Portugal, vamos continuar a lutar em Portugal, como lutamos hoje pelo reforço da democracia portuguesa e do regime saído do 25 de Abril.

(...) Sabemos perfeitamente onde estão os interesses da democracia portuguesa e é por isso, fundamentalmente, que nos guiamos. Esse é o rumo que determina os nossos passos e as nossas decisões.

Aguarda-se, a todo o momento, que a candidatura de Freitas do Amaral, a exemplo do que sucedeu com a sede do PCP no Porto, venha dizer que as declarações de Anacoreta partiram, afinal... da bancada comunista.



editorial
CAMINHO

Almanaque
do Poder Local
1986



Assembleia da República

XI Congresso (Extraordinário) na AR

A firmeza com que foi tomada uma posição difícil

«Em 16 de Fevereiro, o PCP dará uma contribuição decisiva para a derrota de Freitas do Amaral, do a quem doer». — afirmou terça-feira passada, na Assembleia da República, no período de antes de Ordem do Dia, a deputada comunista Zita Seabra.

«E dói muito — acrescentou na sua intervenção política — às forças que estão por detrás da candidatura revanchista de Freitas do Amaral. Por isso o País pôde assistir nestes dias a uma vergonhosa campanha de intoxicação, intimidação e intriga. Não poupando nenhum meio, procuraram vender a imagem de um PCP dividido, hesitante, disposto até a preferir Freitas».

Comentando a realização do Congresso Extraordinário do PCP, Zita Seabra diria que o mesmo, «pelas suas conclusões, pela forma ímpar como foi preparado, organizado e levado a cabo, constituiu uma notável confirmação de um facto fulcral na vida política portuguesa: a força, a capacidade do PCP, os métodos democráticos da sua vida interna, a sua inabalável unidade e o seu papel na nossa sociedade».

Referindo-se à preparação e realização do Congresso salientaria que quem pôde acompanhar esses trabalhos não poderá deixar de testemunhar a limpidez do debate, a franqueza como foram expostos os diversos pontos de vista. A firmeza com que foi tomada uma posição difícil. E poderá testemunhar também que se houve emoção neste Congresso (não alegria), houve acima de tudo a consciência clara do alto serviço que é necessário prestar em defesa da democracia portuguesa. Esse serviço será prestado.

Não esconderam o nervosismo

Mais adiante e falando da imagem que a direita procurou vender de um PCP dividido, Zita Seabra acrescentou:

Um matutino de extrema direita não hesitou em divulgar que sabia de fonte certa que o Comité Central do PCP iria apelar à abstenção, que daria a vitória a Freitas do Amaral. E vai vê-lo

afadigarem-se a recordar ao PCP os antecedentes de Mário Soares, a historiar minuciosamente posições do PCP — tudo para tentarem amarrar-nos à conclusão de que os devíamos ajudar a enterrar a democracia!

Mas logo que perceberam a posição do PCP e tomaram consciência da previsível derrocada dos seus planos não conseguiram esconder o nervosismo. Preença de Carvalho confessou-se de imediato «desiludi-

do» por o PCP não cruzar os braços, logo secundado por Freitas do Amaral numa conferência de imprensa verdadeiramente delirante.

E prosseguiu: Decididamente Freitas do Amaral não suporta opositores, queria o caminho livre para Belém. Por isso, ficou inquieto. E não se conforma...

Dando provas do inconformismo de Freitas do Amaral, Zita Seabra enumerou:

— Tudo estão a fazer para manipular a comunicação social. Consideram excelentes e merecedoras de elogio as brutais formas de discriminação que assinalaram a primeira volta das presidenciais.

— Forjam sondagens, falsificam números para sossegar as hostes e desanimar incautos.

— Antidemocraticamente, procuram empurrar para a abstenção cidadãos que votaram em Salgado Zenha e Lourdes Pintasilgo.

— Lançam intrigas de carácter pidesco sobre pretensos contactos entre a Direcção do PCP e elementos do MASP.

— Desencadeiam uma desencadeada campanha anticomunista, persecutória e tendente a instigar ódio. E cinicamente vão avisando que se houver a violência que atacam não assumem a paternidade.

No passado sábado, frente à

sede do PCP na Av. da Liberdade, manifestantes «freitistas» gritaram «Morte aos Comunistas» «Soares para a Sibéria». Foram necessários dois carros de som e os esforços do analista de «O Diabo», Miguel Júdice, para canalizar avenida abaixo os impetos dos «freitistas».

Impedir a eleição de Freitas

Por último e depois de salientar que este ódio e este clima inquisitorial se é sem dúvida perigoso durante a campanha eleitoral muito mais o seria se Frei-

tas do Amaral chegasse a Presidente, Zita Seabra recordou que o XI Congresso do PCP com plena consciência das responsabilidades políticas que sobre os comunistas e os outros democratas pesam — tomou a decisão de que, para impedir que Freitas do Amaral seja eleito, é necessário votar contra ele, e votar contra ele na presente situação significa votar em Mário Soares.

Não por Soares, nem pela sua política, mas contra Freitas do Amaral e para derrotar o seu plano de subversão e de liquidação do regime democrático, a dinâmica ultra-reaccionária, fascizante e agressiva da sua candidatura.

Pelas irregularidades cometidas contra a Reforma Agrária

Inquérito à actuação do MAP adiado por viagens do ministro

O Inquérito Parlamentar pedido pelo PCP aos actos inconstitucionais e ilegais contra a Reforma Agrária praticados pelo Ministério da Agricultura e Serviços dele dependentes começou a ser discutido, na Assembleia da República, na passada terça-feira.

Em discussão está também um projecto de resolução do PS que tem em vista criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito à actuação do Ministério da Agricultura no quadro das medidas relativas à Reforma Agrária.

Excluído deste debate, por não ter sido agendado, um projecto de resolução do PSD que visa a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito aos antecedentes e situação actual existente na «Zona de Intervenção da Reforma Agrária». De salientar que esta iniciativa do PSD não tem em vista os atropelos cometidos pelo Ministério da Agricultura, antes procura desviar as atenções e, se possível, criar condições para que a Reforma Agrária seja completamente liquidada.

Três pontos

A primeira intervenção sobre o tema em debate coube ao deputado comunista João Amaral que salientou existirem três pontos que se prendem com a questão fundamental que está subjacente ao pedido de inquérito:

É legítimo que a Assembleia da República permaneça indiferente e abdique do exercício das suas funções constitucionais de fiscalização — particularmente da prevista na alínea a) do artigo

165.º: «Vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração» —, quando é confrontada com reclamações, exposições e petições que questionam em dezenas e dezenas de casos concretos (e com adução de fundamentos) a actuação do Ministério da Agricultura na zona da Reforma Agrária, particularmente nos processos de atribuição de reservas?

Pode a Assembleia da República abdicar de contribuir para a garantia e defesa dos princípios fundamentais que, constitucionalmente, por força do artigo 266.º, conformam a actividade dos órgãos e agentes administrativos quando é confrontada, nas queixas apresentadas, com acusações, para apuramento, de significativos casos onde haveria falta de isenção e de imparcialidade?

Finalmente, pode a Assembleia da República ignorar uma situação e um processo em que se contam por mais de três centenas os acórdãos anulatórios de actos do Ministério da Agricultura, isto num quadro constitucional em que o Estado se funda na legalidade democrática, sendo certo que cresce que os petiçãoários alegam que a Administração não dá devido cumprimento a essas decisões judiciais?

Não concordo e não homologo

O deputado comunista fundamentou a sua argumentação com alguns exemplos das irregularidades cometidas, quer pelo MAP, que pelos serviços que dele dependem.

A terminar a sua intervenção, o deputado comunista acrescentou:

São os actos e omissões do Ministério da Agricultura no quadro constitucionalmente traçado em relação à Reforma Agrária, bem como na sua conformidade com a legislação em vigor, que são objecto do inquérito proposto. Inquérito que deve ser feito, para que nunca se possa dizer que a Assembleia da República foi cúmplice silenciosa do que, noutras circunstâncias, já foi definido por um senhor Deputado de outra bancada como «pretextos e subterfúgios para cumprir um só desígnio, entregar tanta terra quanto possível aos antigos proprietários».

Ao Ministério, como à mulher de César, não bastará reclamar-se de virtuoso.

Há de ter que o parecer — e é o que hoje não sucede.

No prosseguimento do debate registaram-se ainda as inter-

venções do deputado socialista António Barreto e do deputado do PSD Luís Capoulas.

Este último, de uma conhecida família de latifundiários de Évora, usou a cassette já habitual. Que o mau da história tinha sido o PCP. Falou dos alentejanos bons que tinham sido espoliados dos seus bens. E chegou mesmo a dizer que a ocupação das terras resultara de um plano bem elaborado em que se verificara primeiro a descapitalização das empresas agrícolas, o que motivou a pergunta do hemisclero:

Ó sr. deputado, então quem descapitalizou as empresas se ainda estavam na posse dos latifundiários?

Entretanto o inquérito marca passo. Faz que anda, mas não anda, como dizem os brasileiros. Enquanto isso centenas de acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo estão por cumprir. E viva o Estado de direito... quando a justiça é letra morta!

Neste número: A NOSSA TRIBUNA - MOÇAMBIQUE
Marcelino dos Santos
 «Devemos estar sempre prontos para defender a nossa revolução»

NOS PAÍSES DO SOCIALISMO - VIETNAME
Anatoli Ermoliev
 Uma nova etapa da revolução

AFEGANISTÃO
Dmitri Páplov
 20 anos do PPDA. Reforçar as conquistas da Revolução
Alexandre Sivotenko
 Mobilizados pela Pátria

ASSINATURAS

| | |
|---------|----------|
| 1 ano: | 600\$00 |
| 2 anos: | 900\$00 |
| 3 anos: | 1200\$00 |

Pedidos a **CDL** e distribuição

PCP

Marinha Mercante

Nas instalações do Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa, decorrerá na próxima quinta-feira, dia 13, uma reunião de camaradas do sector da Marinha Mercante (ex-CTM, ex-CNN e Econave).

A situação política e as Presidenciais, os problemas dos trabalhadores da Marinha Mercante e as questões de organização do sector serão temas em foco nesta reunião, marcada para as 18 e 30 horas.

Poder Local

Melhoras e pioras no Poder Local

Como não podia deixar de ser, alguma coisa se alterou ao nível do Poder Local. E não apenas no que decorre das eleições autárquicas, mas também de toda a situação política que, nestes últimos meses, se tem vivido no país. Em algumas câmaras, a situação, reforçada a maioria APU não só nos votos e no número de vereadores conquistados, melhorou; noutras, por motivos diversos já analisados centralmente, com o enfraquecimento das maiorias do Povo Unido e pela obtenção de uma nova maioria de direita — sobretudo alcançada pela convergência antidemocrática dos parceiros PS e PSD — a situação piorou. No entanto, como os factos vêm comprovando, nem sempre se verifica uma mecânica transformação. E os eleitos da APU, mesmo em minoria, não deixam de porfiar nos seus esforços, colocando sempre as suas capacidades ao serviço do povo que os elegeram.

Se, por exemplo, em Setúbal, o PS à frente da Câmara por obra e graça de uma aliança de direita, «ajudada» pelos votos PRD que conseguiram apenas um vereador, marginalizou os eleitos da APU — não lhe atribuindo sequer um vereador a tempo inteiro e preterindo o Povo Unido na distribuição dos pelouros —, o caso correu de modo diferente em Sintra, onde o PS «amuou» e o PSD local se revelou mais democrático...

A «irritação socialista»

O amuo dos «socialistas» nas câmaras que conquistaram ou que perderam marcou azedamente a posição dos eleitos do PS um pouco por todo o lado. Se em Setúbal os vereadores do Povo Unido foram preteridos em relação às suas capacidades, demonstradas ao longo de muitos anos de trabalho, em Vila Real de Santo António — onde as eleições foram disputadas por

votos que se contaram pelos dois tendo ganho o PS aliado com o PSD —, aí o fel do PS arredou completamente a APU. O presidente eleito chegou ao cúmulo de se justificar afirmando que os vereadores APU «não queriam trabalhar no plano de actividades, uma vez que se encontram na oposição!»

Em Sintra, porém, o caso passou-se de modo diferente. Havendo sido eleitos quatro membros do executivo por parte da APU — o mesmo número que os do PSD, que teve a presidência —, tendo o PS dois lugares e o PRD um (outro caso em que este partido, ao concorrer, apenas conseguiu obstar à vitória dos comunistas e dos seus aliados), o Povo Unido viu-lhes serem atribuídos doze pelouros e dois dos seus vereadores vão trabalhar a tempo inteiro. Os vereadores socialistas e o do PRD recusaram-se a aceitar incumbências importantes, automarginalizando-se das tarefas autár-

quicas.

O comportamento dos socialistas foi, de resto, um mau exemplo em muitos lugares. Mau exemplo por não terem sabido ganhar e mau exemplo por não terem sabido perder. Outro caso tristemente exemplar foi o que se registou na Junta de Freguesia de Loures, onde a maioria PS decidiu paralisar o funcionamento da autarquia, o que chegou a pôr em causa o pagamento de salários dos funcionários.

A boa vontade APU

Chamar boa vontade à atitude da APU — em todas as autarquias, tanto naquelas onde maioritariamente conquistou lugares, como nas outras em que ficou em minoria — é dizer pouco. Porque afinal não se trata apenas de «boa-vontade», mas tão só de vontade de trabalhar e de colocar ao serviço das populações as suas capacidades seja em que circunstâncias for.

Sesimbra foi exemplo. Mas poderíamos certamente multiplicar este exemplo. Na sua primeira reunião, a Câmara Municipal decidiu atribuir pelouros a todos os eleitos — e não foram pelouros para «propaganda» ver... Aos do PS couberam os pelouros dos transportes e comunicações, protecção civil, actividades económicas, entre outros.

Em Lisboa, esta boa vontade encontrou pela frente a intransigência costumeira do CDS/Abecasis — já seria de esperar deste freitista convicto, mas não deixa de ser um sinal do perigo de colocar nas mãos de quejandos reaccionários lugares políticos de

responsabilidade quanto ao futuro do povo que os eleja, sejam esses lugares medidos ao nível autárquico ou nacional...

Disposta a assumir responsabilidades na Câmara de Lisboa — como sempre, aliás —, a Aliança Povo Unido, mesmo depois das primeiras declarações de Abecasis, não deixou de afirmar a sua disponibilidade para o trabalho, considerando surpreendentes as atitudes de um presidente eleito que desde logo se manifestou desfavorável à participação da APU, segunda força do concelho da capital, nos pelouros a distribuir.

O mais surpreendente — terá sido mesmo uma surpresa? — foi a atitude do PS, que se apressou na aliança com a «AD» reconstruída. Depois de dar um primeiro passo nessa aliança entrando em acordo com o PSD e o CDS na Assembleia Municipal, recebendo no negócio um cargo de primeiro-secretário na AM de Lisboa, o PS votou na Câmara «poderes excepcionais» para Abecasis, participando no jogo da marginalização da APU. Com três vereadores, o PS juntou-se à direita reaccionária (que tem oito, incluindo o presidente). Com cinco vereadores, o Povo Unido «não conta»... Para que tudo continue a andar para trás? Depois de punido nas últimas eleições autárquicas, o PS pretende continuar a cavar ainda mais fundo o buraco onde se pretehe enterrar, ao mesmo tempo que agrava as condições de vida do povo e entrega nas mãos da direita o futuro. A nível nacional. A nível local.

Reuniões descentralizadas em Vila Franca

No passado dia 29, realizou-se a primeira reunião pública e descentralizada da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Este tipo de reuniões tem como objectivo pôr a população a intervir, de forma directa e sem burocracias sobre os problemas que mais a afectam.

Segundo o gabinete de informação e relações públicas da Câmara «este tipo de reuniões decorrerão de uma forma regular ao longo do ano e percorrerão todas as freguesias do concelho com o intuito de permitir um contacto mais directo com as populações bem como destas com o executivo municipal».

Mantenham-se, pois, informados.

Aumento ilegal em Gondomar

Em comunicado, a Aliança Povo Unido chama a população de Gondomar «a manifestar junto da Câmara Municipal o seu mais vivo repúdio contra mais um grave atentado às suas condições de vida, reclamando que o presidente faça uso dos seus poderes mandando suspender de imediato a aplicação do aumento da tarifa eléctrica».

O aumento da tarifa eléctrica foi resolvido — à revelia dos órgãos competentes — pelo conselho de administração dos SMEAS. Segundo a resolução, a tarifa eléctrica no concelho de Gondomar passa para o triplo!

A APU, «firme nos seus princípios de defesa dos interesses gondomarenses, não podia deixar de denunciar esta situação e exigir por todos os meios ao seu alcance — inclusive o recurso aos tribunais — a imediata anulação destes aumentos».

Está dado o mote em Faro

«O resultado prático das eleições autárquicas em Faro começa a ser visível na Câmara Municipal», afirma o gabinete de imprensa da APU em Faro, tendo como base desta sua afirmação o facto de na sua primeira reunião, a Câmara Municipal não ter aberto as portas à população.

O presidente da Câmara, nesta primeira reunião, assumiu o máximo de competências que a lei lhe permite e fez aprovar um regimento para as reuniões da Câmara com consequências gravosas, uma vez que a única reunião pública mensal se realizará à tarde, o que — por ser durante o período de trabalho — impedirá à população de nela participar.

Mas a prepotência vai mais longe: as propostas apresentadas pelos vereadores serão discutidas única e exclusivamente se o presidente assim o entender e as regras do regimento só serão aplicadas aos vereadores...

Uma aventura

no Porto

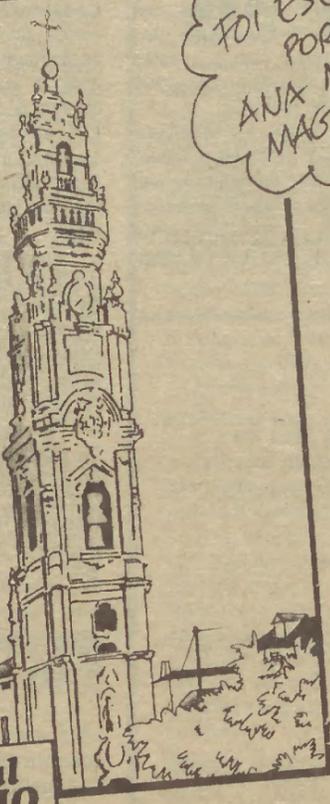
ILUSTRADO PELO
ARLINDO FAGUNDES



Pedro



editorial
CAMINHO



FOI ESCRITO
POR
ANA MARIA
MAGALHÃES...

E POR
ISABEL ALÇADA



Teresa, Luisa e Caracol



João e Faial



Chico

Juventude

Governo não minora problemas juvenis

A propósito das recentes medidas governamentais para a juventude, o Secretariado do Executivo da Direcção Nacional da JCP divulgou atempadamente um comunicado no qual salienta que «em períodos eleitorais todos os governos têm sido useiros e vezeiros em anunciar medidas pretensamente destinadas a resolver os problemas juvenis».

Considerando «significativo que o Governo, anunciando a sua intenção de apresentar uma proposta de lei que contemple a redução do Serviço Militar Obrigatório (SMO), não diga uma única palavra sobre a necessária e urgente melhoria das condições da sua prestação, nomeadamente o aumento do «pré», o pagamento dos transportes, a valorização profissional e cultural dos jovens militares e a sua integração e colaboração em tarefas de apoio à população», a JCP afirma que o Governo minoritário do PSD não fugiu à regra, embandeirando em arco com objectivos estritamente eleitoralistas.

E as razões de tal afirmação dos jovens comunistas estão bem à vista. O Governo fez um grande alarido. Convocou conferências de imprensa para dizer que tinha dado um passo fundamental para resolver o problema do primeiro emprego juvenil.

Mas os jovens comunistas alertam uma vez mais para a grande demagogia que encerra mais esta medida do Governo, uma vez que «existindo em Portugal, segundo números oficiais, mais de 300 mil jovens desempregados, não deixa de provocar espanto que o Governo anuncie um "projecto de ocupação temporária de jovens desempregados", para o segundo semestre de 1986, envolvendo apenas dois mil jovens».

Para os jovens comunistas «torna-se assim claro que o Governo de Cavaco Silva despreza a gravíssima situação em que vivem os jovens desempregados, não tomando nenhuma medida que satisfaça minimamente as suas enormes carências sociais».

Como também fica claro, «mantém-se assim completamente actual a exigência da JCP de atribuição de um subsídio de desemprego aos jovens que procuram o primeiro emprego».

Aliás, o diploma apresentado pelo Governo poderá ser consi-

derado um pau de dois bicos, uma vez que — mesmo insuficientemente — se responsabiliza pela resolução dos problemas juvenis, por outro — ao isentar da prestação à Segurança Social os empresários que empreguem temporariamente jovens — está a contribuir para o aumento de um dos mais graves problemas sociais do nosso País.

A JCP adianta ainda que «se juntarmos a isto o desejo do Governo em fazer aprovar a famosa lei dos despedimentos e ainda a tentativa de burlar os trabalhadores com salários em atraso propondo-lhes a suspensão ou a rescisão dos seus contratos de trabalho, está bom de ver que o saldo das medidas governamentais resulta em atribuir mais be-

nesses às entidades patronais e em dificuldades acrescidas do emprego e segurança no trabalho para os jovens trabalhadores».

Reivindicações sempre actuais

A JCP salienta que continuam completamente actuais as dez reivindicações que apresentou em Novembro de 1985. A saber:

- Atribuição do subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego.
- Aumento dos apoios sociais aos estudantes de diferentes graus de ensino.
- Atribuição de mais verbas para a educação.
- Aprovação de um Plano Nacional de Habitação que dê início à satisfação das necessidades juvenis nessa área.
- Pagamento do salário mínimo a todos os jovens trabalha-

dores com 18 anos ou mais, sem prejuízo de a trabalhar igual ser devido salário igual.

- Eliminação das vias discriminatórias no acesso à Universidade.
- Lançamento de um programa de aprendizagem e formação profissional.
- Programa de construção, reparação e reequipamento de instalações escolares.
- Dignificação do Serviço Militar Obrigatório e a melhoria das suas condições de prestação.
- Impedimento à utilização do território nacional como instrumento dos planos belicistas dos Estados Unidos, nomeadamente do seu projecto de militarização do Espaço.



O «Avante!» já publicou esta fotografia mas, tal como as reivindicações apresentadas pelos jovens comunistas há meses, ela continua com uma actualidade incontestável

Nacional

Governo gera mais miséria

O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) divulgou recentemente um comunicado onde considera que «a decisão do governo de isentar do pagamento das contribuições para a Segurança Social os empresários que dêem primeiro emprego aos jovens de 18 a 25 anos é injusta e geradora de maior miséria».

Salientando que «está com os desempregados e com as vítimas do escândalo dos salários em atraso» o MURPI afirma que

«o nagelo do desemprego é uma consequência das contradições dos sistemas capitalistas, agravadas, no caso nacional, pela política praticada, pelo que a sua solução não está na transferência da miséria entre os estratos sociais desfavorecidos».

Sendo assim, «não bastavam as dívidas das entidades patronais cujo vultuoso crescimento foi fomentado por medidas governamentais. O actual governo vem ainda "sangrar" mais as reduzidas receitas da Segurança Social, através de medidas de

protecção financeira de grandes empresários já superprotegidos».

Esta medida resultará numa «grave redução do valor das pensões e demais prestações sociais, na diminuição das responsabilidades financeiras dos empresários e no aumento concertado do negócio das companhias seguradoras, à custa das classes trabalhadoras que, para se protegerem, terão de fazer seguros comerciais a expensas suas, sem qualquer encargo para os patrões».

Cidadãos iguais?

Foi manchete em quase todos os jornais: daqui a dois anos, também as mulheres terão de prestar o Serviço Militar Obrigatório. Uma notícia destas apanhou todos desprevenidos e desde logo se esboçaram reacções. A notícia foi comentada em todos os cafés do país e rapidamente surgiram argumentos pró e contra.

Na televisão, o Governo vem justificar a sua decisão afirmando que os cidadãos portugueses são iguais perante a lei, independentemente do seu sexo, e que por isso competia também às mulheres ir à tropa.

Não nos vamos embrenhar nesta discussão. Vamos, pura e simplesmente, comentar a justificação apresentada pelo Governo, e vamos fazê-lo da seguinte forma:

São todos iguais? Na realidade? Perguntem-no às operárias que fazendo exactamente o mesmo trabalho que os seus camaradas operários ganham menos do que eles.

Perguntem-no à grande maioria dos desempregados que, como sabemos, são mulheres.

Perguntem-no a todas as jovens contratadas a prazo e que os patrões não põem como efectivas por temerem uma gravidez.

Perguntem-no, finalmente, a todas as mulheres que vêem ser-lhes recusado, na prática, um direito que lhes é inalienável: o direito a uma maternidade livre e consciente.

Unir esforços em defesa da paz

Impedir a transformação do espaço cósmico num enorme e devastador campo de batalha, congelar a instalação de novos mísseis nucleares, congelar o desenvolvimento de novos e mais perigosos sistemas de armas nucleares, iniciar de facto o desarmamento geral, simultâneo e controlado, parar a corrida sui-

cida e travar o imenso esbanjamento de recursos humanos, naturais e financeiros na corrida aos armamentos são os objectivos para os quais os subscritores do apelo lançado pela comissão portuguesa do Ano Internacional da Paz se propõem contribuir.

Os subscritores do apelo iden-

tificam-se. «enquanto parte integrante de uma nação que em Abril de 1974 recuperou a sua liberdade e com ela uma nova dignidade no concerto das nações, com os ideais da cooperação entre os povos, da coexistência pacífica e do desanuviamento nas relações entre os Estados, consagrados a Constituição da República Portuguesa e na Acta Final da Conferência de Helsínquia».

Por isso, consideram «da maior importância que, na precedente conjuntura, a opinião pública mundial contribua com a sua voz e a sua acção para abrir decisivamente novas perspectivas às negociações de desarmamento, em particular em Genebra, de modo a porem termo à corrida às armas nucleares na Terra e no espaço».

Assim, «apelam para as associações cívicas, culturais e religiosas» para que assinalem «com as mais diversas acções o lançamento do Ano Internacional da Paz».

JCP acusa

A Comissão Nacional do Ensino Secundário da Juventude Comunista Portuguesa, reunida recentemente, «acusa o Ministério da Educação, e os últimos governos, de serem os responsáveis pela gritante negação do direito ao ensino, consagrado na Constituição da República Portuguesa, a que conduz a redução da atribuição de verbas para a educação e a diminuição do apoio social escolar que se reflecte particularmente nos transportes, na alimentação e na falta de apoio à aquisição de material escolar».

Esta acusação estende-se também à degradação a que se

deixou chegar as instalações e ao acréscimo de insegurança vivida por alunos, professores e pessoal auxiliar.

Salientando que os estudantes comunistas participam nos actos e acções de descontentamento e exigência da alteração destas realidades, a Comissão Nacional do Ensino Secundário afirma que «existem condições para que os estudantes reforcem os seus laços de unidade e acção em torno dos seus direitos».

Entendendo que «participação estudantil na vida das suas associações e através das mais diversas formas é uma característica riquíssima do viver colectivo

dos estudantes que deve ser apoiado e estimulado», a CNES decidiu apelar, desde já, a todos os jovens comunistas para que, «em unidade com todos os estudantes, iniciem o debate e a preparação das comemorações do Dia do Estudante, 24 de Março, que deve assumir expressões de abertura aos sentimentos de Amizade, Fraternalidade, Justiça e Paz aos estudantes portugueses».

Para debater toda esta situação, a CNES decidiu a realização de uma iniciativa nacional dos estudantes comunistas do ensino secundário a realizar já em Maio.



Internacional

O desastre do Challenger

- dólares e «guerra das estrelas»

Sete astronautas norte-americanos morreram na explosão do veículo espacial «Challenger». O maior desastre até agora registado no espaço cósmico.

Um grande desastre, uma falha e um sacrifício nunca completamente evitáveis numa tão grandiosa aventura humana como a exploração do Cosmos? Se assim fosse, caberia simplesmente lamentar os mortos e avançar novos passos, melhorar ainda as imensas potencialidades técnico-científicas da nossa era, para que outras mortes fossem prevenidas e as vidas sacrificadas dos sete astronautas o não fossem em vão. Mas como uma vez mais os factos testemunham, não é apenas uma dramática falha técnico-científica que está em causa. Entramos directamente num outro domínio bem mais grave: o da «guerra das estrelas».

E não somos nós quem o afirmamos, mas na prática o próprio Pentágono. Como é sabido o veículo espacial tem sido utilizado também com fins militares. Concretamente, um terço das missões espaciais da NASA, pelo menos, estão dependentes da Secretaria de Estado da Defesa. Neste momento, e face ao desastre registado, e aos inevitáveis atrasos que acarreta, as preocupações parecem centrar-se na preservação do ritmo do projecto de militarização do Espaço. A Secretaria norte-americana de Defesa já admitiu que Caspar Weinberger, seu responsável máximo, irá pedir ao Congresso novas verbas para a construção de um quinto veículo especialmente destinado a missões militares.

Falhas inevitáveis e falhas inadmissíveis

Foi há um ano, em Janeiro de 85, numa base norte-americana na RFA, perto de Heilbronn. Um dos andares de um Pershing-2 inflamou-se espontaneamente, matando três soldados norte-americanos e ferindo 16. A reivindicação do movimento da paz na RFA — fundamentada mesmo por estudos de peritos que consideram insuficiente a segurança que tais armas oferecem — pelo desmantelamento dos Pershing, não teve resposta.

Mas o acidente não está esquecido e é um mais (particularmente grave) na sucessão de muitos outros acidentes com armas, nomeadamente portadores de armas nucleares.

É verdade que o acidente — por definição — é algo que pode acontecer, independentemente das nossas vontades e apesar dos nossos esforços. Até certo ponto inevitável, portanto.

Só que, por isso mesmo, não se pode admitir correr os riscos inerentes à corrida aos armamentos. Os acidentes com armas de guerra serão tanto mais possíveis e de consequências tanto mais graves, quanto maior for a sua acumulação.

Isto num plano quantitativo. Mas há mais. É que estas armas, de acordo com a própria evolução geral da tecnologia e da ciência, são cada vez menos controladas por meios humanos. Pelo que o que está em causa, e mais ainda com a corrida às armas no espaço, é o de um «acidente» das dimensões do holocausto nuclear.

O «estímulo» lucro

Mas nem só disso se trata. Surgem agora comentários no sentido de que na própria concepção da nave, a segurança teria sido preterida. E um professor catedrático italiano, Gianfranco Cariolaro, citando o professor

Giuseppe Colombo, que em vida foi assessor da NASA, afirma que o actual sistema de propulsão é considerado tão perigoso que «nas negociações entre os EUA e a URSS sobre desarmamento foram considerados para todos os efeitos como mísseis», pelo que a NASA já teria decidido que «as próximas gerações de naves espaciais se basearão num diferente sistema de propulsão».

Como é possível escamotear problemas desta envergadura?

Naturalmente porque — em termos políticos — o imperialismo está empenhado numa corrida que admite, alimentando velhas ilusões, lhe possa trazer uma superioridade no plano militar que lhe permitisse concretizar o sonho de inversão da realidade histórica.

Mas também, e em interligação com as razões políticas, porque o que se pretende é a obtenção de lucros máximos.

Para isso aceleram-se ritmos de trabalho de engenheiros e técnicos, apertam-se prazos.

Como afirma o «Washington Post», «A essência das «guerras das estrelas», é a perspectiva de novas e fantásticas riquezas para o complexo militar-industrial». Se acrescentarmos a este um outro facto, indicado em relatório da organização de investigação norte-americana Conselho das Prioridades Económicas — cerca de 80% de todos os contratos firmados com vista à «guerra das estrelas» foram assinados com companhias situadas em Estados cujos interesses estão representados no Congresso — passamos a compreender melhor o conteúdo da política da Casa Branca.

E o que significa o «estímulo» lucró em termos de corrida aos armamentos.

«Guerra das estrelas», não

Segundo a doutrina militar-espacial adoptada formalmente pe-

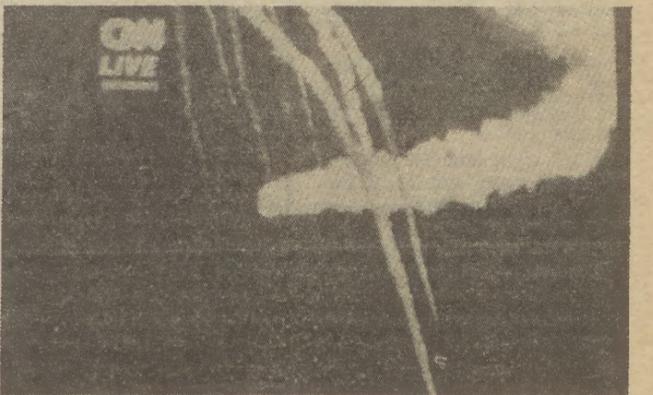
los Estados Unidos em 1984, o objectivo é a obtenção da supremacia no espaço cósmico e que essa supremacia «assegurarão aos EUA a liberdade de acção necessária para que possam lançar ataques estratégicos eficazes, abrindo possibilidades ilimitadas para operações militares». É nessa perspectiva que se prevê a colocação em órbita de centenas, mesmo milhares, de plataformas dotadas de instalações «laser» e nucleares, canhões electro-magnéticos, armas de feixes, etc.

É nessa perspectiva que mesmo face ao desastre do Challenger, se actua no sentido de que o programa militar não sofra atrasos.

Ou seja, prossegue em força a aposta na militarização do Cosmos. Apesar dos objectivos avançados em Genebra. Apesar da interligação evidente entre a liquidação indispensável das armas nucleares e a não menos indispensável renúncia à militarização do espaço. Apesar dos múltiplos e audaciosos esforços da União Soviética, que sofreram um novo impulso com as recentes propostas Gorbachov, para que finalmente se caminhe no sentido do desarmamento.

Entretanto, e isto é tão verdade para nós como para cada povo, ou no plano das relações internacionais: a luta continua. As mais diversas forças confluem nas exigências fundamentais, pela paz. Acaba de se comemorar — a 28 de Janeiro — o primeiro aniversário da declaração de Nova Delhi, em que os chefes de Estado e de governo da Argentina, Grécia, Índia, México, Suécia e Tanzânia apelam, em particular, à concretização de duas medidas essenciais: a prevenção de uma corrida aos armamentos no Espaço e o fim dos ensaios nucleares. São exigências generalizadas dos povos, concordantes com orientações decisivas da política externa da URSS e da comunidade socialista.

Um processo de que é indispensável assegurar a vitória.



O filme da catástrofe

Haiti

A grande revolta contra a ditadura

A queda de «Baby Doc», o ditador haitiano, chegou a ser anunciada. A notícia — desmentida posteriormente — foi divulgada pelo porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, e teria como origem informações da embaixada norte-americana em Porto-Príncipe, a capital do país. O que à partida nos dá uma indicação das pretensões e das preocupações dos EUA, no prosseguimento da lógica da sua política externa de ingerência, no esforço de sufocar todo e qualquer movimento revolucionário.

Esforço baldado.

Se os factos mostram as intenções da Casa Branca de pôr em cheque a ditadura haitiana na sua actual forma (que manifestamente já não serve), o elemento dominante hoje na vida do Haiti, e a razão de ser única das preocupações do imperialis-

mo, é a grande revolta que lavra no país contra a ditadura.

A grande revolta de uma juventude sem trabalho e que tem como perspectiva única a emigração para garantir a pura sobrevivência; revolta de camponeses que avançam na ocupação de terras; de pais que assaltam armazéns de víveres, porque os seus filhos morrem de fome; a revolta dos operários super-explorados pelas cerca de 300 multinacionais implantadas no país. Uma revolta profunda, que parece já ter reflexos mesmo no Exército, que nas últimas grandes manifestações de massas não tem intervindo directamente na repressão.

Não é difícil encontrar as raízes do movimento popular em curso no país mais pobre do hemisfério. Basta ter presentes alguns dados estatísticos: a taxa

de analfabetismo é de 85%; a taxa de desemprego de 40%; apenas 2% da população tem abastecimento eléctrico e 10% tem acesso a água potável; pelo menos 73% das crianças menores de cinco anos sofrem de malnutrição e a taxa de mortalidade infantil é a mais elevada das Américas.

Assim se compreende que a mais cruel repressão — desde 1957 (quando Papa Doc assumiu o poder) mais de 50 mil pessoas foram assassinadas pelo regime, desconhecendo-se o número de «desaparecidos» — não consiga impedir o ascenso do movimento popular. Lição histórica, múltiplas vezes reafirmada por povos de todos os continentes, mas que o imperialismo teima em ignorar.

O momento actual é de impetuoso ascenso da luta. Há já



quase um ano que se sucedem manifestações cada vez mais poderosas. A «revolta da juventude», desencadeada em Gonaves, em 27 e 28 de Novembro passado, alastrou a todas as cidades: Cap-haitiano, Jeremias, Cayce, entre outras. Encerrados os liceus, a revolta abarcou trabalhadores e diversos sectores sociais, como o pequeno comércio. Após a grande manifestação realizada estes dias, em Cap-haitiano, segunda cidade do país, com a participação de 40 000 pessoas, não poderiam restar dúvidas a ninguém quanto às tendências da evolução do processo. Nas manifestações realizadas na terceira cidade do país, Cayce, foi distribuído um apelo à greve geral de 12 a 20 deste mês de Fevereiro. Os factos parecem indicar que a ditadura terrorista de «Baby Doc» está no fim.

Internacional

Washington aposta na provocação contra Angola

Savimbi, chefe do grupo terrorista «Unita» (descrito, mesmo em artigo inserido nas páginas do «Washington Post», como «um hábil politiquero e aventureiro, que se pôs ao serviço do regime sul-africano, sem o apoio do qual as suas «tropas» não se manteriam nem mais um dia»), foi recebido nos Estados Unidos, com ostensivo destaque. Ao longo de dez dias, o chefe terrorista, instrumento de Pretória e da Casa Branca na guerra não declarada contra o povo angolano, foi sucessivamente recebido por diversos membros da administração Reagan, incluindo o ministro dos Negócios Estrangeiros, Schultz, e o próprio presidente norte-americano.

A provocação é evidente. Uma provocação que se insere na lógica da política norte-americana de ingerência. O exemplo de Angola é aliás particularmente esclarecedor.

Neste domínio, vale a pena «dar a palavra» ao secretário de Estado adjunto norte-americano, para os assuntos africanos, Chester Crocker, que nestes mesmos dias exortou o Congresso norte-americano a tomar uma posição de claro apoio ao bando contra-revolucionário «Unita».

Expondo, em conferência de imprensa, a política de Washington em relação a Angola, o secretário de Estado norte-americano avançou que se trata de um conjunto de «pressões», que se destinariam a impor ao governo do MPLA «um compromisso político». O auxílio reforçado e (isso parece estar em discussão...) claro, ao bando terrorista, seria uma das componentes de tal conjunto de «pressões», que englobam também outras de carácter económico, nomeadamente no que respeita ao sector petrolífero (há companhias petrolíferas norte-americanas a operar em Angola). Surge mesmo um grupo de senadores a preconizar a velha receita das sanções económicas.

Em síntese, o tipo de política — que viola os mais elementares

princípios do relacionamento entre Estados e os direitos dos povos — que Washington sistematicamente utiliza contra países que não se integram no esquema de desenvolvimento favorável aos seus interesses de grande potência capitalista. E que no caso de Angola se baseia, de uma forma particularmente nítida, no apoio ao terrorismo, no apoio a um regime condenado na própria ONU, o que quer dizer, condenado pela maioria esmagadora dos países do planeta. Como se afirma no «Washington Post», «o financiamento da «Unita» significará que os Estados Unidos entram em aliança militar com a África do Sul».

As agressões a Angola

No 2.º Congresso do MPLA, realizado há pouco mais de um mês, em Dezembro passado, foi feito um balanço geral do que têm sido as permanentes agressões contra Angola.

Entre as mais violentas agressões contra o país, nessa «guerra não declarada» movida pela África do Sul, conta-se uma bem recente: Setembro de 1985. No período entre 1981 e 85, o exército de Pretória realizou contra a República Popular de Angola, cerca de 4 mil violações do es-

paço aéreo, 168 bombardeamentos aéreos, 230 desembarques aéreo-transportados, 90 metralhamentos aéreos, incontáveis desembarques com lançamentos por pára-quadras, 74 ataques terrestres, 4 desembarques navais.

O saldo é de milhares de mortos e feridos; imensos prejuízos materiais, abarcando tanto estruturas económicas como sociais (nomeadamente hospitais); milhares de pessoas deslocadas, que tiveram que abandonar as suas casas, os campos de cultura, as fábricas onde trabalhavam.

São factos que nos dão o quadro, difícilíssimo, em que a revolução angolana se tem vindo a desenvolver; do que tudo isto significa, como obstáculo ao indispensável progresso económico e social do país.

Nesta guerra contra um povo, a «Unita» tem sido sempre o instrumento utilizado, de par, e com a cobertura, do exército racista de Pretória. A aviação sul-africana procede a sistemáticos desembarques de material de guerra para o bando terrorista. Só nas áreas de Marmiba e Musende, foram capturadas pelas FAPLA mais de 30 toneladas de armamento e material de guerra diverso, nomeadamente cerca de mil quilos de blocos explosivos de TNT.

Material que se destina, por exemplo, a sabotar sistematicamente o caminho-de-ferro de Benguela, com um papel vital na economia nacional, a mais importante via de escoamento dos principais produtos de exportação da Zâmbia e do Zaire.

O papel dos EUA

É neste contexto, e, como foi salientado no Congresso do

MPLA-PT, «numa altura em que aumentavam as agressões armadas, os actos subversivos e as sabotagens movidas pelos racistas sul-africanos e os seus sequeles contra a República Popular de Angola», que «o Congresso norte-americano decidiu revogar a Emenda Clark que interdita a ajuda directa dos EUA ao grupelho fantoche da «Unita».

Tudo se interliga e a recepção oficial ao fantoche de Pretória, Savimbi, insere-se logicamente nesta prática política de inequívoco terrorismo de Estado.

Numa primeira resposta à provocação da Casa Branca, a República Popular de Angola, através do seu embaixador nas Nações Unidas, advertiu das consequências de um eventual reforço do apoio aos bandos da «Unita» e afirmou que, nesse caso, o governo angolano tomará todas as medidas necessárias à defesa do país, incluindo o pedido de cooperação militar aos países que estejam dispostos a dá-la.

Entretanto, o grupo dos países africanos nas Nações Unidas divulgou um comunicado condenando a recepção a Savimbi nos Estados Unidos e denunciando que qualquer forma de apoio à Unita será considerada como uma violação dos princípios da Organização das Nações Unidas (OUA). Solicita-se ainda a convocação urgente do Conselho de Segurança. A política de ingerência do imperialismo defronta-se assim, cada vez mais, com a resistência unida dos povos. Um factor essencial na transformação indispensável das relações entre Estados e povos, na sua adequação à realidade da era nuclear.

Espanha, referendo sobre a NATO em Março

Nas eleições legislativas de Outubro de 82, os socialistas espanhóis obtêm uma significativa vitória, que abre as portas do governo ao PSOE. Esta vitória assenta numa campanha eleitoral centrada em dois problemas e duas promessas fundamentais: melhoria da situação económica e uma consulta popular relativa à permanência na NATO.

Só bem mais de três anos depois a consulta sobre a NATO se verifica. E em condições que nada têm a ver com as promessas eleitorais.

O governo espanhol, de Filipe Gonzalez, pediu ao Congresso autorização para realizar o referendo sobre a NATO no próximo dia 12 de Março. Mas já não se trata do simples sim ou não à permanência na NATO. Os eleitores espanhóis vão responder a uma questão elaborada de forma calculada para angariar mais respostas positivas: «Considera conveniente para Espanha permanecer na Aliança Atlântica nos termos acordados pelo governo da nação?». Os termos são: a não integração na estrutura militar, não nuclearização do território e redução da presença norte-americana no país. E bem se sabe que nem os Estados Unidos e a NATO, nem o governo PSOE (que manifestamente não cumpre as suas promessas eleitorais) garantem à partida tais requisitos. Em particular no que respeita à nuclearização, como salienta o PCE, que defende o não à permanência na NATO.

Em Portugal, provocação contra a Nicarágua

A situação actual na América Central e em particular na Nicarágua, foi tema de um programa da TV, «Panorama», que apostou na distorção da realidade que hoje se vive neste país em termos verdadeiramente provocatórios. O que não surpreende, pois a RTP sistematicamente divulga a óptica do imperialismo sobre as mais diversas situações e problemas. Mas nem por isso é mais admissível no Portugal democrático de hoje.

Contra este programa, a Comissão Portuguesa de Solidariedade com a Nicarágua e pela Paz na América Central enviou à televisão um telegrama de protesto, em que simultaneamente manifesta «inteira disponibilidade para a reposição da verdade dos factos através de debate sério na RTP com a presença de personalidades portuguesas que visitaram recentemente aquele país, prontos para testemunhar sobre a realidade da Nicarágua».

Filipinas, eleições amanhã

Realizam-se, amanhã, dia 7, nas Filipinas, eleições presidenciais. Não são eleições vulgares, inerentes a qualquer democracia burguesa. Trata-se de umas eleições antecipadas, 18 meses antes do termo oficial do mandato presidencial, impostas pela gravidade da situação que se vive no país, pela força crescente de uma oposição ao regime tão vasta que praticamente abarca todos os sectores, e ainda pelo próprio imperialismo norte-americano, sustentáculo do regime, temeroso das consequências que possam advir da crescente luta popular.

As Filipinas vivem há vinte anos sob o governo do presidente Ferdinando Marcos, metade dos quais sob vigência da lei marcial, agora uma vez mais decretada. A situação económica do país está completamente degradada — exemplo claro de quais as consequências do neo-colonialismo. Há três anos consecutivos que não há crescimento, as exportações descem continuamente, os preços dos produtos exportáveis baixam de forma vertiginosa, a dívida externa é a segunda maior da Ásia e a sexta do mundo, milhares de empresas estão a fechar as portas, o desemprego, a fome são graves problemas quotidianos.

É neste contexto que o assassinio do dirigente da oposição, Benigno Aquino, em Agosto de 83, surge como um elemento de aglutinação de forças e activação da acção de uma oposição heterogénea, de que a viúva do ex-dirigente, Corazon Aquino, é actualmente candidato presidencial.

Paz, acordo possível em Viena

No fim de Janeiro iniciou-se em Viena a 38.ª sessão das conversações sobre a redução das Forças Armadas e armamentos na Europa Central, que se prolongam há mais de 11 anos. Neste momento parecem abrir-se algumas possibilidades de obter resultados concretos.

Em Fevereiro do ano passado, o Tratado de Varsóvia avançou um conjunto de propostas que abrem caminho pelo menos a um acordo parcelar um ano após a entrada em vigor do acordo, redução das tropas da URSS e dos EUA na Europa Central respectivamente em 20 mil e 13 mil efectivos, juntamente com os seus armamentos; concluídas as reduções, estabelecimento de um compromisso, a título colectivo e nacional, de não aumentar o nível de forças armadas e armamento; de par dos meios técnicos nacionais de controlo, estabelecerem-se outras fórmulas colectivas de controlo.

Em Dezembro, os países da NATO formulavam um conjunto de propostas francamente próximas das anteriormente avançadas pelos países socialistas.

Assim, a possibilidade de um acordo existe. O que teria inegáveis consequências positivas, também na perspectiva do desanuviamento a nível internacional.



As terríveis consequências do terrorismo em Angola

Internacional

4 de Fevereiro

Saudação ao MPLA-PT

Por ocasião do 25.º aniversário do 4 de Fevereiro, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao CC do MPLA-Partido do Trabalho, ao camarada presidente José Eduardo dos Santos, a mensagem que transcrevemos:

Queridos camaradas:

Na passagem do 25.º aniversário da gloriosa data de 4 de Fevereiro que significou a arrancada final da luta secular do povo angolano pela conquista da independência, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e, por seu intermédio, todo o povo angolano que de Cabinda ao Cunene defende de armas na mão a integridade territorial do seu país e a sua revolução ameaçada pela conspiração imperialista.

O PCP denuncia e combate as novas e frontais ingerências e ameaças do imperialismo norte-americano tendo como objectivo liquidar a revolução angolana e fazer girar Angola na órbita do neocolonialismo. O PCP considera parte integrante desta estratégia imperialista a vergonho-

sa utilização do território português para acções hostis contra a RPA por parte, entre outros, do bando contra-revolucionário da UNITA, acções que o PCP firmemente condena e que violam os princípios que norteiam as relações entre os Estados e que constituem um estigma da submissão de sucessivos governos ao imperialismo norte-americano.

Manifestando a nossa solidariedade constante à luta do povo angolano sob a direcção do MPLA-PT contra as agressões dos racistas ao serviço do imperialismo, à edificação de uma nova sociedade orientada para o progresso social, o PCP continuará a agir para que entre os nossos dois partidos se reforcem os laços de amizade e solidariedade existentes na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Saudação de Álvaro Cunhal

Ao Camarada Presidente José Eduardo dos Santos

Ocasão 25 aniversário histórico 4 Fevereiro transmito-lhe e seu intermédio MPLA-PT povo angolano fraternais saudações comunistas portuguesas.

Reiterando firme apoio luta MPLA-PT defesa independência soberania RPA construção nova sociedade expressamos firme condenação agressões dos racistas sul-africanos e novas e perigosas ingerências imperialistas dos EUA certos povo angolano as enfrentará com êxito e a vitória é certa.

Continuaremos luta para pôr termo actividades anti-angolanas território português e promover relações amizade entre nossos povos e países.

Expressamos-lhe vontade prosseguir e reforçar tradicionais relações amizade solidariedade cooperação PCP MPLA-PT.

Fraternais saudações.



Saudação ao 3.º Congresso do Partido Comunista de Cuba

Por ocasião do 3.º Congresso do Partido Comunista de Cuba, em que o nosso Partido está representado pelo camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Comité Central, o CC do Partido Comunista Português, enviou aos camaradas cubanos a saudação que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

Em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos solidários da classe operária e dos trabalhadores de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente todos os delegados ao 3.º Congresso do Partido Comunista de Cuba e, por seu intermédio, todos os comunistas e o povo trabalhador de Cuba.

Sob a direcção do PCC, a revolução cubana alcançou extraordinários êxitos nos planos económico, social e cultural que atestam a superioridade do socialismo, mostram que o exercício do poder pelos trabalhadores e ao serviço dos trabalhadores constitui a única via capaz de dar satisfação aos interesses e aspirações das massas, de independência, democracia, progresso social e paz, põem em evidência a importância da solidariedade fraterna entre os países socialistas. Cuba Socialista tornou-se um exemplo, uma bandeira, um ponto de referência fundamental para os trabalhadores e povos oprimidos, não apenas da América Latina, mas do mundo inteiro. Não admira, por isso, que ela constitua um alvo prioritário da hostilidade do imperialismo norte-americano que, apesar dos desaires sofridos na sua política de agressões, ingerências e boicote económico, não abandonou o seu objectivo de desestabilizar e destruir a revolução cubana.

Os comunistas portugueses têm sido e serão sempre activamente solidários com os comunistas e o povo cubano na sua actividade de edificação social-

ta e na defesa intransigente da independência e soberania da sua pátria. O boicote dos EUA contra Cuba deve terminar. O território da base militar norte-americana de Guantanamo deve ser restituído ao povo cubano. O PCP valoriza altamente o elevado espírito internacionalista do povo cubano e a ajuda desinteressada, e por vezes decisiva, que tem prestado a povos que lutam contra as agressões e ingerências do imperialismo. O PCP tem grande apreço e consideração pelo papel desempenhado por Cuba, no seio da comunidade socialista, assim como no quadro da luta libertadora dos povos da América Latina e no Movimento dos Países Não Alinhados. A extraordinária contribuição de Cuba à luta contra o garrote da dívida externa e pela reestruturação das relações económicas internacionais num sentido mais equitativo e mais justo merece ser particularmente realçada.

O 3.º Congresso do Partido Comunista de Cuba tem lugar numa situação Internacional caracterizada, por um lado, pela intensificação e avanço da luta dos trabalhadores e dos povos e, por outro lado, pelo prosseguimento da política militarista agressiva do imperialismo, e em primeiro lugar do norte-americano, visando a todo o custo alcançar a superioridade militar sobre a URSS e o campo socialista, sustê-lo, se possível, inverter o curso do processo revolucionário, impor ao mundo o seu domínio. O programa da «Guerra das Estrelas» de militarização do espaço e as ingerências e agressões dos EUA na América Cen-

tral constituem apenas dois exemplos, particularmente graves e perigosos, de uma política que põe em perigo a paz e ameaça a humanidade com o holocausto nuclear.

Numa tal situação, o PCP considera de fundamental importância o reforço da unidade do movimento comunista e operário internacional e o fortalecimento da cooperação e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias do nosso tempo: países socialistas, movimento operário dos países capitalistas, movimento de libertação nacional, os países progressistas.

O PCP valoriza altamente as propostas e iniciativas de paz dos países socialistas, designadamente o plano apresentado recentemente pela URSS visando a liquidação das armas nucleares até ao ano 2000, e dá a sua activa contribuição ao vasto movimento popular pela paz que se desenvolve à escala mundial. Combate firmemente as campanhas anticomunistas e anti-soviéticas com que o imperialismo procura justificar a sua política agressiva. Põe em relevo o enorme alcance e significado das revoluções progressistas que tiveram lugar nos últimos anos e a necessidade de uma atitude solidária de princípio para com estas revoluções, como no caso de Angola, Moçambique, Etiópia, Kampuchea; Yemen Democrático, Afeganistão, Nicarágua e outras. Expressa a sua solidariedade a todos os povos que lutam contra o fascismo, o imperialismo, o colonialismo, o racismo e o sionismo.

Queridos Camaradas,

A defesa das conquistas da Revolução do 25 de Abril e do regime democrático que as consagra constitui a maior contribuição que o nosso Partido pode dar à causa universal do progresso social e da paz. Como sabeis, desde há mais de 10 anos que

sucessivos governos de direita, com ou sem o Partido Socialista, conduzem uma violenta ofensiva visando restaurar o poder dos monopólios e dos latifúndios que a revolução liquidou, assim como o domínio imperialista sobre Portugal. Entretanto, apesar de duramente atingidas, as conquistas da revolução continuam bem vivas na realidade, na luta e no coração dos trabalhadores portugueses.

Ao longo do último ano, a luta da classe operária e dos democratas alcançou significativas vitórias. O governo de coligação do Partido Socialista com o Partido Social Democrata foi destituído, as eleições legislativas de 6 de Outubro traduziram-se numa importante derrota da direita e numa modificação positiva do quadro partidário, nas eleições para as autarquias locais de 15 de Dezembro a APU, em que o PCP é a força fundamental, alcançou 20% dos votos, confirmando o seu prestígio e influência na vida nacional.

Entretanto, com a derrota na primeira volta das eleições presidenciais a 26 de Janeiro dos candidatos democráticos e a passagem à 2.ª volta de dois candidatos de direita, criou-se no nosso país uma situação nova, extremamente perigosa para a democracia portuguesa. Face a uma tal situação, o Comité Central do nosso Partido decidiu convocar para 2 de Fevereiro o XI Congresso (Extraordinário) do PCP com vista a determinar a atitude dos comunistas na 2.ª volta das eleições presidenciais.

Sejam quais forem os resultados da 2.ª volta em 16 de Fevereiro, a defesa da democracia e a defesa dos interesses do povo e do país dependerá ainda mais da luta dos trabalhadores, do povo e dos democratas. O PCP mantém inalterável a sua apreciação da candidatura de M. Soares como uma candidatura de

direita. Ao mesmo tempo sublinha que o maior perigo no momento actual decorre da dinâmica ultra-reaccionária, fascizante e agressiva da candidatura de Freitas do Amaral e da possibilidade de este vir a ser eleito Presidente da República, ficarem as forças reaccionárias em condições de tentar desferir golpes mortais contra a democracia portuguesa.

As eleições presidenciais terão sem dúvida sérias consequências na vida nacional; mas não decidem tudo. Como comprova a experiência da revolução portuguesa, a luta dos trabalhadores, a intervenção das massas populares, a acção dos democratas e o funcionamento das instituições desempenham um papel determinante na superação dos perigos e na defesa do regime democrático.

Queridos Camaradas:

As realizações da revolução cubana e a sua defesa são do interesse, não apenas do povo cubano, mas de toda a humanidade progressista. Desejamos os melhores sucessos aos trabalhos do vosso 3.º Congresso e à vossa actividade ulterior para concretizar as suas resoluções.

Aproveitamos a ocasião para vos reiterar a nossa vontade de agir para o fortalecimento das tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, com base no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum do socialismo e da paz.

Viva o 3.º Congresso do Partido Comunista de Cuba!

Viva a Amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba!

Viva a Amizade entre o Povo Português e o Povo Cubano!

Viva o Internacionalismo Proletário!

«Leninegrado, a grande Leninegrado, a invencível cidade que, como Stalinegrado e Moscovo, resistiu vitoriosamente a todas as brutais arremetidas nazis e que, atacada por todos os lados durante 16 meses, conduziu a um malogro sangrento todos os desesperados assaltos do inimigo — foi libertada do cerco em 18 de Janeiro.»

(...) «O rompimento do cerco de Leninegrado foi consequência dum ataque planeado por Vorochilov e pelo jovem marechal Zukhov. Após 7 dias de combates, a poderosa fortaleza de Schlüsselburgo foi tomada de assalto e a guarnição nazi aniquilada. Irrompendo irresistivelmente em profundidade, as tropas soviéticas, esmagando 4 divisões inimigas, abriram caminho para a cidade sitiada, conseguindo estabelecer um corredor por onde logo passaram comboios com roupas, abastecimentos, medicamentos, armas e munições. A libertação de Leninegrado representa uma grande vitória soviética cujos efeitos militares ainda é cedo para avaliar.» (...)

«Os Nazis São Varridos do Cáucaso — A Libertação de Leninegrado» — «Avante!», VI Série, n.º 26, 1.ª Quinzena de Fevereiro de 1943)

AVANTE!
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Os trabalhadores do campo do Ribatejo, Alenquer, Arruda dos Vinhos e outras regiões, pela sua união e resistência, estão fazendo fracassar a tentativa dos grandes exploradores dos camponeses para diminuir as jornas. Apesar da afixação de editais pelas «Comissões Arbitrais» e autoridades, tabelando salários de fome, os patrões vêem-se obrigados a pagar jornas superiores à tabela porque nas praças de homens os camponeses em massa se recusam a aceitar os miseráveis salários que alguns patrões se atrevem a oferecer.»

«Onde os patrões, apesar da recusa dos camponeses, insistem em oferecer jornas de fome, os trabalhadores, seguindo as consignas lançadas no manifesto do Partido Comunista, lançam-se decididamente à greve. Tal o caso passado em Cotovio, onde, no passado dia 7 de Fevereiro, os camponeses fizeram greve, de forma a que os patrões foram obrigados no dia 8.ª a pagar jornas superiores a 30 escudos.» (...)

«Os Grandes Agrários Recuam Perante a Resistência Camponesa» — «Avante!», VI Série, n.º 49, 2.ª Quinzena de Fevereiro de 1944)

AVANTE!
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Sob a pressão das massas trabalhadoras nas fábricas, nos campos, nos portos, nos escritórios, o patronato e o governo têm sido obrigados a ceder aumentos de salários e ordenados e a satisfazer outras reivindicações, tais como mais dias de férias, segurança no trabalho, aumento de pensões, abonos de família, etc. Porém, tudo isto está muito longe de ser geral, é insuficiente, fica muito aquém da subida constante do custo de vida.»

«A classe operária e as massas trabalhadoras da cidade e do campo têm absoluta necessidade de aumentar a sua pressão sobre o patronato, os sindicatos e as autoridades, através da luta diária na empresa, nos sindicatos e junto das autoridades por aumento geral de salários compatíveis com o custo de vida.»

«Foi o próprio governo que, com o já célebre «imposto de transacções» anulou os aumentos de salários obtidos antes pelos trabalhadores a custa de dura luta, assim como os ordenados do funcionalismo público, dos ferroviários, etc., que viriam a ser concedidos pouco depois.»

«De Pe Trabalhadores! Contra a Carestia de Vida, o Pão e o Leite Não Devem Ser Aumentados» — «Avante!», VI Série, n.º 375, Janeiro de 1967)

Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 632

6 de Fevereiro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O PCP e as eleições presidenciais

Quinta

AMADORA

Sessão de esclarecimento com José Casanova, da Comissão Política do CC. Às 21.30.

BRAGA

Reuniões, às 21.30, em Aveleda e Panoias, e do Sector Intelectual, em Braga.

CASCAIS

Sessão de esclarecimento, às 21.30, com Gorjão Duarte, do CC.

LARANJEIRO

Sessão de esclarecimento, às 21.30, com Maria da Piedade Morgadinho, do CC.

LAVRADIO

Sessão de esclarecimento, às 21.30, com Bernardina Sebastião, da Comissão Política do CC.

LOURES

Sessão de esclarecimento com Jorge Araújo, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

MARINHA GRANDE

Sessão de esclarecimento, às 21.30, com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC.

QUARTEIRA

Reunião aberta, no Centro de Trabalho, às 21.30, com Carlos Luís Figueira.

SETÚBAL

À noite, no Centro de Trabalho, sessão de esclarecimento com Carlos Ramilhes, da Comissão Política do CC.

VIANA DO CASTELO

Reunião geral de militantes no Centro de Trabalho, às 17 h.

Sexta

LISBOA

Às 21.30, no Cinema Alvalade, sessão

de esclarecimento com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

ALCANENA

Reunião alargada de militantes, às 21.00, com Raimundo Cabral, da Comissão Política do CC.

ALJUSTREL

Sessão de esclarecimento com Ruben de Carvalho, do CC. Às 21.30.

ALHOS VEDROS

Sessão com Gorjão Duarte, do CC. Às 21.30.

ALMODÔVAR

Sessão de esclarecimento com Carlos Carvalhas, do CC. Às 21.30.

AVIZ

Às 21.00, na Casa do Povo, sessão de esclarecimento com António Gervásio, da Comissão Política do CC.

AZAMBUJA

Sessão de esclarecimento, às 21.30, com Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

BARCELOS

Reuniões, às 21.30, em Cambazes e em S. Martinho.

BRAGA

Reuniões, às 21.30, em Nogueiró, S. Paio de Merelim e Nogueira.

CASCAIS

Sessão de esclarecimento, às 21.30, com Jaime Félix, do Secretariado do CC.

COSTA DA CAPARICA

Sessão de esclarecimento no Grupo de Amigos da Costa, às 21.00, com Vítor Dias, do CC.

CRUZ DE PAU

Sessão com Manuel Pedro, do CC. Às 21.00.

ESPOSENDE

Reunião geral de militantes.

Sessões de esclarecimento com Álvaro Cunhal

Amanhã, dia 7, 21.30
Cinema Alvalade, Lisboa

Sábado, dia 8, 16.30
Escola Secundária, Peniche
Almoço-convívio na Escola Secundária (13 h) e visita ao Forte de Peniche

Sábado, dia 8, 21.30
Pavilhão Polivalente, Odívelas

Domingo, dia 9, 15.30
Porto

LEIRIA

Às 21.30, sessão de esclarecimento com Carlos Brito, da Comissão Política do CC.

LISBOA

Reunião do Sector da Saúde de Lisboa, às 21.30, com a participação de José Casanova, da Comissão Política do CC.

LOULÉ

Reunião aberta, no Centro de Trabalho, às 21.30, com Vítor Neto, do CC.

LOURES

Sessão de esclarecimento com Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

OEIRAS

Sessão de esclarecimento com Jorge Araújo, do Secretariado e da Comissão Política do CC.

PINHAL NOVO

Sessão de esclarecimento com Zita Seabra, da Comissão Política do CC. Às 21.00.

PORTIMÃO

Reunião aberta, no Centro de Trabalho, com Margarida Tenggarrinha, do CC. Às 21.30.

SACAVÉM

Sessão de esclarecimento com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC. Às 21.30.

SANTA JUSTA

Às 20.30, sessão de esclarecimento com Maria da Piedade Morgadinho, do CC.

S. BRÁS DE ALPORTEL

Reunião no Centro de Trabalho, às 21.30, com Carlos Luís Figueira, do CC.

SANTA SUSANA/ALCÁ-CER

Sessão de esclarecimento com José Bernardino, do CC. Às 20.30.

SEIXAL

Na Sociedade Timbre Seixalense, às 21.00, sessão com Carlos Ramilhes, da Comissão Política do CC.

VIANA DO CASTELO

Sessão de esclarecimento, às 21.30, no Salão dos Bombeiros Voluntários. Reunião com dirigentes e activistas sindicais no Centro de Trabalho.

ODÍVELAS

Sessão de esclarecimento com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP. Às 21.30, no Polivalente.

PENICHE

Com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, almoço-convívio no refeitório da Escola Secundária às 13.00; visita ao Forte; sessão de esclarecimento na Escola Secundária, às 15.30.

ALCÁ-CER DO SAL

Sessão de esclarecimento, às 16.00, com Dias Lourenço, que estará noutra sessão de esclarecimento, às 20.00, em Canal Caveira.

ALPIARÇA

Sessão de esclarecimento com Maria da Piedade Morgadinho, do CC.

ALVALADE-SADO

Sessão de esclare-

cimento com Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC. Às 15.30.

MONTIJO

Às 21.00, sessão de esclarecimento com Albano Nunes, do CC.

PORTALEGRE

Às 21.00, sessão de esclarecimento com Bernardina Sebastião, da Comissão Política do CC.

PONTE DE LIMA

Sessão de esclarecimento na Escola Secundária.

PONTE DE SOR

Na Casa do Povo, às 21.00, sessão de esclarecimento com Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

REDONDO

Sessão de esclarecimento com Domingos Lopes, do CC. Às 20.30.

TORRÃO/ALCÁ-CER

Sessão de esclarecimento com Jorge

BARCELOS

Reunião de militantes em Moure, às 21.30.

BRAGA

Reunião do Sector Empresas/Sindicalistas às 10h no CT. Reuniões, às 21.30, em Celeirós e Dume. Reunião-convívio da Zona Urbana-Braga, no Centro de Trabalho.

CERCAL

Às 15.00, sessão de esclarecimento com Ruben de Carvalho, do CC.

ESTREMOZ

Sessão de esclarecimento, às 16.00, com Aurélio Santos, do CC.

ÉVORA

Sessão de esclarecimento, às 20.30, com Aurélio Santos.

GUIMARÃES

Sessões de esclarecimento, às 17.00, em Pevidém e Talpas; às 21.00, em Serzedelo, Silvares e Ponte.

LOURES

Sessão de esclarecimento com Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

MÉRTOLA

Sessão de esclarecimento, às 21.00, com Carlos Ramilhes, da Comissão Política do CC.

MONTEMOR-O-NOVO

Sessão de esclare-

cimento com Álvaro Cunhal. Às 15.30.

TORRE DA MARINHA

Às 21.30, sessão de esclarecimento com Vítor Dias.

VENDAS NOVAS

Às 20.30, sessão de esclarecimento com Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

VIANA DO CASTELO

Reunião geral de militantes em Mazarefes.

V.N. FAMILIÇÃO

Reuniões de militantes, às 21.00, em Delães (na Junta de Freguesia) e em Riba d'Ave (na Junta de Freguesia); às 17.00 no Bairro.

VILA VIÇOSA

Sessão, às 16.00, com Domingos Lopes, do CC.

DOMINGO

PORTO

Sessão de esclare-

cimento com Álvaro Cunhal. Às 15.30.

ALJEZUR

Às 16.00, no Centro Cultural, sessão de esclarecimento com José Vitoriano, da Comissão Política do CC.

AMARES

Reunião geral de militantes. Às 10.30.

ARRAIÓLOS

Sessão de esclarecimento com Domingos Lopes, do CC. Às 20.30.

BARCELOS

Reunião geral de militantes em Barqueiros. Às 11.00.

CASTRO VERDE

Sessão de esclarecimento com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC.

CHAMUSCA

Sessão de esclarecimento com Raimundo Cabral, da Comissão Política do CC.

FERREIRA DO ALENTEJO

Sessão com Maria da Piedade Morgadinho, do CC.

GALVEIAS

Sessão de esclarecimento com Carlos Carvalhas, do CC. Às 16.00.

MORA

Sessão de esclarecimento, às 16.00, com Domingos Lopes, do CC.

OURIQUE

Às 16.00, sessão de esclarecimento com Zita Seabra, da Comissão Política do CC.

SAMOUÇO

Sessão de esclarecimento, às 16.00, com Ruben de Carvalho, do CC.

S. TEOTÓNIO/ODEMIRA

Sessão de esclarecimento com Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

V.N. FAMILIÇÃO

Sessões de esclarecimento, às 10.00, no Centro de Trabalho de Farnalhão e na Junta de Freguesia de Oliveira-S. Mateus.

Segunda

BARCELOS

Reuniões gerais de militantes, às 21.30, em Barcelinhos e em Areias-Vilar.

VIEIRA DO MINHO

Sessão de esclarecimento, às 15.00, na Casa do Povo.

Terça

MONÇÃO

Debate no Centro de Trabalho.

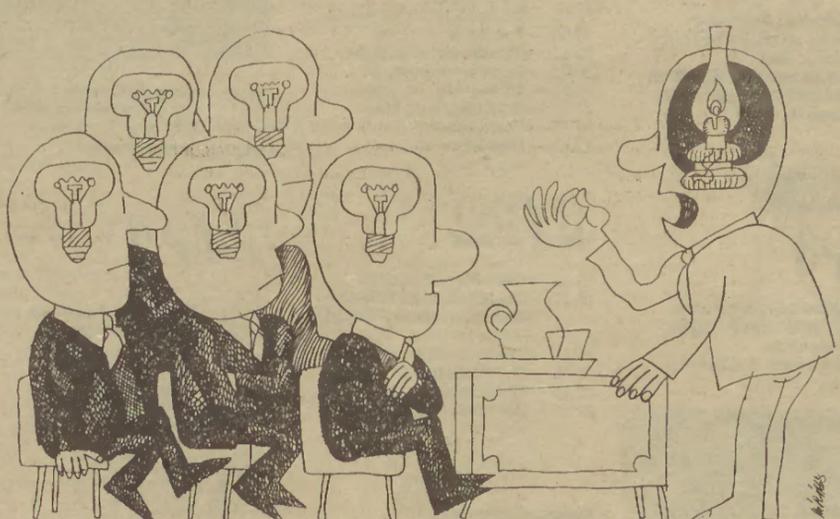
Quarta

BARCELOS

Reuniões gerais de militantes em Santa Eugénia e S. Veríssimo.

VIANA DO CASTELO

Sessões de esclarecimento, às 21.30, em Darque (Junta de Freguesia), Afife, Carreço (Soc. de Instrução e Recreio), Santa Marta (Junta de Freguesia). Ainda em Santa Maria Maior e Monserrate, ambas no CT, e em Areosa, também no CT.



Quinta-feira, 6

Cinema Alvalade

Sessão político-cultural promovida pela Associação Portugal-Angola, com o alto patrocínio da Embaixada da RPA e a participação do embaixador Mawete Baptista, que será um dos oradores da sessão. Na 2.ª parte, actuações de Carlos Paredes e do grupo angolano «Os Merengues»

MESZAROS, Andras — Hungria
in «Catálogo da 1.ª Bienal Internacional
de Caricatura e Humor» Gabrovo, Bulgária — 1973

TV O Programa

Quinta
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela — «Origens», 90.º Epis.
13.55 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.55 — Curso de Inglês («Follow Me»)
19.20 — Desporto
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela — «Louco Amor», 152.º Epis.
21.30 — Campeonato do Mundo de Andebol (Portugal-Luxemburgo)
23.00 — Série — «Crime, Disse Ela»
23.50 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Conheça Melhor
20.30 — Série — «Homens de Boa Vontade»
21.40 — Encontros Com...
22.30 — Jornal da Noite

Sexta
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela — «Origens»
13.55 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.30 — Notícias
18.50 — A Forma das Coisas
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
21.15 — Europa



21.45 — Série — «Wallenberg»
22.45 — Série — «Sarlhos com Elas»
23.20 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Série — «Enquanto é Tempo»
20.30 — Espaço Jazz
21.30 — Campeonato do Mundo de Andebol (Portugal-França)
23.00 — Jornal da Noite

Sábado
RTP1

11.30 — Tempo dos Mais Novos
14.00 — No Mundo dos Fraggles
14.30 — Música Pop
15.30 — A Televisão dos Outros
17.00 — Série — «Fame»



18.00 — Vultos da Cultura Portuguesa — Aquilino Ribeiro

19.00 — Parlamento
19.45 — Totoloto
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Série — «Rabo de Saia»
21.30 — Aplauso — Tony de Matos
22.30 — Série — «A Caminho da Esperança»
23.30 — Último Jornal
23.45 — Sábado Especial — «O Cérebro»

RTP2

18.30 — Troféu
20.00 — Animação
20.30 — O Tempo das Catedrais
21.30 — Série — «A Sombra da Velha Arvore»

Domingo
RTP1

10.30 — Missa Dominical
11.30 — 70 Vezes 7
12.00 — Tempo dos Mais Novos
13.00 — TV Rural
13.30 — Tempo dos Mais Novos
15.30 — Sessão da Tarde — «Onde Fica a Guerra?»
17.00 — Campeonato do Mundo de Andebol (Portugal-Grã-Bretanha)
18.15 — O Novo Mundo Selvagem
18.50 — Top Disco
19.50 — Como, Quem, Porquê?
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Crónicas de Bem Dizer
21.00 — Série — «George Washington», 2.º Epis.
22.00 — Domingo Desportivo
23.00 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Novos Horizontes
20.00 — Adágio
20.30 — Nós Por Cá
21.30 — Cine-Clube — «Caça Trágica», real. Giuseppe De Santis

Segunda
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela — «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Desportivamente
19.20 — Azulejos de Arte Portugueses
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Campanha Eleitoral
20.55 — Telenovela — «Louco Amor»
21.40 — Consultório do IVA
21.45 — Concurso 1, 2, 3
23.45 — Último Jornal.

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
19.45 — Campeonato do Mundo de Andebol de Sete (Portugal-Áustria)
21.15 — Documentário
21.45 — RTP/Madeira
22.15 — Cinderella
22.45 — Jornal da Noite.

Terça
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela — «Origens»

18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Concurso — «O Homem Mais Forte do Mundo»
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Campanha Eleitoral
20.55 — Telenovela — «Louco Amor»
21.40 — Consultório do IVA
21.45 — Programa da Direcção de Informação
22.50 — Pallesen e Pilmark Show (Festival Rosa de Ouro de Montreux-1985)
23.45 — Último Jornal.

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Videopólis
20.30 — Falar de Macau



21.00 — Sessão das Nove — «O Manuscrito de Aspern»
22.25 — Consultório do IVA
22.30 — Jornal da Noite.

Quarta
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela — «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Trânsito
19.20 — Jazz Para Todos
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Campanha Eleitoral
20.55 — Vamos Jogar no Totobola
21.05 — Telenovela — «Louco Amor»
21.40 — Consultório do IVA



21.45 — Noite de Cinema — «Lord Jim», real. Richard Brooks (1965)
00.25 — Último Jornal.

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
19.50 — Mulher a Mulher



20.30 — A Experiência Migrante
21.30 — Foi Êxito na TV — Simone de Oliveira
22.25 — Consultório do IVA
22.30 — Jornal da Noite.

Livros

«Os Sinais e os Sentidos — Literatura Portuguesa do Século XX», de Óscar Lopes. Coleção Universitária, Editorial Caminho, Janeiro de 1986. Preço: 660\$00.

É conhecida, embora não tanto quanto seria desejável, a contribuição de Óscar Lopes para o estudo e divulgação da Literatura Portuguesa, para além da sua actividade de estudioso e de professor no campo da linguística. Este livro que a Editorial Caminho publica na sua Coleção Universitária vem colocar à disposição de estudantes e dos leitores em geral, como que uma panorâmica da intervenção crítica de Óscar Lopes ao longo de quase três décadas na Literatura Portuguesa do século XX.

Não se trata, pois, de um volume escrito hoje e lançado sobre um passado de trinta anos um olhar avaliador do que foi escrito em Portugal, mas sim de uma colectânea de «recensões, prefácios, artigos e ensaios e/ou dispersamente publicados dos anos 50 aos 80, em grande parte provenientes da secção de crítica dos livros literários» em que o autor tem colaborado.

A intenção de Óscar Lopes, expressa na «Explicação» com que introduz este volume, visa, porém, mais longe. Ou antes, como ele próprio indica, «visava». Pretendia o autor utilizar estes textos «como núcleo ou ponto de partida à actualização da 'Época Contemporânea (1890-...)' que saiu como segundo volume da História da Literatura Portuguesa».

Nada menos de vinte e um estudos sobre outros tantos escritores, entre os quais podemos encontrar alguns dos mais importantes nomes da nossa literatura dos anos 50 para cá, reúnem-se neste livro. Não aparecem ordenados cronologicamente. Nem tudo sobre eles terá dito e escrito o autor. Mas trata-se, assim mesmo, de interessante material para reflectir sobre autores e escritos e, até, escrita.

Jaime Cortesão, Fernando Pessoa, Carlos

Selvagem, Ferreira de Castro, Vitorino Nemésio, Alves Redol, Manuel Tiago, Virgílio Ferreira, Fernando Namora, Sophia de Melo Breyner Andersen, Jorge de Sena, Maria Judite de Carvalho, Egito Gonçalves, Agustina Bessa Luís, José Saramago, Urbano Tavares Rodrigues, António Ramos Rosa, Bernardo Santarém, José Cardoso Pires, Augusto Abelaira, Almeida Faria, são os «nomes» escolhidos e propostos ao leitor, ordenados como acima se conta e, segundo nos parece, mais pela situação de cada um na escrita que por qualquer outra escala.

«Os Sinais e os Sentidos», diz Óscar Lopes em título. Que quer dizer? O autor explica(-se):

«A aproximação entre artigos de há pouco tempo e outros com 10, 20 ou 30 anos de idade, e as mudanças entretanto decorridas na vida geral e cultural do País, permitirão que nos sinais de escrita deste livro, se acrescentem, ao sentido inicial, outros sentidos, conferidos por situações históricas já distanciadas e que permitem ver o autor (e o próprio autor se ver) como sendo uma *dramatis persona* num palco marcado por outras personagens, e por objectos ou projectos comuns, ou diversos. Creio que o facto de o autor ter mantido sempre, não direi uma perfeita coerência abstracta mas uma evidente linha de consequência e de responsabilidade, contribuirá para que a colectânea presente se revista de um certo interesse de experiência efectiva, em que o antes e o depois se entre-esclarecem, apontando para um acréscimo de sentido a apurar pelo leitor.»

Ao leitor, pois, de encontrar nos sinais os sentidos que Óscar Lopes propôs.

ÓSCAR LOPES OS SINAIS E OS SENTIDOS

Literatura
portuguesa
do Século
XX

editorial
CAMINHO
III colecção universitária

Cinema A seleção

Exposições

| | | António Durão | David Lopes | Manuel Machado da Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|----------|-----------------------|---------------|-------------|-----------------------|--------------|--------------|
| A | Andrei Rubliov | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | — |
| B | Cotton Club | ★★★★★ | ★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ |
| C | A Floresta Esmeralda | ★★★ | ★★ | ★★ | — | ★★ |
| D | Os Goonies | ★★ | — | ★★ | — | ★★ |
| E | A Honra dos Padrinhos | ★★★★ | ★★★★ | ★★★★ | ★★★★ | — |
| F | Movimento em Falso | ★★★ | ★★★ | ★★ | — | — |
| G | Mozart em Itália | ★★ | ★★★ | ★★ | — | — |
| H | Nome: Carmen | ★ | ★★ | ★★★ | ★★★ | — |
| I | Regresso ao Futuro | ★★ | ★★ | ★★ | — | ★★ |
| J | Silverado | ★★★ | ★★★ | ★★★ | — | ★★★ |
| L | Sonhos de Ouro | ★★★ | ★★ | ★ | — | — |

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Andrei Tarkovski — N'Gola (14.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/2 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45), Nimas (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. John Boorman — Alfa/Clube (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. Richard Donner — Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. John Huston — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Wim Wenders — Quarteto/4 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Pupi Avati — Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Jean-Luc Godard — Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 I — Real. Robert Zemeckis — Alfa/3 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Amoreiras/2 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
 J — Real. Lawrence Kasdan — 7.ª Arte (14.45, 17, 19.10, 21.45) — Lisboa.
 L — Real. Nanni Moretti — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Artistas Alemães, trabalhos em Papel. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 10/2).

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.ª, 4.ª, 5.ª e dom./10 às 17; 6.ª e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém (até Maio).

Barbara Lessing, pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 11, 1.º, de 2.ª a sáb./14.00 às 19.30 (até 15/2).

I Bienal de Arte dos Açores e Atlântico. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00.

Buenos Aires — seus escritores, artistas, arquitectos. Gal. Almada Negreiros, Av. da República, 16 (até 23/2).

Carlos Carreiro, pintura. Livraria Bertrand, R. Anchieta (até 7/2).

Carlos Nogueira, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.º. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até 15/2).

Carlos Ramos, «O Arquitecto, O Pedagogo, O Companheiro dos Artistas». Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fundação Gulbenkian, Av. de Bema.

Gravura Contemporânea (vários) e Amílcar Salomé (escultura). R. da Misericórdia, De 2.ª a sáb./11 às 13 e 15 às 19.00 (até dom./10 às 17).

100 Anos de Banda Desenhada em Portugal. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 22.00,

sáb. e dom./12.00 às 22.00 (até 12/2).

David de Almeida, pintura. Livraria da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 24/2).

David de Almeida, pintura. Gal. de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna/Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00.

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira ao Restelo. De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

«Fernando Pessoa, o Último Ano», documental. Biblioteca Nacional de 2.ª a 6.ª, 10 às 20; sáb/9 às 13.00, até fim Fev.º

G.A.V.E. (Joachim e Urbano-França), escultura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º D. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 26/2).

Grafismo e Ilustração nos Anos 20-30. Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fundação Gulbenkian, Av. de Bema.

Inácio Matsinhe, aquarelas. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 20/2).

José Belém, colagens. Gal. Fonte Nova,

Benfica. Das 10.00 às 24 (até 13/2).

José Luís Tinoco, pintura (1982-1985). Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00.

José Pádua, pintura. Gal. Igoper, Av.ª Gomes Pereira, 103.

Júlio Pomar — «Páginas de Album — Estudos de Bichos», desenhos. R. de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º, 3.ª, 5.ª e 6.ª/17.30 às 20.30, 4.ª/21.30 às 23.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 19/2).

Maria Gabriel, desenho e pintura. Gal. Tempo, R. Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 12/2).

Maria Lucilla Moita, desenho e pintura. Atrium da Casa da Imprensa, R. Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 24/2).

Moniz Pereira, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. Todos os dias, das 19.30 às 24.00 (até 12/3).

Tapeçarias de Portalegre (cartões de Le Corbusier, Botelho, Cargaleiro, Pomar, Vieira da Silva, etc.). Hotel Méridien, R. Castilho (até 7/2).

Vestir 1955-85. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor ao Lumiar. 3.ª a Dom/10 às 17.

Victor Hugo, biblió-ficográfica. Biblioteca Nacional. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.00; sáb./10.00 às 13.00 (até 28/2).



Moniz Pereira

Vítor Pires, pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00 (até 7/2).

Alberto Pêssimo e Domingos Pinho, pintura. Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 3.ª a sáb./10.00 às 12.00 e 15.00 às 22.00. PORTO.

Nuno Barreto, «Pinturas Verdes», e Nuno Calvet, fotografia. Coop. Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 23.30, até 4/2. PORTO.

Arqueologia, Ocupação Romana da Margem Esquerda do Estuário do Tejo. Até 15/2, Salão Nobre da Câmara Municipal ALCOCHETE.

Marc Jurt, desenho e gravura, até 14/2, Centro Cultural de S. Lourenço, ALMANSIL.

António Santiago, pintura. Gal. Alfaro, Trav. Visconde da Luz, 7. De 2.ª a sáb./15.00 às 19.30 (até 10/2) CASCAIS.

Colectiva de gravura e serigrafia. Gal. Astolfi. De 4.ª a 2.ª/16.30 às 21.00, Birre Centro. CASCAIS.

Terras do Demo, comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Até 30/3, Museu Grão Vasco VISEU.

Teatro O Cartaz

...e ainda Música, debates, etc.

LISBOA

Casa dos Tabuenes, R. Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb./21.45. **Tutankamon e a sua Rainha**, de Adolfo Gutkin, enc. Isabel Pacheco — Grupo de Teatro Maizum.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Tchekhov Tchekhov**, texto e enc. François Nocher (Estreia provável hoje).

Maria Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De 4.ª a sáb./21.30; sáb. e dom.; 16.00. **Hedda Gabler**, de Ibsen, enc. Carlos Quevedo.

Maria Vitória, Pq. Mayer. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II — Sala Experimental, De 3.ª a sábado, às 21.45, sábado e domingo às 16.30 h **A Caça ao Snark**, de Lewis Carroll, enc. Teresa Garcia Fernandes.

Soc. Guilherme Cossoul, Av. D. Carlos I, 61, 1.º — 6.ª e sáb./21.30. **O Rei da Vela** de Oswald de Andrade, enc. Hermínio Fernandes — Grupo de Teatro Amador da G. Cossoul.

Teatro ABC, Pq. Mayer. De 3.ª a 6.ª/21.45, sáb./20.30 e 23, dom./16.00 e 21.45. **Arsénico e Rendas Velhas**, de Joseph Kesselring, enc. Carlos César.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 5.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. **Tu e Eu**, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Teatro do Balro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. 21.30; Dom/16 h. **O Pal**, de August Strindberg, enc. Luís Miguel Cintra e Anne Consigny — Teatro Cornucópia.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17. **Bodas de Sangue**, de Federico Garcia Lorca, enc. Branco Gil.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco**

Barulho, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom. / 21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

PORTO

Teatro, Casa de Teatro do TEAR, R. do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb. / 22.00, dom./17.00. **O Último Baile em Casa** do Sr. Cunha, de Júlio Dinis, adapt. e enc. Castro Guedes.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom. / 21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.

Teatro dos Modestos, R. Gongalo Crisóstomo — De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00 e 21.30; **Don Juan** de Zorilha, enc. Moncho Rodrigues — Grupo «Os Comediantes».

TEP — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4.

De 4.ª a sáb./21.30; sáb. e dom./16.00. **Teatro de Cordel**, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.

CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.ª a Sáb./21.45, Dom/17.00. **No Natal a Gente Vem-te Buscar**, texto e enc. Naum Alves de Souza.

SETÚBAL

TAS — Teatro de Animação de Setúbal. 6.ª, sáb., dom. e 2.ª, 21.30. **O Menino de Sua Mãe**, textos de Fernando Pessoa, música de Carlos Curto, enc. Carlos César e Carlos Curto.

Para crianças

LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. Sáb e dom. 15.30. **O Mãe Deixa-me Ir Ver as Outras Mães**. Grupo de Teatro Joana.

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24, às Janelas

Verdes. Sáb. e dom/16.00. **A Banda do Chico da Holanda**, texto de Chico Buarque inspirado nos contos dos irmãos Grimm, música de Chico Buarque, enc. Filipe La Féria.

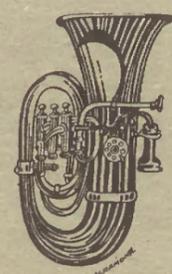
Comuna-Sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom/16.00. **Nós de um Segredo**, sobre textos tradicionais portugueses. Grupo O Bando.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb., dom. e feriados/15.00: **Gaílleu**, **Contador de Estrelas**, de José Jorge Letria, enc. Kim Cachopo.

PORTO

Audatório da Arvore, R. Azevedo de Albuquerque. 6.ª/21.30, sáb./15.30 e 18.00, dom/15.30. **O Palhaço Verde**, de Matilde Rosa Araújo e Alberto Heinemanns, enc. Robert Merino — Grupo Art'Imagem.

Grupo Pé de Vento, R. das Virtudes. Sáb. e dom./16.00. **Entre-gues à Bicharada**, de M. A. Pina, enc. João Luís.



Música

Obras de Verdi, Bellini, Rossini e Puccini constam, entre outras, dos concertos programados para esta semana no Grande Auditório da Gulbenkian. Com o **Coro e a Orquestra Gulbenkian** e direcção do maestro **Claudio Scimone**, hoje, quinta-feira, às 21.30, e amanhã, às 18.30, com o mesmo programa.

Segunda-feira, 10, às 20 horas, concerto coral na Igreja de S. Mamede pelos **Pequenos Cantores de Lisboa**. Entrada livre.

Rão Klao no Porto — além de Rão Klao, Luís Pedro Fonseca, Carlos Araújo, Rui Júnior e Quim M'Jojo, o conjunto de guitarras de António Chainho, o fadista Manuel de Almeida. Amanhã, dia 7, às 22.00, no Teatro Rivoli.

Jazz também no Porto — o Sexteto de Jazz de Lisboa com Tomás Pimentel, Edgar Caramelo, Carlos Martins, Mário Laginha, Pedro Barreiros, Mário Barreiros. Na Escola de Jazz do Porto, dias 7 e 8, às 22.00.

Ópera

La Bohème, de Puccini, em S. Carlos: sábado, dia 8, às 16.00, e segunda-feira, dia 10, às 20.30. **Coro e Orquestra do Teatro Nacional de S. Carlos**, solistas entre os quais Ileana Cotrubas, direcção musical do maestro Roberto Manfredini.



Carnaval no Alvalade

É no próximo sábado, dia 8, e promete ser divertido, com os ingredientes tradicionais (concurso de máscaras, filmes cómicos, música para dançar pelo conjunto «Spit Fier»). É ainda a possibilidade de encontrar amigos conhecidos e desconhecidos. Começa às 21.30, prolonga-se pela noite fora — e é barato...

Ingressos: em qualquer Centro de Trabalho do PCP em Lisboa e no próprio cinema Alvalade.

Bach

Bach, Haendel, Schutz — que, pela passagem de mais um centenário dos seus nascimentos, inspiraram, com Mo-

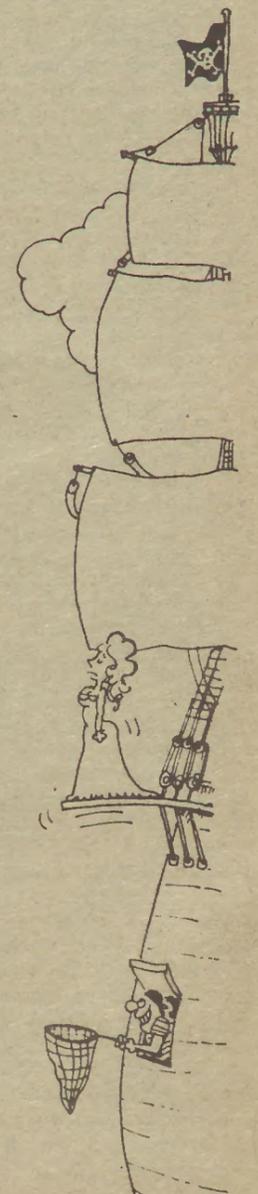
zart, o Ano Europeu da Música que em 1985 se comemorou —, a sua vida e a sua obra são tema da palestra que o professor João de Freitas Branco proferirá amanhã, dia 7, às 18.30, na Associação Portuguesa-RDA, com audição de fragmentos de obras dos três compositores. Será também projectado um documentário sobre J. S. Bach.

Cinema

Prosseguindo o ciclo «Filmes Mal-Amados», o **ABC Cine Clube de Lisboa** promove esta semana (sexta-feira, dia 7, às 18.45, com habitualmente no Estúdio 444) a exibição de **Eugénio, Eugénio**, de Luigi Comencini (Itália/1978).

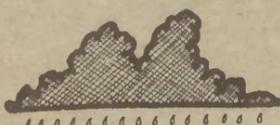
O **Musical** — Ciclo organizado pela Fundação Gulbenkian e Cinemateca Nacional — continua ainda esta semana na sala da Cinemateca, R. Barata Salgueiro, com filmes dos anos 30 e 40 (dias 6, 7, 8, 10, 11 e 12) e **Sissi** (1955) — dia 7, 21.30, **Victor Victoria** (1981) — dia 8, 21.30, e **El Último Cuplé** (1957) — dia 11, 21.30.

No Forum Picoas, ciclo **Cinema de Animação**, sessões às 19.00 e 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. Hoje, **Astérix e Cleópatra**, dias 7 e 8 **American Pop** e dias 9 e 10 **Heavy Metal — Universo em Fantasia**.



Tempo Fim de Semana

Segundo a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, teremos provavelmente chuva no sábado e no domingo, com céu muito nublado e vento geralmente fraco.



Variedades & utilidades

Bela Kun — centenário de um internacionalista

Há cem anos, mais precisamente a 20 de Fevereiro de 1886, nascia Bela Kun numa aldeia da Transilvânia. Ao comemorar-se o centenário deste húngaro, é a vida de um lutador internacionalista que se recorda. E se na Hungria o 100.º aniversário de Bela Kun mobiliza os seus compatriotas para numerosas e muito diversas iniciativas, em todo o mundo os comunistas reavivam a memória desta destacada figura do movimento comunista internacional.

Bela Kun, já em 1902, ainda aluno do ensino secundário, aderira ao Partido Social-Democrata. Em 1904 tornou-se jornalista. Delegado ao XX Congresso daquele partido, em 1913, defendeu uma firme posição de esquerda. A sua vida, ligada à fundação do Partido Comunista do seu país, à fundação da República dos Conselhos (21 de Março de 1919) e à Internacional Comunista, foi a vida de um grande combatente do movimento operário húngaro e internacional.

Com convicção internacionalista

Durante a I Grande Guerra Mundial foi feito prisioneiro na frente russa. No campo de prisioneiros de Tomsk torna-se um dos dirigentes do movimento revolucionário dos prisioneiros de guerra e, ainda antes da eclosão da Grande Revolução Socialista de Outubro, foi admitido nas fileiras do Partido Bolchevique. No fim de 1916 encontrou-se com Lênine e, a seguir, em Março de 1918, foi eleito dirigente do Grupo Húngaro do Partido Comunista, bolchevique, da Rússia. Redigiu primeiro o jornal «Nemzetközi Szocialista», Socialista Internacional, e a seguir o jornal «Szociális Forradalom», Revolução Social, ambos em língua húngara.

A sua convicção internacionalista foi por ele expressa da seguinte maneira, ao escrever sobre a Revolução de Outubro: «Na Rússia europeia, na Sibéria, no Turquistão, nos Urais, lutam milhares de proletários alemães, austríacos e húngaros e, ainda e se bem que em menor número, ingleses, franceses, romenos e sérvios... A Rússia Soviética tornou-se a mais alta escola do internacionalismo».

Foi Béla Kun quem fundou a federação internacional dos prisioneiros de guerra, de que foi eleito presidente em Maio de 1918 e no Verão desse mesmo ano já participou de armas na mão no esmagamento da revolta contra-revolucionária de Moscovo. No princípio do Outono de 1918 já lutava contra os «guardas brancos» de Koltchak. Levou a cabo uma importante actividade no domínio da organização das unidades internacionalistas do Exército Vermelho. Colaborou também nos jornais Pravda e Izvestia.

Por ocasião do primeiro aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, por incumbência dos dirigentes do Partido Bolchevique e do Estado soviético, escreveu um longo ensaio sobre as questões teóricas e práticas da revolução socialista e da ditadura do proletariado, intitulado «Internacionalismo Prático». Este seu escrito foi publicado em Moscovo, em 1919, num livro de ensaios em russo. A sua

conclusão final era: «Apoiar e seguir o exemplo!»

A República dos Conselhos

Regressou clandestinamente à Hungria em Novembro de 1918. Participou activamente na fundação do Partido dos Comunistas da Hungria, PCH, a 24 de Novembro de 1918, tendo sido eleito para o chefiar. Por intermédio dos seus discursos, folhas volantes e artigos, que foram publicados no jornal «Vörös Újság», o Jornal Vermelho, Béla Kun foi nesta altura o propagador mais eficiente dos ideais marxistas-leninistas. A 21 de Fevereiro de 1919, o governo social-democrata mandou-o prender, juntamente com outros dirigentes do Partido dos Comunistas da Hungria, em virtude das suas actividades. Na prisão, definiu o programa de fusão dos dois partidos operários, debatendo-o com os dirigentes social-democratas de esquerda que aí o iam visitar.

Na Hungria — como ponto final do processo revolucionário que há muito se desenvolvia — foi proclamada a República dos Conselhos, a 21 de Março de 1919. Bela Kun saiu da prisão nesse mesmo dia e tornou-se um dos mais importantes dirigentes do poder proletário. Na sua qualidade de Comissário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, era ele que já dirigia, de facto, as actividades governamentais da República dos Conselhos. Na sua qualidade de dirigente do directório, constituído por cinco membros, do Conselho Governativo, constituído por cinco membros, do Conselho Governativo Revolucionário, teve um papel extremamente destacado na organização do sistema dos conselhos, na criação do Exército Vermelho húngaro e nas vitórias iniciais que este exército obteve no confronto das forças intervencionistas da Entente Cordiale e das forças contra-revolucionárias internas.

Ao falar dos seus méritos, da sua actividade incansável, devemos pôr em destaque o facto que praticamente todos os acontecimentos de maior importância dos 133 dias que durou a República dos Conselhos, estiveram



Cartazes do curto período da República dos Conselhos que durou 133 dias, em 1919

intrinsecamente relacionados com a sua pessoa e com a sua personalidade bem marcada. Como excelente orador que era, teve um papel extremamente consierável na mobilização das massas.

Um combatente do movimento operário

A supremacia de forças do inimigo acabou por derrotar a República dos Conselhos. Bela Kun emigrou para a Áustria, sendo primeiro preso e internado pelo governo social-democrata de

função que ocupou até 1936. De 1928 a 1935 foi membro da presidência da Internacional Comunista. Entretanto, em Agosto de 1925, participou ilegalmente no I Congresso do Partido dos Comunistas da Hungria, realizado em Viena, tendo sido ele a apresentar o relatório sobre a situação política e as tarefas do PCH reorganizado, que se encontrava na clandestinidade.

Quando — em 1928 — se encontrava de novo em Viena, foi preso e só não foi extraditado para a Hungria fascista pelo governo austríaco, em virtude da grande onda de protesto interna-

em 1937. Terminou a sua vida vítima do culto da personalidade, a 30 de Novembro de 1939. Foi reabilitado mais tarde das falsas acusações que lhe tinham sido feitas.

Bela Kun — apesar dos seus erros, como, por exemplo, o de não ter sabido avaliar a tempo e horas a nova situação criada em virtude do avanço internacional do fascismo e as mudanças que tal facto provocou na situação dos partidos comunistas — foi uma personalidade proeminente e um grande combatente do movimento operário húngaro e internacional.



Comissários do Povo passam revista a batalhões de trabalhadores, em Abril de 1919. Bela Kun está no centro da foto, junto da figura uniformizada

Rennét e, mais tarde, no Verão de 1920, é expulso do país. Transferiu-se para a Rússia Soviética, e, no fim de 1920, na qualidade de membro do Conselho Revolucionário de Guerra, já participou nas operações militares contra Vrangél, levadas a cabo pelo Exército Vermelho, pela conquista da península da Crimeia.

Tendo também em consideração a sua experiência revolucionária, o III Congresso da Internacional Comunista elegeu-o para membro da Comissão executiva,

cional que nessa altura se verificou. Depois de passar três meses na prisão, regressou à União Soviética. Esse mesmo ano, em virtude da sua actividade corajosa e abnegada, foi agraciado com a Ordem de Mérito da Bandeira Vermelha.

O Partido dos Comunistas da Hungria realizou o seu I Congresso em 1930, na aldeia de Aprelavka, na União Soviética e nessa ocasião Bela Kun voltou a ser o principal orador.

Foi membro do Comité Central do PCH até 1936, e preso

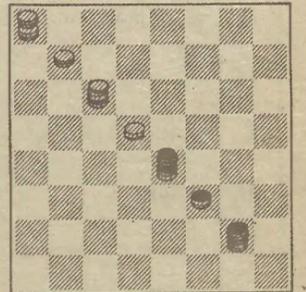
Os escritos teóricos de Bela Kun — datados da fase inicial do período de transição do capitalismo para o socialismo, mantêm ainda, actualmente, a sua validade. Nos nossos dias permanecem vivas as relações que, sob o signo do internacionalismo, ligam os povos que já encetaram a via de desenvolvimento socialista, o mesmo acontecendo com os elos que unem esses povos com os que só ainda dão actualmente os primeiros passos, ou se preparam para o fazer, nessa via inevitável.

Damas

XXXVIII — 6 de Fevereiro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 38

Por O.A.L.
«Matuto» N.º 11 — 23.VI.1951
Pr. (5)-10-(14)
Br. 19-(23)-28-(32)



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 38

Br. Artur C. Gomes — Pr. H. Medalha da Silva

Almada, 25.II.1975

1. 11-14, 21-17; 2. 14-18, 22-13; 3. 9-18, 23-19; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 28-23; 6. 10-14, 23-20; 7. 6-11, 32-28; 8. 5-10, 20-16; 9. 18-21, 25-18; 10. 14-21, 28-23; 11. 10-14, 27-22; 12. 14-19, 23-14; 13. 11-27, 31-22; 14. 21-25, 22-19; 15. 15-22, 26-19; 16. 1-5, 30-26; 17. 5-10, 26-22; 18. 2-6, 22-18; 19. 6-11, 19-15; 20. 11-20, 24-15; 21. 10-14, 18-11; 22. 7-14 Empate.

GOLPE N.º 38

De Jorge Ferreira (Setúbal)
(Ocorrido num jogo contra Cavaco Elias, Setúbal, Outubro/85)

1. 12-15, 21-27; 2. 7-12, 23-19; 3. 10-14, 19-10; 4. 5-14, 28-23; 5. 6-10, 32-28; 6. 2-5, 23-20; 7. 12-16 ?? Perdentel Jogam as pretas e ganham! (Br. 1-3-4-5-8-9-10-11-14-15-16 Pr. 17-20-22-24-25-26-27-28-29-30-31 J. Pr. G.)

SOLUÇÕES N.º 38 (6.II.86)

N.º 38 (O.A.L.): 23-30, 14-23; 30-16! (30-20? 5-21=) 5-9 (Se: 5-2; 28-31, 10-6; 16-3 + Se: 5-1; 16-20, 1-5; 20-2, e 28-31+); 28-31, 10-6; 32-5, 9-2; 16-3+

Golpe n.º 38 (J.F.): 7. ..., 17-13!; 8. 16-32, 13-6; 9. 3-10, 27-23; 10. 32-19, 24-20; 11. 15-24, 22-6 G. Pr.

A. de M. M.

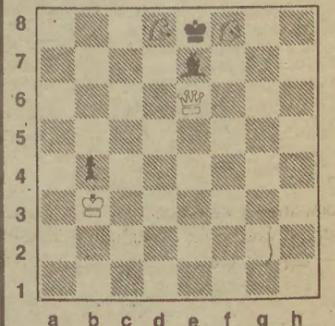
Xadrez

XXXVIII — 6 de Fevereiro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 38

Por P. H. Williams
«Chess Amateur», 1917
Pr. (3): P54-B67-R68

Br. (4): Cs. d8, f8-D66-Rb3



Mate em 2 lances

JOGO N.º 38

Torneio de Reggio Emilia, 1986

Br. Portisch-Pr. Sosonko

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. Cf3, a6; 4. Cc3, c5; 5. e3, d5; 6. g: d5, e: d5; 7. Fe2, c4; 8. 0-0, b5; 9. Ce6, B67; 10. a4, b4; 11. C: d5, C: d5; 12. B: c4, 0-0; 13. Db3, B66; 14. e4, Cc7; 15. d5, f6; 16. d: e6, f: e5; 17. Td1; Dc8; 18. Td7, Te8; 19. Bc3, Rh8; 20. Td1, Cc6; 21. Bb6, Cd4; 22. Tf: d4, e: d4; 23. T: c7, Db8; 24. a5, Bd8; 25. Tc5, Df4; 26. Bd3, Dd2; 27. g3, Bf6; 28. Rg2, Tf8; 29. Dc2, D: c2; 30. T: c2, b3; 31. Te6, Tf8; 32. e5, Bc7; 33. f4, Bc5; 34. f5, B: b6; 35. a: b6, Te8; 36. b7, Td8; 37. B: a6, d3; 38. Td2, Td5; 39. T: d3, T: e5; 40. Tc3 e as Pr. abandonam.

SOLUÇÕES

(6.II.86)

Chave: 1. D6f! Bloqueio!

1. ..., R: d8; 2. Db8 mate

1. ..., R: f8; 2. Dh8 mate

A. de M. M.

Dossier/

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 632

6 de Fevereiro de 1986

5.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



XI Congresso (extraordinário) do PCP **DOCUMENTOS**

Resolução Política

**Intervenções de Álvaro Cunhal,
Domingos Abrantes,
Carlos Costa, Carlos Brito,
José Casanova e Vítor Dias**





Domingos Abrantes:

Saudação de abertura

Camaradas Delegados,
Camaradas e Amigos Convidados,

Estamos no início dos trabalhos do XI Congresso (extraordinário) do Partido Comunista Português. Em nome do Comité Central apresento-vos as mais calorosas e fraternais saudações e votos de êxito nos nossos trabalhos.

Agradecemos e saudamos a presença das delegações dos nossos aliados na APU — o MDP/CDE e o Partido «Os Verdes», bem como da delegação do Partido Renovador Democrático.

Agradecemos e saudamos a presença das organizações sociais e profissionais aqui presentes, e muito particularmente as organizações sindicais, com destaque para a CGTP-IN, a grande, prestigiada e combativa central sindical dos trabalhadores portugueses.

Agradecemos e saudamos também a presença de destacadas personalidades da vida política, cultural e social, democratas que conosco lutam por assegurar um Portugal próspero, democrático e independente.

Agradecemos e saudamos ainda a presença das representações diplomáticas que aceitaram o convite para estarem presentes no nosso Congresso.

Por último, dirigimos uma saudação muito especial a todos os camaradas e amigos que, mercê do seu grande esforço e dedicação, puderam criar as condições técnicas indispensáveis à realização do nosso Congresso.

Camaradas!

O Comité Central do nosso Partido, ao decidir no passado dia 28 a convocação de um Congresso extraordinário a realizar no curto espaço de quatro dias, teve naturalmente a certeza de que o grande colectivo que é o Partido dos comunistas portugueses estaria em condições de levar à prática tão audaciosa decisão.

Nestes quatro dias houve um intenso debate político em todo o Partido. Realizaram-se centenas de reuniões nas quais foi eleita a quase totalidade dos mil delegados aqui presentes. Podemos considerar desde já este trabalho gigantesco como uma grande vitória de todo o nosso Partido, expressão do empenhamento militante, sentido das responsabilidades e elevada capacidade de organização.

Camaradas Delegados!

A preparação do nosso XI Congresso, apesar dos condicionamentos de tempo disponível para a sua preparação, confirmou mais uma vez o carácter profundamente democrático do PCP, um partido que sempre, e com redobrada energia nos momentos mais difíceis, actua como um grande colectivo empenhado e confiante.

Os camaradas delegados que irão intervir na tribuna darão ao nosso Congresso o testemunho da forma como decorreu o debate interno. Nos quatro dias que antecederam o Congresso realizaram-se, em todas as organizações e sectores partidários, mais de 800 reuniões e plenários de

células, de freguesias, de concelhas e organismos diversos, largamente participadas, por vezes com centenas de camaradas. No conjunto e partindo ainda de um balanço muito insuficiente, pode afirmar-se que mais de 30 000 camaradas participaram nessas reuniões.

Esses camaradas puderam assim discutir as conclusões do Comité Central, contribuindo para o aprofundamento das questões que defrontamos e às quais o nosso Congresso deve dar resposta. Através das certezas, das dúvidas e mesmo das discordâncias, ressalta o esforço de cada um para dar o seu contributo à procura colectiva do caminho certo, e ressalta também a preocupação responsável de assegurar firmemente a coesão e a unidade do Partido.

O XI Congresso, na linha destes grandes princípios orientadores de toda a nossa vida partidária será seguramente uma realização de importância capital para que os comunistas possam cumprir as suas responsabilidades num momento tão difícil da vida política nacional.

Camaradas delegados!

O nosso XI Congresso tem lugar num momento extremamente grave da vida política nacional. Com a passagem à 2.ª volta das duas candidaturas de direita avolumam-se os perigos para a democracia e os democratas, e em particular a classe operária, os trabalhadores portugueses são colocados perante difíceis e complexas decisões. ■



Carlos Brito:

«A fera é a mesma, mas vem disfarçada»

Camaradas,

Na proposta de resolução do Comité Central e na intervenção do camarada Álvaro Cunhal está justamente salientado o grande papel e a acção empenhada e esclarecida do nosso Partido na primeira volta das Presidenciais, embora tenha sido vencido o candidato que apoiámos. É também posta em relevo a importância decisiva do voto dos comunistas para a derrota de Freitas do Amaral na 2.ª volta destas eleições.

Os factos mais relevantes deste processo eleitoral confirmam, com efeito, a ímpar capacidade de intervenção dos comunistas em todas as grandes questões da vida nacional, mesmo nas condições mais delicadas, põem em evidência a indispensabilidade da capacidade, da força, do empenhamento do PCP em qualquer obra que tenha por objectivo a defesa da democracia no nosso país.

O recrudescimento e a virulência do anticomunismo a que se tem vindo a assistir longe de pôr em dúvida esta constatação, confirma-se plenamente e revela o trabalho das forças reaccionárias para obscurecer, deformar, diminuir e denegrir a influência do PCP, separá-lo das forças que com ele cooperam e dividir e enfraquecer o campo democrático no seu conjunto.

O anticomunismo é uma velha arma da direita e da reacção e foi em Portugal um instrumento privilegiado da ditadura fascista não só para reprimir os comunistas, mas para reprimir todos os democratas e oprimir o povo português durante quase meio século.

Depois do 25 de Abril, o anticomunismo reapareceu com força em todos os momentos cruciais da Revolução e em alguns não foram apenas os reaccionários que nele embarcaram e o brandiram contra as forças mais progressistas.

Nestas presidenciais, o anticomunismo deflagrou com uma violência pouco usual logo que foi anunciada a candidatura do Dr. Salgado Zenha, o que constituiu um sinal inegável de que ela contrariava profundamente os planos e os projectos de direita.

A união contra Zenha das candidaturas de Freitas do Amaral, Mário Soares e Lourdes Pintasilgo, era reconhecida pelo director do semanário reaccionário «Tempo» nas vésperas do acto eleitoral da primeira volta, nestes termos:

«A «Santa-Áliança» — as palavras são dele — funciona por instinto e todos os grandes candidatos combatem Zenha, o Partido Comunista e o general Eanes». E mais adiante, depois de afirmar que as três candidaturas anti-Zenha «visam o mesmo fim», explicava que se tratava de «pôr termo à hegemonia do PCP, libertar a consciência do povo...», etc. Isto é, a base da «Santa-Áliança» para este fazedor de opinião reaccionária era pura e simplesmente o anticomunismo.

No que toca às duas candidaturas de direita — de Freitas do Amaral e de Mário Soares — as manifestações de anticomunismo são tão abundantes, abertas e brutais que nenhuma dificuldade há em aceitar este ponto de vista. Mas ainda agora pode parecer chocante para alguns a mistura com eles da candidatura democrática da Eng.ª Lourdes Pintasilgo. No entanto, as afirmações da própria candidata no final da campanha e nas apreciações dos resultados dão uma grande verosimilhança às conclusões do «Tempo».

Proclamava ela nos derradeiros dias da campanha que «andava a derrubar muros de Berlim», mas é preciso dizer que com esta expressão retintamente anticomunista não consegue esconder o sentido objectivo da sua actuação. O que esta candidatura verdadeiramente andava a fazer era dispersar, dividir e encaminhar votos democráticos numa direcção errada contribuindo desta maneira grandemente para a difícil situação que foi criada à democracia portuguesa.

É nesta situação particularmente perigosa, que decorre da passagem à segunda volta dos dois candidatos de direita, que o Comité Central do nosso Partido depois de avaliar objectiva e rigorosamente a situação e sem retirar uma palavra à caracterização da candidatura de Mário Soares como candidatura de direita, tanto pela actuação política do candidato como pelo seu Programa Eleitoral, concluiu, no entanto, que «é irrecusável que o maior perigo no actual momento decorre da dinâmica ultra-reaccionária, fascizante e agressiva da candidatura de Freitas do Amaral».

Ninguém duvida seguramente que se Freitas do Amaral ganhasse a Presidência da República, com Cavaco e Silva à frente do Governo, a reacção tentaria desencadear uma ofensiva total pela via institucional e pela dos factos consumados visando assentar golpes mortais no regime democrático e nas conquistas que os trabalhadores e todo o povo português alcançaram com o 25 de Abril.

Há apesar de tudo os que chamam a atenção para o discurso moderado de Freitas do Amaral. É preciso por isso «alertar toda a gente» que a reacção aprendeu com a experiência, particularmente com a derrota clamorosa do general fascista Soares Carneiro. Desta vez vem com pezinhas de lá. A fera é a mesma, mas como na história do Capuchinho vem disfarçada de avózinha. Como também acontece na história do Capuchinho ao menor descuido o lobo mostra a dentuça ameaçadora. São destacamentos de apoiantes freitistas que se exibem a fazer a saudação fascista, são os apedrejamentos à sede do PCP do Porto e as provocações a sedes do ZAP, são as intrigas de carácter pidesco acerca de contactos de elementos da nossa Direcção com gente do MASP, é a tomada de assalto da televisão e da rádio para desencadear uma campanha de intoxicação



XI Congresso (extraordinário) do PCP 2 de Fevereiro de 1986

e envenenamento da opinião pública que toma por alvo o nosso Partido, que ao mesmo tempo é severamente discriminado no acesso a esses órgãos de comunicação, é o desabafo sinistro do deputado do CDS, Anacoreta Correia, na Assembleia da República, ao lançar ameaças que «em 1974 o Dr. Álvaro Cunhal chegou a Portugal abraçado ao Dr. Mário Soares. Em 1986 o Dr. Álvaro Cunhal sairá de Portugal abraçado ao Dr. Mário Soares». É tudo isto que põe à mostra, apesar dos cuidados da campanha freitista, os propósitos de vingança contra o 25 de Abril que se escondem e se desenvolvem atrás dela.

É no entanto na doutrinação anticomunista levada a efeito por Freitas do Amaral e os seus apoiantes que o perigo fascizante desta candidatura verdadeiramente se revela.

Pesam nesta campanha anticomunista em curso, como noutras já ouvidas, as mais nojentas e infames calúnias contra o Partido e os seus militantes. Como que: «os comunistas fomentam a instabilidade», «alimentam-se da miséria», «abusam dos direitos», «oprimem as consciências», «fazem pactos tenebrosos e exigem altas facturas», enfim, o rosário dos consabidos pecados da actuação política não dos comunistas, mas daqueles que os atacam.

Onde o anticomunismo de Freitas e dos seus apoiantes se diferencia nitidamente é, porém, na tentativa de institucionalizar a discriminação dos comunistas no nosso sistema político. É esse o sentido essencial de algumas «mesas-redondas» na televisão e na rádio depois do 26 de Janeiro e é sobretudo esse o objectivo de Freitas do Amaral quando proclama como princípio da sua candidatura que nunca dará posse a um governo em que participem comunistas, mesmo que seja essa a vontade da Assembleia da República.

Isto é, Freitas do Amaral pretende fazer crer que a sua eleição significaria que os comunistas passaríamos a ser cidadãos de capacidade diminuída. A simples razão de um cidadão ser comunista impedia-o, em qualquer circunstância, de ser membro do governo. Este princípio de Freitas do Amaral não é apenas afrontosamente contrário à Constituição da República Portuguesa, é um princípio fascizante.

Nas suas consequências, a introdução deste princípio discriminatório implicaria a tendência para se generalizar a outras funções a discriminação dos comunistas: à função de deputado, de autarca, à função pública, etc. Mas paralelamente e como acutilantemente preveniu Bertolt Becht a aceitação da perseguição aos comunistas abre as portas à perseguição dos outros democratas e à opressão e à tirania generalizadas.

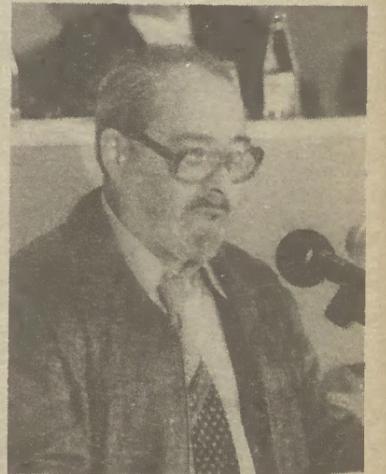
É, precisamente, porque temos de impedir que um tal perigo possa de qualquer maneira concretizar-se que não podemos ficar de braços cruzados e temos que passar à acção rápida e empenhadamente para o desmascarar e derrotar.

Vozes blandiciosas da direita mais reaccionária e golpista lembram-nos os atentados de Soares contra a nossa Revolução.

Não o esqueçamos. Temo-lo presente em todos os actos e no próprio acto de votar. Mas a memória não nos cega em relação aos perigos maiores que ameaçam a democracia portuguesa.

É por isso que os comunistas votam sem hesitações contra Freitas do Amaral.

E que não haja dúvidas. Não só votarão em massa como se empenharão em esclarecer muitos outros para que votem da única forma que neste momento melhor permite a continuação da luta pela defesa do regime democrático e para retomar os caminhos do 25 de Abril. ■



Carlos Costa:

«As ilações dos resultados eleitorais têm que ser tiradas»

Camaradas,

Em 26 de Janeiro o candidato da democracia, Salgado Zenha, foi derrotado pelos dois candidatos da direita. Dissemos que era trágico se assim acontecesse. E é essa realidade que agora temos de enfrentar para prosseguir o nosso combate em defesa do regime democrático, dos interesses dos trabalhadores e do povo.

A hora não é de recriminações, mas as ilações dos resultados eleitorais têm que ser tiradas para melhor prosseguirmos a nossa luta.

Desejaria salientar três dessas ilações:

1.ª — Se Zenha, com 1 milhão 185 mil votos e 21% não teve votação superior à de Soares (1 milhão 443 mil votos e 25%), isso deve-se principalmente a que Maria de Lourdes Pintasilgo não desistiu a favor do candidato da democracia mais bem colocado, como lhe competia, e iludiu 418 mil eleitores (7%) com a falsa perspectiva de uma vitória impossível e com a mistificação de que era-a portadora (quase a profeta) de uma mensagem nova, de um pensamento moderno para libertar os pobres e oprimidos. Efectivamente, a propósito e a despropósito dos poderes do Presidente da República, M. L. Pintasilgo repetia a verdade de que a luta contra a miséria e pela liberdade são indissociáveis. Só que esta verdade não foi agora descoberta pelo pensamento pretensamente inovador de M. L. Pintasilgo. Foi proclamada e cientificamente fundamentada há mais de um século por Karl Marx e sempre constituiu e constitui o núcleo central e o eixo fundamental do pensamento e da luta dos comunistas portugueses, não só depois do 25 de Abril, mas durante os 48 anos de fascismo em que se bateram sem tréguas contra a exploração (a miséria) e pela democracia. «Com a verdade me enganais», diz o nosso povo. E, objectivamente, assim fez a candidatura de M. L. Pintasilgo. No passado, no presente e no futuro as principais armas dos trabalhadores e do povo na luta contra a exploração (a miséria), pela liberdade e a democracia foram, são e serão o PCP e a unidade dos trabalhadores, dos democratas e patriotas. Proclamar um pensamento progressista e apresentar o PCP como o opressor das consciências, os «pides do pensamento», como o classificaram, e dividir os democratas, são atitudes incoerentes e incompatíveis que seguramente não podem servir o pensamento progressista que se proclama.

A desistência de M. L. Pintasilgo a favor do candidato melhor colocado para derrotar os candidatos de direita não daria apenas 28% a Zenha para bater Soares. Mas é de presumir que bastante mais, pois teria permitido criar uma dinâmica unitária vitoriosa,

atraíra muitos dos que se abstiveram, descontentes com a divisão dos democratas, e até aqueles que à última hora decidiram dar o chamado «voto útil» a Mário Soares por pensarem que assim poderiam contrariar um mal maior. Objectivamente a candidatura de M. L. Pintasilgo possibilitou a passagem para a 2.ª volta de um dos candidatos de direita, Mário Soares. Os democratas que se iludiram acabaram por tirar as devidas lições, compreendendo o que em cada momento da luta é prioritário, e as forças mais consequentemente democráticas reforçarão a sua indispensável unidade.

A 2.ª ilação dos resultados eleitorais que se pode tirar é a de que, nas circunstâncias criadas, o PCP e os que nele confiam cumpriram com eficácia o seu dever. Onde o PCP tem maior influência verificaram-se votações massivas em Salgado Zenha, que ficou em primeiro lugar nos distritos de Selúbal, Évora, Beja e Portalegre e ainda à frente de Soares em distritos como Lisboa e Santarém e em numerosíssimas localidades.

Se os resultados de Zenha e Pintasilgo fossem inversos, então não só tinha sido derrotada a candidatura de Zenha mas também o próprio PCP que então teria sido de facto dividido e enfraquecido. Era o que ardentemente desejavam os reaccionários de todos os matizes. (É evidente que me estou a referir aos reaccionários do CDS, do PPD, a alguns do PS e a alguns outros que flutuam pela denominada «nova esquerda» como um tal Prado Coelho, e não aos eleitores democratas que votaram em M. L. Pintasilgo). Mas a verdade é que (quer o reconheçam ou não os reaccionários — e muitos vêm-se já forçados a fazê-lo) o PCP saiu desta dura e complexa batalha mais prestigiado, fortalecido e unido, mais bem armado politicamente, para as novas batalhas que temos pela frente.

Hoje é já claro para praticamente todos os militantes comunistas que apoiando o candidato da democracia Salgado Zenha, o Partido adoptou uma linha política inteiramente correcta; e será também cada vez mais claro que por não ter desistido, por tudo o que fez e disse durante a campanha, pelos resultados que provocou, a candidatura de M. L. Pintasilgo não foi a candidatura da democracia, mas a candidatura de divisão dos democratas que, por isso, o Partido justa e adequadamente combateu, chamando a atenção para as ilusões e os perigos que representava.

Destas batalhas eleitorais o Partido sairá, sem dúvida, mais enriquecido, experiente, unido e ligado às mais amplas massas populares.

A 3.ª ilação que dos resultados eleitorais se pode tirar é a de que não é inevitável a eleição do candidato fascizante Freitas do Amaral, ao contrário do que dizem os ultra-reaccionários freitistas e alguns democratas propensos ao derrotismo. Na verdade, se Freitas do Amaral obteve 2 milhões 628 mil votos e 46%, os votos contra Freitas do Amaral atingiram os 3 milhões e 46 mil (cerca de 54%).

Com coragem e espírito de responsabilidade é necessário reconhecer as consequências de não ter passado para a 2.ª volta o candidato da democracia, Salgado Zenha. É prioritário agora derrotar o candidato fascizante Freitas do Amaral.

A unidade dos democratas não se pode fazer em torno de Mário Soares, mas é indispensável que todos os democratas se unam para derrotar Freitas do Amaral, a quem também poderíamos chamar o inimigo público n.º 1. Como a abstenção, o voto nulo ou branco daria inevitavelmente a vitória a Freitas, só há uma opção de voto possível para os democratas: para derrotar Freitas do Amaral, votar em Mário Soares.

O PCP foi a única força política que resistiu ao fascismo e que durante 48 anos sempre lutou pela democracia. Tem um papel determinante na defesa do actual regime democrático. Nunca fugiu nem fugirá às responsabilidades que daí decorrem. Lutaremos para derrotar Freitas do Amaral e continuaremos sempre e sempre a lutar para defender os interesses dos trabalhadores e do povo, a democracia e o Portugal de Abril. ■



José Casanova:

«Colectivamente traçámos a orientação justa»

Camaradas:

Vamos, desta vez, participar numa campanha eleitoral diferente de todas as anteriores. Não apoiamos nenhum dos dois candidatos, mas lutamos, numa batalha de extrema importância, para que um deles seja derrotado.

Contribuir com todo o nosso empenho para a derrota da perspectiva fascizante que a candidatura de Freitas do Amaral encerra deve ser o objectivo central da nossa participação nesta campanha eleitoral, para a qual temos que nos preparar e mobilizar intensamente, para a qual temos que mobilizar as massas populares.

Não apoiando Mário Soares, nem a sua candidatura, nem as suas propostas; não tendo quaisquer ilusões acerca deste candidato, das suas concepções, e da sua prática política; tendo a ideia clara de que na situação actual a defesa da democracia, e a solução dos problemas do povo e do País, dependerão ainda mais da luta que vai continuar; sabendo tudo isto, sabemos também que a eventual eleição de Freitas do Amaral constitui um grave e imediato perigo para a democracia, um perigo ao qual não só não poderemos ficar indiferentes mas que temos que enfrentar com decisão e derrotar.

Derrotar Freitas votando Soares, deixando claro que não se trata de votar no candidato da democracia contra o candidato da direita, é a única forma de conjurar o perigo grave que pesa sobre a democracia portuguesa. E esta decisão não colide em nada com os nossos princípios e a nossa dignidade; dignidade revolucionária é termos em cada situação a posição correcta por mais difícil que ela seja de tomar e neste caso, a posição correcta é a de, com o nosso voto, derrotarmos Freitas do Amaral. Com o nosso voto em Mário Soares, como é evidente. Qualquer comunista, qualquer democrata, qualquer antifascista que, julgando pensar pela sua cabeça, se abstivesse ou votasse nulo ou votasse branco, estaria, mesmo não o desejando, a pensar pela cabeça dos seus inimigos fundamentais e a abrir as portas à vitória da candidatura fascizante de Freitas do Amaral. E se é verdade que o único meio que temos de votar contra Freitas — o voto em Mário Soares — não constitui prazer para qualquer de nós, não é menos verdade que esta é a posição correcta e que teremos de a assumir plenamente, para cumprirmos as responsabilidades que temos perante o nosso país e o nosso povo.

Camaradas:

Temos que participar nesta campanha eleitoral com a mesma força, o mesmo dinamismo, a mesma intensidade com que participámos na campanha anterior.

Há, no entanto, uma diferença assinalável no que toca às formas de participação nestas duas campanhas: enquanto que na 1.ª volta apoiávamos a candidatura de Salgado Zenha e apelávamos ao voto no único candidato democrata com condições para passar à 2.ª volta, neste caso não apoiamos Mário Soares e apelamos ao voto contra Freitas do Amaral, po-



XI Congresso (extraordinário) do PCP 2 de Fevereiro de 1986

sição que se expressa pelo apelo ao voto em Mário Soares.

Esta diferente apreciação das candidaturas de Salgado Zenha e de Mário Soares tem a sua tradução prática no desenvolvimento da campanha em que, neste momento, estamos envolvidos. Não se trata como é evidente, de participarmos na campanha eleitoral de Mário Soares, em moldes semelhantes aos que orientaram a nossa participação na campanha de Salgado Zenha; nem se trata, como também é evidente, de hostilizarmos essa campanha. Não se trata, portanto, de nos inserirmos na campanha de Mário Soares nem de colarmos os seus cartazes, nem de colocarmos os seus panos, nem de usarmos os seus autocolantes, etc., etc. Trata-se sim, de organizarmos a nossa própria campanha, a campanha do PCP, através da qual faremos chegar às massas as orientações do nosso Congresso Extraordinário. Esclarecer e convencer sobre a correcção das nossas posições é uma tarefa de extrema importância que deve desde já mobilizar todos os nossos esforços, todas as nossas energias, toda a nossa combatividade.

Há que lutar pela compreensão das orientações do nosso Congresso por parte das massas, levando-as a lutar firmemente contra o perigo fascista, perigo tacticamente comprimido na candidatura de Freitas do Amaral, mas a espera da oportunidade para saltar trazendo consigo todo o seu ódio à democracia e à liberdade conquistadas em Abril. É imperioso que levemos aos trabalhadores e aos democratas a ideia de que, na situação actual, a luta contra esse perigo imediato se trava votando contra Freitas do Amaral e que esse voto se expressa, na prática, pelo voto em Mário Soares.

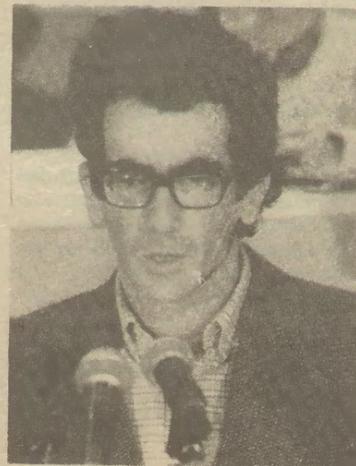
Camaradas:

A preparação do XI Congresso Extraordinário constitui um exemplo da capacidade, da força, da noção de responsabilidade democrática e patriótica do nosso Partido. Em 4 dias apenas travámos um dos mais vivos e participados debates da história do PCP. Em muitas centenas de reuniões, dezenas de milhares de militantes comunistas discutiram exaustivamente, de forma aberta, franca, fraterna, as propostas do CC no XI Congresso Extraordinário, revelando uma consciência política e uma noção de responsabilidade notáveis. Isto diz-nos, camaradas, que a partir de amanhã a batalha que vamos continuar será conduzida com o mesmo entusiasmo e a mesma força com que peparamos o Congresso, dando agora voz à orientação aqui decidida.

O primeiro passo a dar neste sentido tem a ver com a distribuição ampla, em todo o País, nas ruas, nas empresas, nos transportes, nas caixas do correio, em todo o lado, da Resolução do XI Congresso Extraordinário do PCP. Para além disso devemos continuar a realização de plenários e reuniões do Partido onde elas se justifiquem e, paralelamente, organizar milhares de sessões de esclarecimento que levem a análise do PCP aos trabalhadores, aos democratas, ganhando-os para uma decisão correcta no dia 16.2. Esta é uma batalha que nos diz muito directamente respeito e na qual temos que participar plenamente.

Camaradas:

Como sempre temos feito e faremos no nosso Partido: colectivamente traçámos a orientação justa; colectivamente vamos levar à prática essa orientação. ■



Vítor Dias:

«O perigo da divisão volta a espreitar»

A ordem de trabalhos do nosso Congresso (Extraordinário) indica, com exactidão, quais são as nossas preocupações dominantes, a questão essencial e prioritária que nos cumpre enfrentar, a nova situação a que imperativamente devemos responder, com a análise, a orientação e as decisões soberanamente definidas e assumidas pelo nosso grande colectivo partidário.

Entretanto, apesar de as nossas atenções e energias estarem justamente concentradas nas complexas questões relativas a uma 2.ª volta das presidenciais disputada entre F. Amaral e M. Soares, não seria aconselhável passar ligeiramente por cima dos prejuízos causados à democracia por fenómenos, iniciativas e comportamentos que conduziram à divisão dos votos democráticos na 1.ª volta.

De facto, nenhuma contestação séria e fundamentada pode ser oposta à evidência de que, se o quadro eleitoral da 2.ª volta é o que se sabe, isso se deve, em parte decisiva e fundamental, não à força e apoio eleitoral próprios grangeados pelos candidatos de direita mas à divisão de votos do campo democrático.

E também, sem prejuízo de outras causas e factores, não pode sofrer contestação fundamentada a evidência, atestada pelos resultados, do papel negativo desempenhado pela candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Confirmou-se tristemente a advertência incessantemente lançada pelo PCP de que a divisão dos democratas poderia conduzir à derrota do candidato da democracia. Confirmou-se o perigo pertinazmente combatido pelo PCP da passagem à 2.ª volta de F. Amaral e de M. Soares.

Hoje, eleitores que generosamente correram atrás de ilusões e de sonhos que lhes foram acenados, defrontam-se, tal como nós, com uma dolorosa realidade.

Tanto os interesses imediatos da luta democrática como a perspectiva do seu futuro desenvolvimento, impõem que, a este respeito, prevaleça a preocupação de não aprofundar divisões e fracturas entre democratas.

Mas tanto os interesses imediatos da luta democrática como a perspectiva do seu futuro desenvolvimento, exigem que se extraiam as lições políticas sobre iniciativas, concepções e comportamentos políticos que contribuíram de forma decisiva para sepultar logo na 1.ª volta a perspectiva realista de uma vitória da democracia nas eleições presidenciais.

Os resultados da 1.ª volta mostram, sem margens para dúvidas, um rotundo fracasso eleitoral e político da candidatura de M. L. Pintasilgo e dos objectivos, tão ambiciosos como ilusórios, que proclamou como seus e que apresentou ao eleitorado. Mas atestam, simultaneamente, um sucesso efectivo da operação política, conduzida pelas forças de direita e pelo soarismo, no sentido de se servirem da candidatura de M. L. Pintasilgo como instrumento de perturbação e confusão do campo democrático e de dispersão dos seus votos. Esta operação atingiu o seu objectivo essencial: im-

pedir Salgado Zenha de passar à 2.ª volta.

Mas cumpre salientar que falhou rotundamente num objectivo a que as forças reaccionárias e o soarismo davam a maior importância para o futuro imediato e próximo. Porque falhou completamente a esperança de fracturar e dividir profundamente o eleitorado do PCP e a esperança de divorciar significativamente o voto dos eleitores comunistas da orientação do PCP. E não se tenha a menor dúvida de que é por raiva e retaliação contra a severa lição que lhes foi dada pela maturidade, consciência política e determinação democrática dos comunistas e dos eleitores que confiam no PCP, que hoje a reacção e os seus papagaios na comunicação social — de permissão com alguns democratas pouco serenos — investem raiosamente contra a suposta «máquina eleitoral» do PCP e contra o pretenso sistema de «coação das consciências» alegadamente organizado e montado pelo PCP.

Para hoje e para amanhã, importa retirar a conclusão de como foi e como é prejudicial para a democracia transformar batalhas políticas de crucial importância para a vida colectiva em ocasião para testes de popularidade ou em terreno de afirmação exclusiva de interesses, projectos e ambições pessoais ou de grupo; de que como foram e são prejudiciais para a democracia projectos inspirados por ilusões voluntaristas e pelo desconhecimento e divórcio das realidades políticas, económicas e sociais do País; de que como foram e são prejudiciais para a democracia o desprezo pela necessidade de convergência e unidade dos democratas e as tentativas de impor uma política de factos consumados às principais forças organizadas do campo democrático, com quebra da lealdade e do respeito político que os democratas devem uns aos outros; de que como foram e são prejudiciais para a democracia a exploração, com propostas messiánicas e posturas eleitoralistas, de carências, aspirações e sentimentos populares, não para lhes dar caminho viável de satisfação, mas para os atrelar a aventuras inconsequentes e sem futuro; de que como foram e são prejudiciais para a democracia as convergências objectivas de democratas com as forças de direita nos ataques e nas acusações às forças democráticas mais consequentes; de que como foram e são prejudiciais à democracia a propagação mentirosa, a persistência no erro, a crispção nas ilusões e no calculismo, o afundamento na espiral do egoísmo e do sectarismo.

O perigo de divisão dos votos dos portugueses e portuguesas de sentimentos e aspirações democráticas, volta a espreitar agora na 2.ª volta das presidenciais e constitui indiscutivelmente uma grande esperança de Freitas do Amaral e de todos os que, com a sua eleição, almejam entrar na recta final da liquidação da democracia portuguesa.

Se, com é proposto para a decisão soberana do nosso Congresso, os comunistas responderem vigorosamente no sentido de evitar a divisão dos democratas e dos seus votos face à candidatura fascizante de Freitas do Amaral, uma coisa é, entretanto, absolutamente certa. É que o farão em coerência com a sua longa história de luta pela unidade dos democratas e não secundando apelos conjunturais e advertências enviezadas que lhes são dirigidas por alguns que sempre preferiram as alianças com a direita à unidade e à cooperação com os comunistas.

É que o farão, não em nome de qualquer espécie de unidade em torno de M. Soares, mas em nome da solidariedade e do interesse comum que, na hora presente, é essencial que prevaleça entre portugueses e portuguesas que querem viver em liberdade e estão com o regime democrático e com o 25 de Abril.

É o que farão, não na abdicação das suas ideias ou na rendição na luta pela realização dos seus objectivos democráticos e nacionais, mas na plena reafirmação do seu papel e das suas responsabilidades como grande partido nacional, inteiramente dedicado à causa do povo, da democracia, do progresso social e do socialismo. ■

Estamos aqui reunidos, neste nosso Congresso extraordinário, com um único ponto da ordem de trabalhos: decidirmos da atitude do nosso Partido na 2.ª volta das eleições presidenciais.

Trata-se da convocação e realização de um Congresso extraordinário numa situação de emergência, particularmente grave para a democracia, para o nosso povo, para o nosso País.

Porque a situação é grave, não nos encontramos hoje aqui no acostumbrado ambiente de alegria das nossas grandes iniciativas.

Mas encontramos-nos neste nosso Congresso extraordinário conscientes da grande força do nosso Partido, do insubstituível papel do nosso Partido na defesa da democracia e na vida nacional; do apoio ao nosso Partido e da confiança no nosso Partido da classe operária e de vastas massas populares, que não só esperam, mas justamente exigem, que o PCP, uma vez mais, se mostre à altura das suas tradições e das suas responsabilidades.

Por isso estamos aqui traduzindo as sérias preocupações que o povo português vive neste momento, mas, também, serenos e confiantes em que, apesar dos seus êxitos temporários, a reacção será derrotada e, apesar das dificuldades e perigos presentes, Portugal de Abril vencerá.

1

A realização do XI Congresso (extraordinário) e o alcance das suas decisões

A eliminação dos candidatos democráticos à 1.ª volta e a passagem dos dois candidatos de direita (Freitas e Soares) à 2.ª criaram uma situação nova e extremamente perigosa para a democracia.

Qual a atitude a tomar pelo Partido perante esta situação? Limitar-se a confirmar os perigos diferentes sem dúvida, mas sempre graves da vitória de um ou de outro candidato de direita?

Confirmar apenas a oposição do PCP a qualquer dos dois e aconselhar em conformidade a abstenção ou o voto nulo, alheando-se da luta eleitoral na 2.ª volta?

A Comissão Política do Comité Central, depois o Comité Central em reunião plenária examinaram a nova situação criada e os deveres do Partido numa tal situação.

Confirmaram a apreciação do Partido, já anteriormente feita, segundo a qual, com a passagem à 2.ª volta de Freitas e Soares, se criaria uma situação extremamente perigosa para a democracia portuguesa.

A Comissão Política primeiro, depois o CC na sua reunião plenária não modificaram a apreciação das duas candidaturas de direita e dos perigos para a democracia que a vitória de um ou de outro candidato comporta para o regime democrático e para os interesses dos trabalhadores, das massas populares, da independência nacional.

Mas a Comissão Política e o Comité Central concluíram também que um perigo mais iminente e mais brutal vinha da possibilidade de ser eleito Presidente da República Freitas do Amaral, candidato da extrema-direita, portador de um plano fascizante e revanchista.

Em tais circunstâncias entendeu o Comité Central que o PCP não podia ficar de braços cruzados e nada fazer em relação à 2.ª volta das eleições, para impedir, ou tentar impedir, que tal perigo se consumasse.

No que respeita ao acto eleitoral na 2.ª volta, Freitas só pode ser derrotado se Soares tiver mais votos que ele e a diferença entre os dois na 1.ª volta foi tão grande que desde logo ficou evidente que, se o PCP aconselhasse a abstenção ou o voto nulo, Freitas do Amaral seria sem qualquer dúvida eleito Presidente da República.

Uma decisão do PCP a este respeito, improvista e contrariando afirmações anteriores, é de mais alta responsabilidade, tanto no que respeita à acção política do Partido, como no que respeita à vida, acção e unidade do próprio Partido.

Assim, o Comité Central decidiu convocar o XI Congresso (extraordinário) para decidir em definitivo a atitude a tomar pelo PCP na 2.ª volta das eleições presidenciais.

O Comité Central tomou tal decisão por três razões fundamentais:

A primeira porque, dada a extrema gravidade da situação e a alta responsabilidade de qualquer decisão do PCP, qualquer decisão exigia, no entender do Comité Central, a reflexão, a ampla participação e a intervenção do nosso grande colectivo partidário.

A segunda, porque a Resolução do X Congresso realizado em Dezembro de 1983, relativa às eleições presidenciais, embora prefigurando uma situação diferente daquela que veio a verificar-se (então previa-se que Mário Soares seria o candidato da direita apoiado pelo PSD e o CDS) foi geralmente entendida e afirmada como válida para as eleições que agora estão a realizar-se.

A terceira, porque, na campanha eleitoral para a 1.ª volta, insistimos em termos demasiado fechados e definitivos (que se deveriam ter evitados) que em circunstância alguma os comunistas votariam em qualquer dos dois candidatos de direita.

Estas as razões que levaram à convocação e realização do presente XI Congresso (extraordinário).

Trata-se de um Congresso extraordinário, de emergência, preparado em quatro dias.

A convocação do Congresso foi recebida pelo Partido como uma decisão correcta, necessária e ajustada à situação.

Por isso aqui estamos hoje para deliberar sobre a atitude do PCP na 2.ª volta das eleições presidenciais.

Para muitos observadores parece surpreendente que a realização do Congresso tenha sido decidida apenas com cin-



**XI Congresso
(extraordinário)
do PCP
2 de Fevereiro de 1986**

**Intervenção
de ALVARO CUNHAL**

«Encontramo-nos neste Congresso conscientes da grande força do Partido»

co dias de antecedência. Decerto, camaradas, uma tal iniciativa seria impossível para qualquer outro partido. Mas muito do que é impossível para os outros, já o PCP provou que não é impossível para os comunistas.

A própria realização deste nosso Congresso, marcado apenas com 5 dias de antecedência, representa, por si mesma, um importante êxito político.

No curto prazo de quatro dias, foram tomadas as medidas políticas, orgânicas e técnicas para o realizar. Realizaram-se centenas de plenários de organismos e organizações. Muitos milhares de militantes participaram nos debates expondo as suas opiniões. Como era inevitável numa situação tão complexa, houve militantes que expressaram opiniões diferentes e discordantes, a que os delegados ao Congresso certamente farão referência. Mas uma conclusão global do debate se pode tirar: o nosso grande colectivo partidário chamado ao debate aprovou a orientação proposta pelo Comité Central.

Pensamos, camaradas, que a realização deste nosso XI Congresso (extraordinário) constitui uma afirmação da força e da capacidade do nosso glorioso Partido, dos métodos democráticos da sua vida interna e da sua inabalável unidade cimentada na justeza da análise da situação e da orientação, na dedicação e militância dos membros do Partido, no convencimento profundo, na democracia interna, no trabalho colectivo, na disciplina voluntária e consciente, na concentração dos esforços e energias para a realização das tarefas decididas.

A realização deste nosso XI Congresso (extraordinário) é um grande acontecimento nacional porque as suas decisões terão repercussões, que no actual momento podem ser determinantes, na situação política e na sua evolução.

Os nossos próprios inimigos e adversários reconhecem que os resultados das eleições do próximo dia 16 e a consequente evolução da situação política dependem em larga medida das decisões, atitude e actividade do nosso Partido.

E de facto assim é. O Congresso culminará e sintetizará o debate realizado no Partido. Estamos certos de que, pelas decisões do Congresso, o nosso glorioso Partido dará mais uma contribuição de alto valor para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, das liberdades e direitos dos cidadãos, da democracia e das suas conquistas, da independência e soberania nacionais.

2

A importância das eleições presidenciais e a luta do PCP por uma vitória democrática

Para melhor compreender a importância, significado e consequências das eleições presidenciais em curso neste princípio de 1986 é indispensável recordar os acontecimentos que marcaram a vida política nacional em 1985.

O ano de 1985 foi caracterizado por uma evolução favorável à democracia portuguesa.

Fracassou o plano contra-revolucionário do Governo PS/PSD tendo como Primeiro-Ministro Mário Soares. A política de direita e de coligações com a direita do PS conduzido por Soares sofreu uma colossal derrota, traduzida na perda pelo PS de metade dos seus eleitores e dos seus deputados. O quadro partidário e a armadura e correlação de forças foram alterados, ao nível partidário e parlamentar, como resultado das eleições de 6 de Outubro.

E, para fechar o ano, o nosso Partido e a Aliança Povo Unido registaram uma extraordinária vitória política nas eleições autárquicas de 15 de Dezembro, derroçando a grande operação de toda a direita coligada (PS, PSD, CDS) que tinha como objectivo eliminar a APU da gestão das autarquias.

Alcançando 20% dos votos à escala nacional, confirmando a maioria absoluta nos distritos de Setúbal, Évora e Beja, tornando-se (com 33% para as Assembleias Municipais) a força mais votada no distrito de Lisboa, obtendo a maioria em 47 Câmaras Municipais, alcançando extraordinárias vitórias em importantes concelhos como Loures, Amadora, Almada, Vila Franca de Xira, Évora, Marinha Grande e outros, o nosso Partido e a Aliança Povo Unido (como já temos dito) fecharam com chave de ouro o ano de 1985.

Mostrando e sublinhando a importância destas modificações e acontecimentos positivos na situação política nacional, o nosso Partido logo sublinhou também ser «absolutamente certo» que a concretização da favorável perspectiva aberta pelas grandes vitórias da democracia em 1985 dependia em larga medida do resultado das eleições presidenciais de 26 de Janeiro.

Apresentámos clara e expressamente os dois possíveis resultados e as duas possíveis consequências:

— ou se conseguia a eleição de um candidato da democracia, se confirmaria assim a evolução positiva de 1985 e, com a derrota de Freitas e Soares, se consolidaria a democracia e se abririam sólidas perspectivas de uma alternativa democrática;

— ou a direita conseguir eleger um dos seus candidatos e nesse caso criaria condições para anular grande parte das derrotas que sofreu em 1985, para retomar as suas alianças e passar a uma violenta ofensiva contra o regime democrático e as suas conquistas.

Cremos ter sido justo que o nosso Partido tenha definido como objectivo central, fundamental e determinante derrotar os candidatos de direita e eleger um candidato da democracia.

Cremos ter sido justo que o nosso Partido tenha procurado insistentemente o consenso das forças e sectores democráticos que, com o seu apoio e o seu voto, eram indispensáveis para assegurar a vitória.

Cremos ter sido justo que o nosso Partido tenha insistido na necessidade da convergência dos votos democráticos num só candidato da democracia logo à 1.ª volta e tenha alertado do perigo da divisão dos votos por mais de um candidato da democracia, o que poderia permitir (conforme prevenimos) a eliminação dos candidatos democráticos e a passagem à 2.ª volta dos candidatos de direita (Freitas e Soares).

Cremos ter sido justo apoiar a candidatura de Zenha, única em todo da qual se conseguiu o consenso e a única que, por esse facto, poderia derrotar os candidatos de direita.

Cremos ter sido justo apontar primeiro a «precipitação», depois o perigo da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo — sem quaisquer possibilidades de passar à 1.ª volta, poderia entretanto fazer dispersar os votos da área eleitoral democrática, permitindo que Mário Soares tivesse mais votos que Zenha e passasse em consequência à 2.ª volta com Freitas do Amaral — como veio a suceder.

Cremos ter sido justo lançar a candidatura do camarada Ângelo Veloso (que com dignidade cumpriu a difícil missão que o Partido lhe confiou) — candidatura que se inseria na campanha de esclarecimento do Partido com o objectivo de lutar pela convergência dos votos democráticos num só candidato da democracia logo à 1.ª volta.

Empenhámos as nossas forças nessa difícil batalha. As nossas forças não chegaram porém, conformando preocupações e prevenções do Partido. Não se conseguiu que Zenha passasse à 1.ª volta. Não se conseguiu abrir, através das eleições presidenciais, a perspectiva da continuação da evolução positiva da situação política verificada em 1985.

Mas temos razão para sentirmos que cumpriamos o nosso dever e a nossa tarefa, que, pela nossa parte, tudo fizemos para uma vitória que não só era necessária como era possível.

Creio, camaradas, que todos sentimos legítimo orgulho por verificarmos que, numa tão complexa situação, não só todo o Partido deu mais uma prova da sua elevada consciência, da sua maturidade política, da sua exaltante e indelével união-

de, como os eleitores que confiam no Partido, também nele confiaram nas eleições de 26 de Janeiro.

3

O significado da candidatura de Zenha e as causas da sua derrota

Com plena consciência apoiámos a candidatura de Salgado Zenha. Caracterizámos-a como «uma candidatura da democracia, como candidatura de consenso e de convergência de forças e sectores democráticos fundamentais para uma vitória. Considerámos que Zenha era o único candidato da democracia em condições de vencer as eleições. Tanto através da campanha de Ângelo Veloso como através da grande campanha de esclarecimento de todo o Partido, lutámos para que, logo à 1.ª volta, convergissem em Zenha os votos de todos os democratas.

Pensamos, camaradas, que hoje está mais claro para todos que a vitória de Zenha, com a correspondente derrota dos dois candidatos da direita, Freitas e Soares, teria representado um passo de capital importância para a consolidação do regime democrático e a abertura da real perspectiva, no ano de 1986, de uma alternativa democrática à política de direita levada a cabo por sucessivos governos nos últimos 10 anos.

Alguns camaradas e amigos que não confiaram muito nesta perspectiva, talvez agora vejam mais claramente (pelo que significou a derrota de Zenha e a passagem à 2.ª volta dos dois candidatos de direita) o que teria significado, de positivo e promissor a vitória do candidato do consenso e da convergência democrática, que o PCP justamente apoiou.

Decerto também muitos democratas e até camaradas, que, por conhecidas ilusões e preconceitos, não votaram em Zenha não podem deixar de reconhecer e sentir a sua própria responsabilidade na criação da gravíssima situação que hoje atravessamos.

As causas fundamentais da derrota de Zenha foram indicadas pelo Comité Central na resolução política de 28 de Janeiro que serviu de base ao debate preparatório deste nosso Congresso extraordinário.

A primeira (e é indubitável que acabou por ser a causa imediatamente determinante) foi a dispersão e a perda de votos democráticos na candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo — candidatura sem a mínima possibilidade de passar à 2.ª volta, e que, entretanto (conforme prevenimos), insistindo em concorrer apesar de antecipadamente derrotada, levou consigo, em pura perda, votos que (conforme mostram os resultados eleitorais) teriam permitido a Zenha ter largamente mais votos que Soares na 1.ª volta e ficar assim em boas condições para derrotar Freitas do Amaral na 2.ª.

Os resultados (21% para Zenha, 7% para Pintasilgo, 25% para Soares) são suficientes para convencer da razão que assistiu ao PCP ao apontar o motivo das atenções, elogios, coberturas na comunicação social e incitamentos de Soares e da reacção à candidatura Pintasilgo.

Esta candidatura, que nos últimos dias combatia mais o PCP que as forças de direita, acabou por cumprir a sua única efectiva missão objectivamente considerada (e talvez para alguns subjectivamente considerada): dar a Mário Soares a possibilidade de ter mais votos que Zenha e passar assim à 2.ª volta com Freitas do Amaral.

Não foi esta naturalmente a única causa do insucesso eleitoral da candidatura de Zenha.

A segunda causa apontada pelo Comité Central consistiu no atraso, nas delongas, na lentidão da iniciativa de sectores democráticos importantes na busca do consenso, nas hesitações e demoradas reservas em relação a outras hipóteses avançadas e no lançamento tardio da candidatura de Zenha, a poucas semanas das eleições, quando Freitas, Soares e Pinta-



divisões entre democratas, as ilusões voluntaristas, o esquerdismo inconsequente e a sobreposição de interesses e projectos próprios aos superiores interesses do povo, do País, da democracia, constituem factores de derrota das forças democráticas e de avanço das forças reacionárias.

Pela nossa parte, nós, comunistas, hoje como sempre, continuamos e continuaremos lutando pela unidade dos trabalhadores, pela unidade dos democratas, continuaremos a procurar que a acção comum dos trabalhadores e a acção comum dos democratas permita fazer frente à reacção, defender os interesses do nosso povo e da nossa pátria, o regime democrático e as suas conquistas, este Portugal de Abril que, embora hoje uma vez mais gravemente ameaçado, continuamos defendendo palmo a palmo, conscientes das grandes dificuldades e perigos, mas sempre confiantes em que é possível ultrapassar essas dificuldades e perigos, e sempre confiantes — porque temos sólidas razões para confiar na força e elevada consciência política da classe operária portuguesa, para confiar no povo, para confiar na energia revolucionária, na combatividade, na capacidade, nas profundas raízes populares, no nosso grande e glorioso Partido.

4

A passagem de Freitas e Soares à 1.ª volta e a ameaça da extrema-direita

Porque agora defrontamos uma situação em que ou Freitas do Amaral ou Mário Soares será Presidente da República e em que apontamos a possível eleição de Freitas do Amaral como o perigo mais grave e iminente que é necessário tentar conjurar, há quem pretenda que foi «errada» a caracterização feita pelo PCP das duas candidaturas — de Freitas e de Soares — como candidaturas de direita e da direita.

Há também, tanto na direita por razões elitistas, como no campo democrático, por conhecido pendulo oportunista, quem vá ao ponto de tentar redourar a candidatura de Soares chamando-lhe uma candidatura de esquerda e mesmo da esquerda.

Todo o processo das eleições presidenciais continuará naturalmente a ser analisado. Mas para evitar quaisquer equívocos não podemos deixar desde já de colocar alguns pontos nos II.

Nunca afirmámos que as duas candidaturas eram «iguais» como parece pretenderem alguns apressados analistas políticos. Tivemos o cuidado de referir a diferença dos partidos respectivos — o CDS, um partido da extrema-direita, outro, o PS, um partido que sempre definimos como democrático, apesar da política de direita e de coligação com a direita do seu secretário-geral. Tivemos o cuidado de referir a diferença das respectivas bases sociais de apoio.

Mas insistimos e consideramos que foi e continua a ser inteiramente justo insistir em que o programa político destes dois candidatos, Freitas e Soares, se aproximam e mesmo identificam em numerosos pontos essenciais. Um e outro inscrevem nos respectivos programas a intensificação da exploração dos trabalhadores e das massas populares em geral, «a mudança do sistema económico», o «pacote laboral», o novo sistema eleitoral, a ofensiva contra as nacionalizações e a reforma agrária com vista à restauração dos monopólios e dos latifúndios, a integração na CEE em termos altamente lesivos dos interesses nacionais e finalmente a revisão da Constituição como previsto passo final para a completa subversão do regime democrático criado pela revolução de Abril.

Não são as declarações de Soares apelando à esquerda para a 2.ª volta que invalidam as suas declarações e as suas promessas apelando à direita na 1.ª.

Foi justo caracterizarmos Soares como um candidato de direita e da direita.

Porque a própria direita e mesmo a extrema-direita globalmente considerada, e por via de muitos dos seus mais destacados dirigentes, o considerou e continua a considerar um dos seus candidatos.

Porque, sem Mário Soares, a reacção e a direita não teriam podido desferir os sérios golpes que desferiram contra os interesses e direitos dos trabalhadores, contra as nacionalizações, contra a reforma agrária, contra o poder local democrático.

Porque foi de facto durante anos e como Primeiro-Ministro de três governos (um dos quais com o CDS e outro com o PSD) um líder das forças de direita, das alianças e coligações de direita para a realização de uma política de direita, uma política anti-operária, antipopular, antidemocrática e antinacional, a política que conduziu o país à recessão económica na indústria e na agricultura, ao colossal endividamento externo, ao desemprego em massa, aos despedimentos, à praga dos salários em atraso, à alta incontrolável dos preços, às reformas de miséria, à lei das rendas, à saúde só para os ricos, ao abandono da juventude, às crescentes discriminações das mulheres, à miséria e à fome que alastram nos lares portugueses, e ainda a essa integração na CEE em termos ruinosos e ameaçadores para a nossa economia e a nossa independência nacional.

Por isso, ao considerar a grave situação decorrente da eliminação dos candidatos democráticos na 1.ª volta e da passagem à 2.ª volta de Freitas e Soares, o Comité Central, na sua resolução política de 28 de Janeiro, proposta ao debate no Partido como base de preparação do Congresso, insiste em que o PCP mantenha inteiramente a caracterização da candidatura de Mário Soares como uma candidatura de direita.

O Comité Central insiste em que os comunistas, que com plena consciência apoiaram a candidatura de Zenha, não apoiem Mário Soares, nem a sua candidatura, nem as suas propostas.

Insiste em que os comunistas não alimentem quaisquer

ilusões acerca de Mário Soares, das suas concepções e da sua prática política.

Insiste em que os comunistas têm plena consciência de que, com a eleição de qualquer dos candidatos de direita, a defesa da democracia e a solução dos problemas do povo e do país dependerá ainda mais da luta dos trabalhadores, do povo, dos democratas.

Mas o Comité Central não se limitou a fazer essa caracterização e a confirmar a opinião e a posição do Partido acerca de Mário Soares e da sua candidatura.

O Comité Central, como era seu dever, examinou a nova situação decorrente da passagem à 2.ª volta de Freitas e Soares e da inevitável eleição para Presidente da República de um ou de outro.

E concluiu que o maior perigo, no momento actual, nesta nova situação, decorre da dinâmica ultra-reaccionária, fascizante e agressiva da candidatura de Freitas do Amaral e da possibilidade deste ser eleito Presidente da República.

O perigo não reside apenas — e já seria enorme — no facto de ser eleito para o desempenho das altas funções, poderes e competências do Presidente da República, um candidato que é portador do plano revanchista do 24 de Abril.

O perigo aumenta, porque as forças de extrema-direita, as forças reaccionárias, fascizantes e revanchistas que impulsionam essa candidatura e o seu plano de subversão do regime estão neste preciso momento no Governo — o Governo PSD de Cavaco Silva — cujo plano de subversão do regime democrático se identifica com o plano de Freitas do Amaral.

Tendo nas mãos esses dois órgãos de soberania — Presidente da República e Governo — e dispondo o Presidente da República do poder de dissolver a Assembleia da República, as forças reaccionárias, se Freitas fosse eleito, estariam em condições não só de tentar intensificar a curto prazo a ofensiva contra as conquistas de Abril, como de tentar, sob a fachada do funcionamento das instituições e de uma falsa legalidade, desferir golpes mortais contra a democracia portuguesa.

No debate realizado no Partido, alguns camaradas, partindo embora de uma avaliação correcta de Mário Soares e da sua política, defenderam a ideia de que, na perspectiva da luta do nosso Partido e do nosso povo e do futuro da democracia, a eleição de Freitas do Amaral seria menos grave do que a eleição de Mário Soares.

Houve mesmo alguns camaradas, embora raros, que foram ao ponto de dizer que, indo por diante o plano subversivo de Freitas e da reacção, daí resultaria finalmente a desejável e necessária união dos democratas e antifascistas.

Tais opiniões, surgiram certamente, por um lado, da profunda aversão pela política e acção de Soares; por outro lado de um certo desespero e falta de perspectivas; e ainda da subestimação do perigo fascista e do que representaria para o nosso povo e o futuro a liquidação do regime democrático.

A unidade dos democratas que defendemos e desejamos não é para lutar pelas liberdades depois delas perdidas, mas para impedir que as liberdades se percam. Não é para lutar pela democracia, depois dela liquidada, mas para impedir que o seja.

Num dos debates realizados, a um camarada que defendia tal opinião, um outro replicou que decerto esse camarada não conhecia a situação e as condições de luta durante 48 anos de ditadura fascista, porque, se as conhecesse, decerto defenderia, como uma das aspirações mais profundas do nosso povo: «fascismo, nunca mais!».

Sem dúvida que a democracia portuguesa e as forças que a defendem são poderosas e com condições de resistir e inverter as situações mais difíceis.

Mas o perigo é real. E porque é real, porque é o maior perigo da hora presente, e porque sendo real e podendo concretizar-se através da 2.ª volta das eleições, é agora que pode ser derrotado e conjurado, o Comité Central considerou e o debate realizado no Partido confirmou, que o supremo dever dos democratas é tudo fazer para conjurar esse perigo e que os comunistas, ante tal perigo, não podem ficar de braços cruzados.

Os comunistas nunca ficaram de braços cruzados em quaisquer circunstâncias. Muito menos nas situações mais difíceis e perigosas.

Por isso não ficámos de braços cruzados ante os resultados da 1.ª volta das eleições. Por isso aqui estamos para decidir da 2.ª volta e para, como sempre, continuarmos a luta, sem qualquer desânimo, sem desfalecimentos, com a serenidade, a firmeza, a coragem e a confiança de que sempre deu mostras o nosso Partido.

5

O único voto possível para derrotar Freitas nas eleições

Os 11 anos de rica experiência do nosso Partido, da classe operária, dos democratas, do povo português, desde o 25 de Abril, já mostraram que as eleições não constituem a única forma de intervenção e de luta e que a acção política e a luta de massas, tendo a classe operária na sua vanguarda, constituem uma força essencial e em muitas situações determinante da evolução política.

A luta contra os planos do revanchismo ultra-reaccionário não se esgota nestas eleições presidenciais. Essa luta é anterior às eleições e continuará depois delas.

Mas agora, está perante o nosso Partido e o nosso povo a situação concreta relativa à 2.ª volta das eleições presidenciais.

O acordo é geral em que é importante derrotar Freitas do Amaral nas eleições presidenciais e cortar o passo ao perigosíssimo avanço da contra-revolução que significaria a sua eleição para Presidente da República.

Mas que significa isso em termos concretos?

XI Congresso Extraordinário do PCP 2 de



Na 2.ª volta estão só Freitas e Soares. Na 1.ª volta Freitas do Amaral alcançou 46% dos votos. Mário Soares apenas 25%. Daqui se conclui com absoluta certeza que a abstenção ou o voto nulo dos comunistas e daqueles que confiam no PCP significaria inevitavelmente a eleição de Freitas do Amaral com todas as suas consequências.

Pode afirmar-se que, em termos eleitorais, uma abstenção ou um voto nulo ou branco de um democrata, é objectivamente (pela perda de um voto democrático) um voto de vantagem para Freitas do Amaral.

Nos debates preparatórios deste nosso Congresso extraordinário houve camaradas que, considerando impróprio, indesejável e frontalmente contrário aos sentimentos dos trabalhadores e das massas populares um voto em Soares, defenderam a abstenção ou o voto nulo ou branco.

Mas se tomasse tal atitude, é ou não verdade que o Partido, tornando assim inevitável a eleição de Freitas, tomaria sobre si a pesada responsabilidade de não ter feito o que poderia ter feito para tentar impedir o perigosíssimo avanço da reacção e do fascismo?

Neste momento crucial da vida da democracia portuguesa, apelar à abstenção ou ao voto nulo ou branco seria uma atitude demissionista, não conforme com a elevada responsabilidade do nosso Partido na vida nacional e na defesa da democracia.

A situação é tal como é no plano eleitoral. Ou seja: para impedir que Freitas do Amaral seja eleito, é necessário votar contra ele e o voto contra ele na presente situação significa votar em Mário Soares. Não há qualquer outra saída.

Para nós, votar em Soares não é votar por Soares, nem pela sua política, nem pelo desejo que Soares seja Presidente, mas votar contra Freitas e contra o avanço da reacção e do seu plano de subversão e liquidação do regime democrático.

Na situação actual votar em Soares não significa (como insistentemente repetimos) nem apoio a Soares, nem qualquer modificação da opinião sobre Soares, nem qualquer ilusão acerca de qual é o seu programa e qual será a sua acção. Mas, **no acto eleitoral, não há outra possibilidade de tentar cortar o passo e derrotar Freitas que é o perigo maior e iminente que pesa sobre a democracia.**

Sem uma tal compreensão política seria impossível a um comunista votar num anticomunista que tem no anticomunismo um vector central de toda a sua acção política. Seria impossível a um trabalhador votar num dos maiores, senão o maior responsável directo da situação dos trabalhadores, dos despedimentos, do desemprego, dos salários em atraso, das medidas repressivas, da entrega das empresas nacionalizadas ao grande capital, da entrega de terras da reforma agrária aos latifundiários.

Mas, para impedir que Freitas seja eleito, não há outra possibilidade no acto eleitoral do dia 16.

Por isso, com certa ironia, mas a traduzir profundos sentimentos, um camarada dizia que, quando fosse votar em Soares, nem olharia para o nome, nem olharia para o retrato, olharia apenas para o quadrado que está em segundo lugar (porque na lista Freitas é o primeiro) porque o seu voto não será para apoiar aquele nome, nem aquele retratado, mas apenas para derrotar Freitas e o perigo real que significaria a sua eleição.

Assim é camaradas. Os debates realizados no nosso Partido mostraram a elevadíssima consciência política do colectivo partidário. O Partido está ganho para esta difícil e complexa batalha.

O que os comunistas têm agora a fazer é convencer os trabalhadores, convencer os eleitores.

Se for caso disso, que não leiam o nome de Soares, que não olhem para o seu retrato, mas que marquem a cruz do voto no quadrado que está à frente desse nome e desse retrato, ou seja, o que está em segundo lugar por debaixo do quadrado relativo a Freitas do Amaral.

As forças mais reaccionárias estão muito inquietas, com a atitude assumida pelo PCP. O próprio Freitas, na televisão, já crispou o rosto e tapa a dentadura, cuja exibição foi tão cuidadosamente ensaiada, exibida e repetida nos cartazes e fora deles como sinal de confiança na vitória, que Freitas, de cara enfurecida como agora o vimos na televisão, já é um Freitas pouco senhor da vitória e com medo da derrota.

As forças reaccionárias julgavam ter já certa a vitória de

Freitas e tinham-na certa sem dúvida, se não fosse a atitude assumida pelo PCP. Agora vêem que lhes pode escapar e a sua fúria não tem limites.

Nesta situação, não houve sector da vida nacional que não tomasse consciência do papel que representa o PCP.

Muitos disseram que, nesta situação, o PCP é «o árbitro». Outros disseram que «tudo dependia do PCP». Instado por um jornalista que lhe perguntou se «não estaria agora nas mãos do PCP», o próprio Soares irritado respondeu que estava ele e estava Freitas do Amaral.

Parecem anedotas. Mas são pequenos factos significativos.

Uma realidade ressalta uma vez mais e com evidência para todos: que, em Portugal, não é possível a luta contra a reacção, nem a defesa da democracia, nem qualquer solução democrática, nem a solução dos problemas nacionais sem o Partido Comunista Português, sem a classe operária e sem os trabalhadores de que o PCP é a esclarecida, experimentada e aguerrida vanguarda.

É com a consciência do papel e das responsabilidades do nosso Partido na vida nacional que realizamos este nosso Congresso extraordinário.

Estamos certos de que as suas decisões serão uma importante e eventualmente decisiva contribuição para a defesa da democracia, para o futuro do nosso povo e para o futuro da nossa pátria, para que viva e continue o caminho de liberdade, de progresso social, de independência e paz aberto pela gloriosa revolução de Abril.

6

Unir os trabalhadores, unir os democratas, reforçar o Partido para a luta que continua

Temos para já esta batalha eleitoral.

Os perigos apontados são reais. Mas os trabalhadores, as massas populares, os democratas e patriotas, desde que se unam, têm mais força que a reacção, e as instituições democráticas consagradas na Constituição têm tão grande vitalidade que, como mostra a experiência de 10 anos de governos de direita, de sucessivos planos contra-revolucionários derrotados e de luta operária e popular, não é fácil destruí-las.

Estamos em luta e para lá das eleições de 16 de Fevereiro a luta continua.

Tal como em anteriores momentos de grave crise da nossa jovem democracia, assim agora temos também que mobilizar as forças e energias do nosso Partido e as forças e energias da classe operária e das massas populares.

Numa ampla perspectiva, fazendo uma primeira apreciação de importantes aspectos da situação e da luta das várias classes e camadas sociais e da actividade do nosso Partido, o Comité Central inscreveu já, como questões a analisar com maior profundidade, os problemas da juventude, das suas aspirações e da sua inserção na vida social e política, os problemas das mulheres e da luta pela sua emancipação, os problemas do movimento operário e da sua organização e unidade, os problemas relativos à batalha ideológica e à comunicação social e os problemas relativos ao funcionamento do Partido, à sua organização e à sua dinâmica.

No imediato — para que, além das eleições, possa ser conduzida com êxito a luta que continua em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, das conquistas de Abril, das liberdades, do regime democrático, da independência nacional — **colocam-se perante o Partido três grandes direcções da sua actividade que são também grandes tarefas:**

— **Primeira: A unidade dos trabalhadores**, reforçando o movimento operário nas suas formas diferenciadas de organização nomeadamente o grande movimento sindical unitário, e promovendo a luta firme, decidida e constante com objectivos concretos imediatos.

— **Segunda: A unidade dos democratas e patriotas**, evitando fracturas entre as várias forças e sectores, aprofundando as tendências democráticas convergentes, reforçando os laços que se vão estabelecendo nas acções concretas, e procurando na luta em defesa de democracia, contra a reacção e os perigos do revanchismo fascista e fascizante, objectivos comuns que mobilizem as mais vastas massas populares.

— **Terceira: O reforço do Partido** em todos os aspectos da sua actividade, com a certeza, que os factos dia-a-dia confirmam, que o PCP é o mais firme e consequente bastião dos interesses do povo e do país, das liberdades e da democracia, da soberania e independência nacionais, do Portugal de Abril que o povo conquistou e que não mais quer perder.

As decisões deste nosso Congresso extraordinário, embora com o objectivo concreto e imediato de influir na 2.ª volta das eleições presidenciais, já estão a ter e terão certamente profundas incidências na luta operária, popular e democrática, na aproximação e no estabelecimento de laços de cooperação entre os mais diversos sectores e forças sociais e políticos democráticos, no caminho da unidade de todos os que estão empenhados em impedir o regresso ao passado fascista e a defender Portugal livre, democrático e independente que, a partir do levantamento heróico dos capitães de Abril, o nosso povo construiu e tem defendido palmo a palmo ante as ofensivas das forças reaccionárias e seus aliados.

Agora temos por diante a batalha eleitoral do dia 16. É uma batalha extremamente complexa mas que, com o empenhamento do nosso Partido, pode permitir superar os perigos maiores criando novas condições para a luta que continua.

A luta continua, fascismo nunca mais!
Viva o XI Congresso (extraordinário)!
Viva Portugal de Abril!
Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade dos democratas!
Viva o Partido Comunista Português!

Resolução política



**XI Congresso
(extraordinário)
do PCP**
2 de Fevereiro de 1986

I

1. O XI Congresso (extraordinário) do PCP reuniu-se no dia 2 de Fevereiro de 1986 com um único ponto na ordem de trabalhos: a atitude do PCP na 2.ª volta das eleições presidenciais.

2. O XI Congresso (extraordinário) considera que a iniciativa da sua convocação tomada pelo Comité Central foi correcta e ajustada à situação decorrente da eliminação dos candidatos democráticos na 1.ª volta das eleições presidenciais e da passagem à 2.ª volta dos dois candidatos de direita: Freitas do Amaral e Mário Soares.

3. A convocação e a realização do XI Congresso (extraordinário) foi correcta e ajustada por três razões fundamentais:

1.ª — porque, embora prefigurando uma situação diversa da que veio a verificar-se, a Resolução do X Congresso realizado em Dezembro de 1983 relativa ao voto nas eleições presidenciais foi entendida como válida para as eleições agora em curso;

2.ª — porque, na campanha eleitoral para a 1.ª volta, o PCP insistiu em termos demasiado taxativos (que o Congresso considera que deveriam ter sido evitados) que os comunistas em nenhum caso votariam em qualquer dos candidatos de direita;

3.ª — porque, na grave situação criada pela passagem na 1.ª volta dos dois candidatos de direita, qualquer decisão a respeito da atitude a tomar em relação à 2.ª volta exigia uma reflexão e uma decisão com ampla participação do colectivo partidário.

4. O XI Congresso (extraordinário) considera que, na situação de emergência em que foi convocado, apenas com 5 dias de antecedência, a sua própria realização representa um importante êxito político.

No curto prazo de quatro dias, tiveram lugar mais de 800 reuniões, plenários e assembleias de organismos e organizações, participaram nos debates em torno da Resolução do Comité Central e das propostas nela contidas mais de 30 mil militantes, foi aprofundada a análise da situação e a definição da orientação a seguir.

Ao mesmo tempo, por todo o País, milhares e milhares de trabalhadores e democratas acompanharam com grande interesse e expectativa as posições do PCP, exprimindo posições e sugestões, participando deste modo num amplo debate político que o XI Congresso (extraordinário) culmina.

O XI Congresso (extraordinário) constitui uma notável confirmação da força e da capacidade do PCP, dos métodos democráticos da sua vida interna, da sua inabalável unidade e do seu papel na sociedade portuguesa como força essencial, indispensável e insubstituível na defesa dos interesses dos trabalhadores, da democracia e da independência nacional.

5. Culminando e sintetizando o debate realizado no Partido, o XI Congresso (extraordinário) aprova a Resolução do Comité Central de 28 de Janeiro e as propostas nela contidas.

II

1. O XI Congresso (extraordinário) do PCP considera que o resultado da 1.ª volta das eleições presidenciais no dia 26 de Janeiro, com a eliminação dos candidatos democráticos (Salgado Zenha e M.L. Pintasilgo), a passagem à 2.ª volta de Freitas do Amaral e de Mário Soares e a consequente e agora inevitável eleição de um ou de outro como Presidente da República, criou uma situação extremamente perigosa para a democracia portuguesa.

2. O XI Congresso (extraordinário) salienta que o PCP alertou para um tal perigo e se empenhou inteiramente para conjurá-lo.

Definiu como objectivo central, fundamental e determinante a derrota dos candidatos de direita e a eleição de um candidato da democracia.

Apontou como condições para atingir tal resultado o apoio e os votos convergentes logo à 1.ª volta das forças e sectores democráticos num só candidato.

Apoiou Salgado Zenha como o único candidato democrático (conforme a votação confirmou) em condições de derrotar os candidatos de direita.

Insistiu, com sólido fundamento, em que a vitória de Zenha significaria uma nova fase da democracia portuguesa caracterizada pela sua consolidação e pela perspectiva de uma alternativa democrática à política de direita dos últimos dez anos.

Através da candidatura de Ângelo Veloso e da campanha de esclarecimento, o Partido lutou até ao extremo das possibilidades para que a convergência democrática se realizasse na votação logo à 1.ª volta em Salgado Zenha.

O XI Congresso (extraordinário) considera que, uma vez mais, num momento particularmente difícil da vida nacional, o PCP interveio decisivamente para a unidade

dos democratas e dos trabalhadores, cumprindo com honra o seu dever para com o povo e o País.

3. O XI Congresso (extraordinário) saúda todas as organizações e militantes, assim como muitas centenas de milhares de eleitores que confiam no PCP, pela sua elevada consciência política e o seu empenhamento exemplar na complexa batalha que se travou na 1.ª volta das eleições presidenciais.

III

1. O XI Congresso (extraordinário) considera que a derrota da candidatura de Zenha teve seis causas principais:

A primeira, que acabou por ser directamente determinante, foi a dispersão e consequente perda de votos democráticos na candidatura de M.L. Pintasilgo, que por falta de apoios indispensáveis à vitória, não tinha quaisquer condições de passar à 2.ª volta e muito menos de ganhar as eleições.

A segunda, foi o atraso de importantes sectores democráticos na busca do consenso e o lançamento tardio da candidatura, apenas a algumas semanas das eleições, em contraste com as outras três candidaturas, que já há mais de dois anos vinham desenvolvendo a sua actuação e a sua propaganda, ganhando e organizando apoios e preparando a campanha eleitoral.

A terceira, foi a carência de meios próprios da candidatura (organizativos, técnicos e propagandísticos), em contraste com os meios poderosos de Freitas e de Soares apoiados em enormes recursos financeiros.

A quarta, foi o facto de o prestígio real de Ramalho Eanes e o seu apoio a S. Zenha não terem tido a corres-



pondente projecção eleitoral, por insuficiência de meios de informação e esclarecimento para levá-los até às massas.

A quinta, foi a acção da comunicação social controlada pela direita, que manipulou, intoxicou e perverteu a opinião pública com falsas notícias, deturpações, sondagens forjadas, calúnias, campanhas de um feroz anticomunismo, e silenciou ou desvalorizou as iniciativas da candidatura de S. Zenha — bem como as da candidatura de Ângelo Veloso — em contraste com a intensa e empolada propaganda das iniciativas das restantes três candidaturas.

A sexta, foram ilusões no voto útil em Soares logo na 1.ª volta surgidas nas últimas duas semanas da campanha e correspondendo já ao receio do perigo fascista provocado pela dinâmica e agressividade da candidatura de Freitas do Amaral.

Todas estas causas se conjugaram.

A causa principal e directa foi, entretanto, a dispersão e a consequente perda de votos democráticos em M.L. Pintasilgo, cuja candidatura se manteve até às urnas quando já era evidente que, objectivamente, o seu único papel seria facilitar a derrota de Zenha e a passagem de Soares à 2.ª volta. Em vez disso, a desistência de M.L. Pintasilgo teria fortalecido a dinâmica da candidatura de Salgado Zenha, diminuindo a abstenção de esquerda e o «voto útil» em Mário Soares. Os números mostram que, sem dispersão de votos, Zenha teria tido mais votos que Mário Soares, teria passado à 2.ª volta e ficaria em boas condições para derrotar Freitas do Amaral em 16 de Fevereiro.

2. O XI Congresso (extraordinário) sublinha que, uma vez mais no Portugal de Abril, as divisões entre democratas, o esquerdismo de diferentes fachadas, as ilusões voluntaristas e a sobreposição de interesses próprios aos superiores interesses de defesa da democracia intervêm como factores de derrota das forças democráticas e do avanço das forças reaccionárias.

O XI Congresso (extraordinário) considera extremamente importante esta lição confirmada nas eleições presidenciais para a luta dos trabalhadores e dos democratas no futuro próximo imediato.

IV

1. O XI Congresso (extraordinário) considera que a nova situação decorrente da derrota dos candidatos democráticos na 1.ª volta e da passagem à 2.ª volta dos dois candidatos de direita, exige uma avaliação objectiva e rigorosa das consequências da agora inevitável eleição de um deles para Presidente da República.

2. O XI Congresso (extraordinário) mantém inteiramente a caracterização da candidatura de Mário Soares feita pelo Partido: uma candidatura de direita, tanto pela actuação e a responsabilidade directa de Mário Soares (sempre aliado à reacção e coligado com ela) na política e nas ofensivas da reacção nos últimos dez anos e nos seus desastrosos resultados para os trabalhadores, para o povo e o País, como pelo programa que, como candidato à Presidência da República, expôs à opinião pública e no qual insiste.

Tal actuação e tal política continuarão a ser firmemente combatidas pelos comunistas, pelos trabalhadores, pelas massas populares, pelos democratas e patriotas portugueses.

Os comunistas, que, em plena consciência, apoiaram a candidatura de Zenha, como uma candidatura da democracia cuja vitória consolidaria o regime democrático e abriria novas e favoráveis perspectivas para uma alternativa democrática, não apoiam Mário Soares, nem a sua candidatura, nem as suas propostas.

O XI Congresso (extraordinário) insiste em que os comunistas não têm nem alimentam quaisquer ilusões acerca de M. Soares, das suas concepções e da sua prática política. Têm plena consciência de que, com a eleição de qualquer dos dois candidatos de direita, a defesa da democracia e a solução dos problemas do povo e do País dependerá ainda mais da luta dos trabalhadores, do povo, dos democratas.

3. O XI Congresso (extraordinário) considera entretanto ser conclusão irrecusável que o maior perigo no actual momento decorre da dinâmica ultra-reaccionária, fascizante e agressiva da candidatura de Freitas do Amaral e da possibilidade de este ser eleito Presidente da República.

O XI Congresso (extraordinário) sublinha a extrema gravidade de tal perigo evidente em dois aspectos fundamentais:

Por um lado o facto de as altas funções, poderes e competências do Presidente da República poderem vir a ser exercidas por um político cuja prática e programa é do revanchismo do 24 de Abril.

Por outro lado, o facto de que, neste preciso momento da vida nacional, existe um governo do PSD tendo como primeiro-ministro Cavaco Silva (cuja política antipopular, antidemocrática e antinacional e cuja actuação demagógica é urgente desmascarar e combater) que está aliado e conluiado com Freitas do Amaral num mesmo plano de subversão e destruição do regime democrático.

Dispondo desses dois órgãos de soberania — Presidente da República e Governo — e da possibilidade de dissolução da Assembleia da República, as forças reaccionárias estariam em condições, não só de tentar intensificar a curto prazo a ofensiva contra as conquistas de Abril, como de tentar desferir golpes mortais à democracia portuguesa. É isso que pretendem e preparam.

O perigo é real. O supremo dever dos democratas é tudo fazer para conjurar essa ameaça.

4. O XI Congresso (extraordinário) considera erradas e perigosas as opiniões que advogam vantagens para a unidade dos democratas de uma eventual vitória de Freitas do Amaral. A unidade dos democratas que defendemos e desejamos não é para lutar pelas liberdades depois delas perdidas, mas para impedir que as liberdades se percam. Não é para lutar pela democracia, depois dela liquidada, mas para impedir que o seja.

V

1. O XI Congresso (extraordinário), no prosseguimento e conclusão dos amplos, participados e vivos debates realizados nos organismos e organizações partidárias, examinou atentamente a atitude a assumir pelo Partido na 2.ª volta das eleições presidenciais.

2. A primeira conclusão, inteiramente concordante com a proposta do Comité Central ao Congresso, é que os comunistas, pelo seu alto sentido da responsabilidade na defesa dos interesses nacionais, não podem ficar de braços cruzados ante a grave e iminente ameaça para a democracia que decorre da eventual eleição de Freitas do Amaral.

3. O XI Congresso (extraordinário) sublinha que a questão se coloca em termos muito concretos relativamente à 2.ª volta das eleições presidenciais.

Considerando que Freitas do Amaral alcançou na 1.ª volta 46% dos votos, e que o outro candidato de direita, Mário Soares, apenas alcançou 25% dos votos, é absolutamente certo que a abstenção ou o voto em branco ou o voto nulo dos comunistas significaria inevitavelmente a eleição de Freitas do Amaral.

4. O XI Congresso (extraordinário) considera que, se tomasse tal atitude, o PCP, num momento crucial da vida da democracia portuguesa, não interviria da única forma adequada nas eleições (o voto) para cortar o passo ao perigosíssimo avanço da contra-revolução fascizante que significaria a eleição de Freitas do Amaral.

5. O XI Congresso (extraordinário) considera que, para impedir que Freitas do Amaral seja eleito Presidente da República, é absolutamente necessário que os trabalhadores e os democratas se unam na 2.ª volta contra Freitas do Amaral. E o único voto possível para derrotar Freitas do Amaral é o voto em Mário Soares.

6. Por isso o XI Congresso (extraordinário), consciente das altas responsabilidades do PCP na vida nacional, mantendo integralmente o seu juízo acerca de Mário Soares e da sua política, considera imperativo que os trabalhadores, os democratas e patriotas, para derrotarem Freitas do Amaral, votem em Mário Soares.

Não se trata de um voto de apoio nem a Soares nem à sua política, que continuará a ser firmemente combatida. Mas trata-se da única forma de, na 2.ª volta das eleições, no dia 16 de Fevereiro, fazer frente à ameaça de eleição de Freitas do Amaral para Presidente da República.

VI

1. O XI Congresso (extraordinário) sublinha que o resultado das eleições presidenciais terá sérias consequências para a evolução da vida política nacional.

2. Mas as eleições não decidem tudo. A luta dos trabalhadores, a intervenção das massas populares, a acção das forças democráticas e o funcionamento das instituições desempenham — como a experiência nacional demonstra — papel determinante na superação dos perigos e na defesa do regime democrático.

3. O PCP, com plena confiança na vitalidade da democracia portuguesa, continuará, em quaisquer circunstâncias, a defender os interesses dos trabalhadores, do povo, de Portugal.

4. Neste momento grave da vida nacional o PCP ape-la à unidade e à luta dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos intelectuais, de todos os democratas e patriotas que querem que Portugal prossiga o caminho de liberdade, democracia, progresso social, independência e paz aberto pela gloriosa Revolução do 25 de Abril.

VII

O PCP, com os trabalhadores e o povo, tem agora por diante, com carácter prioritário e importância crucial, a batalha eleitoral e, tal como em anteriores momentos de grave crise da democracia portuguesa, mobilizará as suas forças e energias para assegurar a derrota da reacção.

Mas para que, para além das eleições, possa ser conduzida com êxito a luta que continua em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, das conquistas de Abril, das liberdades, do regime democrático, da independência nacional — **colocam-se, no imediato, ao PCP três grandes direcções da sua actividade, que são também três grandes tarefas:**

— **A unidade dos trabalhadores**, reforçando o movimento operário e popular nas suas formas diferenciadas de organização, e promovendo a luta firme, decidida e constante com objectivos concretos imediatos.

— **A unidade dos democratas e patriotas**, evitando fracturas entre as várias forças e sectores, aprofundando as tendências democráticas convergentes, reforçando os laços que se vão estabelecendo nas acções concretas, e fortalecendo a luta em defesa da democracia.

— **O reforço do Partido** em todos os aspectos da sua actividade, com a certeza, que os factos dia a dia confirmam, que o PCP é o mais firme e consequente bastião dos interesses do povo e do País, das liberdades e da democracia, da soberania e independência nacionais.

VIII

1. O XI Congresso (extraordinário) foi uma nova afirmação do papel do PCP como força política indispensável da democracia portuguesa.

2. O XI Congresso (extraordinário) foi uma poderosa afirmação da força organizada, da indestrutível unidade e da influência de massas do PCP.

3. O XI Congresso (extraordinário) foi uma poderosa afirmação de que, sempre com a classe operária e com todos os trabalhadores, sempre com o povo, sempre com a pátria, o PCP está pronto para a luta que continua em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, na defesa das liberdades, da democracia, das outras conquistas de Abril, na defesa da soberania e da independência nacionais.